



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CRISTIANE BRITO MACHADO

**A AÇÃO COMUNITÁRIA DO PROJOVEM:
UM INSTRUMENTO PARA PROMOVER
A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM?**

Salvador
2009

CRISTIANE BRITO MACHADO

**A AÇÃO COMUNITÁRIA DO PROJOVEM:
UM INSTRUMENTO PARA PROMOVER
A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Robinson Moreira Tenório

Salvador
2009

UFBA / Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio

M149 Machado, Cristiane Brito.

A ação comunitária do Projovem : um instrumento para promover a participação do jovem? / Cristiane Brito Machado. – 2009.

153 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Robinson Moreira Tenório.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, 2009.

1. Juventude – Aspectos sociais. 2. Juventude - Política governamental. 3. Participação social. 4. Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). I. Tenório, Robinson Moreira. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 305.23 – 22. ed.

CRISTIANE BRITO MACHADO

**A AÇÃO COMUNITÁRIA DO PROJOVEM:
UM INSTRUMENTO PARA PROMOVER
A PARTICIPAÇÃO DO JOVEM?**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Educação, Universidade Federal da Bahia, a seguinte banca examinadora:

Celma Borges Gomes_____

Doutora em Sociologia, Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

José Albertino Carvalho Lordêlo_____

Doutor em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Paula Chies Schommer_____

Doutora em Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas (FGV)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Robinson Moreira Tenório_____

Doutor em Educação, Universidade de São Paulo (USP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Rosana de Freitas Boullosa_____

Doutora em Políticas Públicas, Università IUAV di Venezia
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

*Aos meus exemplos de vida,
paiinho e mainha.
Obrigada por serem meus pais!*

AGRADECIMENTOS

Eis o momento de celebrar uma grande conquista que não é só minha, mas de todos que de alguma forma acreditaram, contribuíram e incentivaram.

Quero agradecer ...

A Deus que sempre esteve comigo, protegendo e iluminando minha jornada.

À minha família por todo apoio e compreensão demonstrada nos momentos em que estive ausente.

Aos meus pais, Antônio e Amalia, verdadeiros alicerces para o meu caminhar, por todo amor e dedicação.

Ao meu marido, Edson Machado, pelo amor, companheirismo e compreensão ao longo dessas e de outras caminhadas.

Ao prof. Dr. Robinson Tenório, meu orientador, que muito contribuiu para meu crescimento acadêmico e profissional, bem como por toda a confiança depositada em mim.

Aos professores que serem me apoiaram desde a graduação, em especial à prof^a. Dr^a. Katia Siqueira de Freitas, uma grande educadora; à prof^a. Dr^a. Celma Borges pelas palavras positivas e de incentivo. Ao prof. Dr. Albertino Lordêlo por mais uma etapa de grande aprendizagem.

Aos colegas do Grupo de Avaliação – PPGE/FACED, pelo apoio manifestado, que permitiu reunir as condições que muito me ajudaram a vencer esta etapa final de trabalho.

À equipe SMA - Nordeste I, que sempre se mostrou disponível e deu um grande apoio na coleta de dados.

Aos amigos (foram muitos...), que me apoiaram em todos os momentos de uma forma impecável. Em especial aos que me apoiaram nesses últimos momentos. Aqui destaco: Ana Décia, Antônio Gualberto, Roberta Adorno, Fernanda Bastos, Heike Schmitz, Rivailda Nunes, professora Regina Fernandes e José Raimundo Paim.

Aos jovens do ProJovem por contribuírem com informações para a pesquisa.

O meu muito obrigada!

*Para realizar grandes conquistas, devemos não apenas
agir, mas também sonhar; não apenas planejar, mas
também acreditar.*
Anatole France

MACHADO, Cristiane Brito. A Ação Comunitária do ProJovem: um instrumento para promover a participação do jovem? 154 pp. ill. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

RESUMO

Em 2005 é implantado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) como componente estratégico da Política Nacional de Juventude. O Programa tem a finalidade de integrar ações para elevação do grau de escolaridade dos jovens, promover a qualificação profissional e a ação comunitária. O objetivo da pesquisa é analisar a Ação Comunitária do ProJovem como instrumento para promover a participação do jovem. O governo é um estimulador da participação e é necessário que questionemos que participação é essa. A pesquisa foi realizada entre os jovens egressos que fizeram a inscrição para participação do ProJovem, no ano de 2006, em Salvador. Para definir a metodologia, traçamos semelhanças entre a avaliação e a pesquisa. A coleta de dados e informações se deu por meio do levantamento bibliográfico, das análises das fontes documentais, da realização das entrevistas por questionários e a realização do grupo focal. Utilizamos o referencial teórico relativo aos conceitos de políticas públicas, juventude, políticas públicas de juventude, ProJovem, participação e ação comunitária. A pesquisa aponta para uma mudança na forma de agir e pensar dos egressos. Identificamos limitações na implementação do Programa e descontinuidade na realização de ação comunitária, mas houve mudanças em outros aspectos relativos à participação.

Palavras-chave: Juventude, Políticas Públicas de juventude, ProJovem, Participação, Ação Comunitária.

MACHADO, Cristiane Brito. Community involvement of ProJovem: as a tool to promote participation of youth? 154 pp. ill. 2009. Master Dissertation – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

ABSTRACT

In 2005 was implemented the National Program for Inclusion of Youths (ProJovem) as a strategic component of the National Political for Youth. The program aims to integrate actions to raise the level of education of youths, promote the professional training and community involvement. The objective of this research is to analyse the community involvement of ProJovem, as a tool to promote participation of youth. The government is stimulating the participation and we need to ask is this participation. The survey was conducted among young graduates who have signed up for participation in ProJovem, in 2006, in Salvador. To define the methodology, draw similarities between evaluation and research. The collection of data and information was through the bibliography, analysis of documentary sources, the completion of questionnaires and conduct interviews for the focus group. We use the theoretical framework on the concepts of public policy, youth, and public policies for youth, ProJovem, participation and community involvement. The research points to a change in the way of acting and thinking of students. Identify constraints in implementing the Program and discontinuity in the implementation community involvement, but there were changes in other aspects of participation.

Keywords: Youth. Public policies for youth. ProJovem. Participation. Community involvement

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	1	Concepções de juventude	30
Gráfico	1	Cor da pele	86
Figura	2	Definição de participação pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas.	47
Gráfico	2	Participação nas etapas da Ação Comunitária	87
Figura	3	Estrutura do espaço ProJovem	61
Gráfico	3	Meios utilizados para execução do PLA	91
Figura	4	Síntese dos aspectos positivos e negativos da Ação Comunitária do ProJovem apontados pelos autores	71
Gráfico	4	Tema trabalhado no PLA	92
Figura	5	Síntese das Etapas do Processo Avaliativo	74
Gráfico	5	Interesse pelos temas direito e deveres após a participação do jovem no ProJovem	97
Gráfico	6	Opinião do jovem sobre o conceito de Ação Comunitária	99
Gráfico	7	Mudança forma de agir e pensar do jovem	102

LISTA DE TABELAS

Tabela	1	Distribuição de carga horária do ProJovem	63
Tabela	2	Mudanças declaradas pelo jovem após sua participação no ProJovem - Parte 1	96
Tabela	3	Mudanças declaradas pelo jovem após sua participação no ProJovem - Parte 2	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACISO	Ação Cívica Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAAL	Consejo de Educación de Adultos de América Latina
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CREFAL	Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe
EPENN	Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste
EFNE	Exame Final Nacional Externo
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não governamental
PLA	Plano de Ação Comunitária
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNBEM	Política Nacional de Bem-Estar do Menor
PÓLIS	Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
PRODAC	Programa Diversificado de Ação Comunitária
PROEJA	Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SMA	Sistema de Monitoramento e Avaliação

SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE	22
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA VISÃO HOLÍSTICA	22
2.2	CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE	24
2.3	A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE	31
2.4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE/PARA/COM JUVENTUDE: UM NOVO PARADIGMA	34
3.	A PARTICIPAÇÃO COMO FOCO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE	38
3.1	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE	39
3.2	PARTICIPAÇÃO DO JOVEM: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PLURALIDADES DE “CAMINHOS” DA PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE	41
3.3	A AÇÃO COMUNITÁRIA: UM INSTRUMENTO PARA PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO	45
3.4.		50
4.	O PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS E A AÇÃO COMUNITÁRIA	54
4.1	O PROJÓVEM: JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS	55
4.2	O PROJÓVEM: ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E CONCEITOS	58
4.3	A AÇÃO COMUNITÁRIA DO PROJÓVEM	66
5.	METODOLOGIA	73
5.1	A ABORDAGEM, O LOCAL E A POPULAÇÃO DA PESQUISA	74
5.2	OS PASSOS DA COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES	76
5.2.1	O levantamento bibliográfico e as análises das fontes documentais	76
5.2.2	O primeiro contato com os jovens	78
5.2.3	A entrevista por questionário	80
5.2.4	O grupo focal	82
5.3	O TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	84
6.	RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA	86
6.1	O PERFIL DA AMOSTRA	86
6.2	O DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO COMUNITÁRIA E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJÓVEM	87
6.3	O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA AÇÃO COMUNITÁRIA	95

6.4	A CONTINUIDADE DA PROPOSTA DA AÇÃO COMUNITÁRIA E OS DESAFIOS	102
7.	CONCLUSÃO	105
	REFERÊNCIAS	111
	APÊNDICES	119
	APÊNDICE A - Questionário aplicado junto aos egressos do ProJovem	120
	APÊNDICE B - Questionário explicado a partir das características metodológicas que fundamentaram a elaboração	126
	APÊNDICE C - Direcionamento dos objetivos específicos	132
	ANEXOS	134
	ANEXO A – Plano de Ação Comunitária	135
	ANEXO B – Orientações gerais para realização de entrevistas e de entrevistas por questionários.	143
	ANEXO C – Roteiro do Grupo Focal egressos do ProJovem	151
	ANEXO D – Declaração de Permissão para uso autoral de depoimento oral	154

1. INTRODUÇÃO

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), em 2003, dos 23,4 milhões de jovens brasileiros, apenas 7,9 milhões (34%) estavam frequentando a escola, portanto, 66% do total dos jovens entre 18 e 24 anos estavam fora do ambiente escolar. Os dados apresentam um panorama de exclusão desses jovens da educação formal, e isso pode gerar consequências para toda sociedade, uma vez que esse processo excludente é um dos fatores que estão intimamente associados a mazelas sociais como: violência, gravidez na adolescência, drogas etc. Esses são alguns dos desafios no cenário da atual sociedade.

É fato a existência de jovens que estão excluídos da sociedade, sem perspectivas de trabalho, e muitos deles também estão fora da escola. De acordo com dados de incidência de pobreza e indigência na América Latina, os jovens pobres representavam, em 2002, 41% de todos os jovens, e os jovens indigentes, 15% de todos os jovens (KLIKSBERG, 2006). Desta forma, a vulnerabilidade social do público jovem torna-se um dos eixos que justificam as políticas públicas atuais.

Esta realidade tem demandado intervenções voltadas para a juventude, as quais têm sido respondidas pelo atual governo federal por meio do aumento do investimento em políticas públicas para os jovens.

Em 2004, organizou-se o Grupo Interministerial composto por dezenove Ministérios e Secretarias e Órgãos Técnicos Especializados. O grupo coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República teve como finalidade identificar os programas governamentais específicos para os jovens, diagnosticar a realidade juvenil brasileira e, então, propor uma política nacional para os jovens.

No ano seguinte, foi instituída a Política Nacional de Juventude, por meio de Medida Provisória e, em seguida, aprovada por Lei 11.129 de junho de 2005. Essa política compreenderia a execução de três propostas simultâneas: a constituição da Secretaria Nacional de Juventude, que tem o objetivo de monitorar e articular as políticas de juventude; a implantação do Conselho Nacional de Juventude, que tem a finalidade de propor diretrizes governamentais, fazer estudos com a população jovem e assessorar a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), que tem uma posição estratégica no âmbito da Política Nacional de Juventude por trazer em sua estrutura curricular a

integração entre Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Ação Comunitária. (BRASIL, 2005). Ainda no ano de 2005, é implantado o ProJovem, o qual está sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O ProJovem, junto com outras ações e Programas da Política Nacional de Juventude, vem com a intenção de “criar condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil” (BRASIL, 2005, p.6). De acordo com o Decreto nº. 5.557, de 5 de outubro de 2005,

o Programa tem a finalidade de executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso previsto no art. 81 da Lei nº. 9.394, de dezembro de 1996, elevação do grau de escolaridade visando a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, em nível de formação inicial, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local.

Para atingir essa finalidade o ProJovem teve início nas 27 capitais brasileiras e pretendia atingir quatrocentos mil jovens, no período de maio de 2005 a abril de 2007. Segundo dados do Projeto, esse número representa cerca de 40% do universo de jovens entre 18 a 24 anos que vivem nas capitais e estão fora da escola. Para atender o perfil do Programa os jovens têm que ter finalizado a quarta série do Ensino Fundamental, não ter concluído a oitava e não possuir vínculos formais de trabalho (BRASIL, 2005).

Foi firmado para cada jovem integrante do ProJovem, que fizer as avaliações, obtiver 75% de presença e realizar as atividades em dia, receber o valor de R\$ 100,00 mensais, a título de ajuda de custo. O Programa conta com recursos da União e ainda estabelece parcerias com demais entes federados. Isso implica alocação de recursos e, como em qualquer outro caso, também no sacrifício desses recursos para outra ação, inclusive competindo com políticas públicas voltadas para os jovens.

A análise de qualquer política pública pressupõe, além do atendimento de uma demanda da sociedade por meio da disponibilização de recursos públicos, uma escolha por parte do Estado e, portanto, uma prioridade de investimentos (RUA, 1997; TEIXEIRA, 2002). Outro elemento a ser analisado nas políticas públicas é que estas afetam de forma direta a vida dos sujeitos envolvidos. Peters (1986 *apud* SOUZA, 2006) afirma que uma política pública realmente interfere na vida do cidadão.

Levando em consideração esses dois aspectos mencionados é essencial que haja avaliação e acompanhamento de toda e qualquer política pública. Para Raupp (2003, p. 29) a avaliação

é essencial para guiar a tomada de decisões durante o processo de planejamento, o propósito da avaliação é de guiar os tomadores de decisão quanto à continuidade, necessidade de correção ou mesmo ao redesenho ou interrupção de um determinado projeto ou programa.

Com vista a atender esse pressuposto, o ProJovem conta com o Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA), o qual produz dados, informações e conhecimentos, assim permitindo o contínuo aperfeiçoamento do funcionamento do Projeto, além de possibilitar a avaliação da qualidade da intervenção. O SMA é responsável pela avaliação diagnóstica inicial dos alunos, pela realização de exame nacional externo para fins de certificação, bem como pelas pesquisas que permitirão avaliar a implantação e a efetividade do Programa ao longo de sua execução (BRASIL, 2005).

Entretanto, o Programa não conta com uma avaliação posterior a sua execução. Logo, propor uma reflexão sobre o ProJovem ao final de sua implantação é pertinente, pois não basta avaliar durante o caminho percorrido, é preciso refletir sobre os resultados obtidos após o processo, perceber as mudanças ocorridas nos alunos egressos e identificar se o Programa possibilitou uma transformação de qualidade. Segundo Campêlo (2006), é importante, sem dúvida, que se tenha conhecimento dessas mudanças, visto que determinadas medidas e ações podem gerar resultados imprevistos e/ou indesejáveis.

Um caminho para reconhecer essas mudanças é trazer uma reflexão a respeito do olhar dos jovens sobre as contribuições que foram trazidas após a sua participação no Programa. Isso significa considerar o olhar desse aluno que vivenciou todo processo e que agora (após ter finalizado a sua participação no ProJovem) pode emitir sua opinião.

Diante da dimensão do ProJovem em relação aos seus objetivos, ao local e ao tempo de execução, analisar o Programa em sua totalidade não seria viável no tempo destinado à pesquisa do Mestrado. Assim, a pesquisa foi realizada no Município de Salvador, entre os jovens egressos e teve destaque a dimensão Ação Comunitária proposta pelo Programa.

A Ação Comunitária é uma das três dimensões do ProJovem e é apresentada no mesmo grau de importância das outras dimensões: a escolaridade e a formação para o trabalho. Desde o título até os objetivos delineados as três dimensões são apresentadas de forma equânime. Contudo, as reflexões sobre a Ação Comunitária do Programa são realizadas com menor

freqüência, quando comparamos às outras dimensões e observamos por meio de pesquisas de estudos já realizados sobre o ProJovem.

Um aspecto que devemos destacar nessa dimensão é a dificuldade do Projeto do ProJovem em delimitar e definir o conceito de Ação Comunitária, o qual aparece como sinônimo de Ação Social e Ação “Cidadã”. Isso é ratificado pelo reconhecimento da própria equipe de elaboradores do Projeto que, em sua reformulação, afirma que o nome Ação Comunitária não cobre toda a gama de conhecimentos e ações tratadas por esse componente curricular, devendo ser repensado para enfatizar a participação cidadã dos jovens (BRASIL, 2008).

Marcellino (1996) afirma que a Ação Comunitária é um instrumento de implementação da participação. Entendimento este que se aproxima da ideia expressa no novo Projeto Político-Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano (PPI), o qual referenda a participação como “fruto” do desenvolvimento da Ação Comunitária (BRASIL, 2008).

Feitas essas considerações acerca das limitações da denominação da dimensão Ação Comunitária, presente no Projeto do ProJovem, e a considerando como um instrumento para promover a participação, não há como abordar essa dimensão sem falar em participação.

A partir dos pressupostos estabelecidos na Constituição de 1988, torna-se legítima a participação da sociedade no planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas. O Ibase/Polis (2005, p.8) estabelece a partir da pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas* que “a política é pública quando pertence a todos(as) e é construída por toda a sociedade”.

Para Demo (1996, p.100 *apud* PAIVA, V. p.160) “quando o poder prega a participação, só pode ser uma iniciativa digna de suspeita”. Por isso, tratando-se de uma pesquisa que analisa políticas públicas de juventudes, há que se questionar a formação desse jovem participativo.

Frente às considerações expostas, o objetivo da pesquisa é analisar a Ação Comunitária do ProJovem como instrumento para promover a participação do jovem.

Para alcançar essa finalidade, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: analisar a dimensão Ação Comunitária do ProJovem; examinar o desenvolvimento do ProJovem, em especial a dimensão da Ação Comunitária; analisar os resultados da Ação Comunitária do ProJovem; perceber a visão dos jovens egressos no ProJovem sobre o Programa, no que se refere às ações voltadas para atender os objetivos da Ação Comunitária; identificar as mudanças do jovem após sua participação no ProJovem, em relação aos aspectos vinculados à Ação Comunitária.

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos o referencial teórico relativo aos conceitos de políticas públicas, juventude, políticas públicas de juventude, ProJovem participação e Ação Comunitária. As escolhas das leituras do referencial teórico tiveram a influência da análise documental, uma vez que o contato com esses documentos nos remeteu a conceitos fundamentais para a construção do objeto de estudo.

Para definir a metodologia da pesquisa, traçamos semelhanças entre a avaliação de políticas públicas e a pesquisa, uma vez que ambas fazem um diagnóstico da realidade. O recurso a essa semelhança materializou-se na definição das etapas da pesquisa. A primeira refere-se à análise do projeto do ProJovem, a segunda etapa, análise da implementação e a terceira etapa, confrontação dos resultados obtidos com o projeto do Programa.

A população da pesquisa correspondeu a 1.770 alunos. Procedeu-se, a partir dessa população, o sorteio e a amostra corresponderam a 462 sujeitos. Entretanto, só foi possível localizar e entrevistar 191 jovens.

Para a coleta de dados e informações, quatro passos foram essenciais: o levantamento bibliográfico e a análise das fontes documentais; o primeiro contato, por telefone, com o jovem; a realização das entrevistas por questionários e a realização do grupo focal.

Na análise de dados, consideramos a concepção de políticas públicas em uma visão holística e que propõe olhar o todo. Essa concepção leva em consideração o contexto do jovem do Programa, o momento histórico em que ocorre o fenômeno e as concepções atuais das políticas públicas voltadas para esse público. Também, analisamos o projeto do ProJovem, dando destaque aos objetivos propostos pela Ação Comunitária e à implementação do ProJovem, partindo do pressuposto de que os resultados de uma política pública podem mudar de acordo com a sua implementação.

Visando ao atendimento dos objetivos dessa pesquisa, este trabalho foi estruturado em cinco capítulos, além da introdução e conclusão. O primeiro capítulo perpassa por dois aspectos: juventude e políticas públicas, os quais são importantes para contextualizar o ProJovem.

O entendimento dos aspectos fundantes das políticas públicas é básico para fazer uma análise mais profunda dessa intervenção. Não basta pensar nos aspectos operacionais, é preciso refletir sobre o contexto em que a ação vem ocorrendo, os interesses do Estado e as concepções teóricas que as políticas públicas vêm seguindo.

O outro aspecto é juventude, para cujo conceito deve ser dada atenção, pois se trata do público-alvo da política pública analisada. As principais concepções de juventude apresentadas

são: faixa etária, período de transição, problema social, possibilidade de mudança na sociedade e construção cultural e administrativa. Nessas concepções foram levadas em conta as representações sociais, as construções conceituais e as legislações voltadas para juventude.

Contudo, discutir isoladamente políticas públicas e juventude não dá conta dos objetivos propostos no estudo, por isso, relacionar esses dois conceitos, faz-se necessário para direcionar as reflexões da pesquisa. Com essa finalidade, serão destacados os percursos das políticas públicas de juventude no Brasil para entender a construção do paradigma que se instala no atual contexto.

É imprescindível, portanto, abrir um espaço para compreender as formas de intervenção que o governo estrutura para a juventude e as possíveis implicações geradas na vida do jovem.

O capítulo dois está estruturado em quatro tópicos: representações sociais de participação da juventude; participação do jovem, algumas considerações; pluralidades de “caminhos” da participação da juventude e a Ação Comunitária um instrumento para promoção da participação?

O primeiro tópico versa sobre a década de 1960. Foi escolhida esta década, como ponto de partida, porque esse período contribuiu sobremaneira para as atuais representações sociais de juventude.

O segundo tópico aborda o conceito de participação, bem como as novas roupagens e configurações do jovem como ator social, em especial o protagonismo. Essa análise possibilita pensar na formação do jovem, vinculada à participação, a partir das reflexões sobre as concepções das atuais políticas públicas.

Já o terceiro tópico trata de perceber as formas de participação da juventude no contexto atual, e auxiliar a formulação de políticas públicas para esse público. Para a realização dessa pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas*, foram determinados três caminhos de atuação do jovem. Cada um dos caminhos apresentados é discutido, ainda que de forma sintética, com a intenção de conhecer as principais formas de participação da juventude.

O último tópico abordado é o da Ação Comunitária como instrumento para a implementação da participação. Ao longo deste tópico é feita referência à vinculação da Ação Comunitária, em seu processo embrionário, ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e às críticas apresentadas às diversas concepções de Ação Comunitária.

O capítulo três se dedica a apresentar e refletir sobre o ProJovem. Esse capítulo se propõe a conhecer os objetivos, as justificativas, os conceitos e a estrutura e funcionamento do Programa. A proposta é dialogar com os teóricos que vêm realizando estudos sobre o ProJovem. Nessa perspectiva, será considerada a diversidade de opiniões apresentadas sobre essa intervenção e, principalmente, questionaremos acerca das concepções e intenções dos principais pontos do Programa.

Ainda neste capítulo, abordaremos com destaque a Ação Comunitária proposta pelo ProJovem, visto ser este o principal aspecto entre as dimensões deste Programa. No capítulo seguinte, é delineada a abordagem metodológica da pesquisa. Esse capítulo é dividido em alguns tópicos, a saber: a abordagem, o local e a população da pesquisa; os passos da coleta de dados e informações e o tratamento e análise dos dados.

Por fim, o capítulo cinco apresenta os resultados e discussão dos dados. Esse capítulo será dividido em quatro tópicos. O primeiro tópico dedica-se a apresentar o perfil da amostra, com o objetivo de situar o leitor sobre as características mais relevantes do público pesquisado. Já o segundo tópico trata do desenvolvimento da Ação Comunitária e a implementação do ProJovem, uma vez que entendemos que o processo em si se configura como um elemento de suporte para a análise dos resultados. O terceiro tópico discorre de uma confrontação entre a análise de dados e os objetivos propostos no Projeto do ProJovem. Finalmente, no último tópico, apresentamos os desafios da continuidade da Ação Comunitária do Programa e elencamos as mudanças percebidas na forma de pensar e de agir dos alunos egressos.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E JUVENTUDE

Dois aspectos são essenciais na discussão desta pesquisa: um é política pública, por representar um importante conceito para contextualizar o objeto deste trabalho, isto é, a política pública ProJovem. Inicialmente, a discussão vai perpassar os principais pontos que norteiam as concepções de uma intervenção desse perfil. O outro aspecto é juventude, para cujo conceito deve ser dada atenção, pois se trata do público-alvo da política pública analisada.

Contudo, discutir, isoladamente, políticas públicas e juventude não dá conta dos objetivos propostos no estudo, por isso relacionar e entender esses dois conceitos é necessário para direcionar as reflexões da pesquisa. Com essa finalidade, serão destacados os percursos das políticas públicas de juventude para entender a construção do paradigma que se instala no atual contexto. Esse paradigma é nomeado pelos autores como novo, e determina o desenho das atuais políticas públicas que atendem o público jovem. Nesse sentido, é imprescindível abrir um espaço para compreender a forma de intervenção que o governo estrutura para a juventude e as possíveis implicações geradas na vida do jovem.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA VISÃO HOLÍSTICA

Entender políticas públicas é fundamental para fazer uma análise mais profunda de uma intervenção. Não basta pensar apenas nos aspectos operacionais, é preciso refletir sobre o contexto em que a ação vem ocorrendo, os interesses do Estado e as concepções teóricas que as políticas públicas vêm seguindo.

Falamos de concepções teóricas, pois não existe um único conceito ou o melhor conceito para tratar de políticas públicas. As definições passam por elementos como: ações do governo, prioridade de investimentos, atendimento de uma demanda da sociedade, transformação de política em ação, ações implementadas pelo governo. Além desses pontos, existe, também, o embate que passa em torno das concepções e interesses quando se pensa em política pública.

Uma das leituras de políticas públicas é apresentada por Rua (1997). A autora acredita que é um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas na sociedade. Em uma perspectiva semelhante, Teixeira (2002, p.2) afirma que “as políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis”. Ambos os autores apresentam um entendimento de políticas públicas associado ao atendimento das necessidades da sociedade.

Nesse mesmo caminho, outras definições enfatizam o papel das políticas públicas na solução de problemas, além de contemplar outros elementos como: ações do governo, transformação de política em ação, ações implementadas pelo governo.

Dye (1984 *apud* SOUZA, 2006, p.05) acredita que, “política pública é o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. No campo das políticas educacionais, a utilização dos recursos vai priorizar, por exemplo, ações para a educação de jovens e adultos ou para a educação infantil. Dessa forma, ao se pensar políticas públicas, “devem ser consideradas também as ‘não-ações’, as omissões, como formas de manifestação política, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos” (TEIXEIRA, 2002, p.2). Essa ressalva deve ser feita porque as demandas da sociedade são diversas e os recursos para atendê-las são limitados.

Peters (1986 *apud* SOUZA, 2006, p.05) amplia a discussão sobre políticas públicas, referindo-se a estas como “a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos”.

Gomes (2006) por sua vez aponta a necessidade de se pensar em políticas públicas não apenas do ponto de vista do uso dos recursos, mas, sobretudo, a partir da identificação de quais ideologias prevalecem no desenho de uma intervenção na sociedade. Isto porque uma intervenção pode influenciar toda a dinâmica da sociedade, levando ao questionamento sobre que interesses estão vinculados a cada ação determinada.

Para além dos aspectos ideológicos do impacto na sociedade e a prioridade de investimentos dos recursos, há que questionar as concepções que enfatizam as políticas públicas como ação do governo. Embora seja o governo a instância responsável por formular, legalmente, as políticas públicas, não é ele o único responsável por implementá-las.

A partir de um novo contexto e de uma nova configuração das políticas públicas, a participação da sociedade torna-se legítima, sendo incentivada pelo próprio poder público. Desta forma, as políticas públicas podem ser entendidas como “possibilidades de cooperação que podem ser estabelecidas entre os governos e outras instituições e grupos sociais na implementação das políticas” (SOUZA 2002, p.5).

Todas essas considerações abrem prerrogativas para uma definição holística de políticas públicas. Para Souza (2002, p.5),

mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e idéias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar das diferentes abordagens, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses estão imbricados desde a concepção até a implementação das ações emanadas quando da formulação das políticas.

Sobre essa definição, Souza (2006, p.5) faz uma ressalva de que “o caráter holístico da área não significa que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas que ela comporta vários “olhares”.

A concepção holística de política pública será considerada ao longo do desenvolvimento do trabalho, embora, para fins metodológicos da pesquisa, delimitamos a concepção de política pública de forma que ela possa ser encarada como uma ação do governo em parceria com entidades diversas da sociedade, voltada para atender uma demanda e significa prioridade de investimentos. Sendo que esta prioridade pode estar vinculada a investimento de recursos financeiros ou, ainda, ao desenho da política pública, o qual tem a intenção de influenciar direta ou indiretamente a dinâmica de vida da sociedade.

2.2 CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE

A juventude é um tema de interesse entre teóricos e em outras esferas da sociedade, visto que existem concepções diversificadas sobre o que é ser jovem e quais as delimitações e características que são atribuídas a esse momento da vida. Assim, as representações sociais¹, as construções conceituais e as legislações voltadas para o termo juventude levam em consideração concepções como: idade, momento ou período da vida, transição de uma fase de vida para outra, período de incertezas, mas, também, de possibilidade de mudança etc.

Considerando essas concepções, Netto (2006, p.42) afirma que “juventude, hoje, é um conceito tão vago que dificilmente pode ser usado para denominar de fato um recorte da população. Se a juventude é uma questão etária, será complicado determinar quando ela se encerra”.

Há, entre outros, cinco pontos que estão relacionados com essa palavra. No intuito de nortear e sistematizar essas concepções escolhemos as que associam juventude à idade, à

¹ Moscovici (1981, s/p) define representação social como um conjunto de conceitos, proposições e explicações originado na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são o equivalente, em nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum.

transição de um período da vida para outra, a problema social, à possibilidade de mudança e como uma construção cultural e administrativa. O primeiro ponto aborda uma delimitação mais exata do que é juventude e está associada à idade. Essa idéia é muito difundida e utilizada. Segundo Chillán (2005, p.81), isso ocorre, sobretudo, “por uma necessidade de definição operacional com base numa perspectiva demográfica, a idade é o critério aceito para distinguir os jovens e o que tradicionalmente foi assumido como referência para as políticas para a juventude”. O autor destaca que nos países ibero-americanos pode-se observar uma grande diferença entre as categorias etárias pelas quais se define a juventude, chegando a idade mínima de 7 anos em El Salvador e a máxima de 35 na Costa Rica.

A Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) considera jovens pessoas entre 15 e 24 anos. E o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE, 2007), ainda que amplie essa faixa etária, considera jovens pessoas de 15 a 29 anos e adota o seguinte esquema: adolescentes - jovens, entre 15 e 17 anos; jovens – jovens, ente 18 e 24 anos; e os jovens – adultos, entre 25 e 29 anos. Essa delimitação corresponde à faixa etária das políticas atuais de governo, no entanto, ainda não existe um consenso nem mesmo no Brasil sobre a delimitação da faixa etária relacionada à juventude.

Machado Pais (1990, p. 140) pontua que essa definição por idade faz parte de uma corrente geracional, na qual a juventude é considerada

como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada « fase da vida», prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase da vida— aspectos que fariam parte de uma «cultura juvenil», específica, portanto, de uma geração definida em termos etários.

Várias críticas são apresentadas a concepção de juventude ligada à faixa etária. Essa delimitação por idade atende às necessidades de cada realidade, de cada momento da história e de cada cenário. Além da falta de consenso de quando começa e quando termina a juventude, outras críticas recaem sobre a concepção, apontada por Machado Pais, como geracional. Para o autor, essa corrente indica uma tendência a

olhar a juventude como uma entidade homogênea, o que poderá ter consequências conceptuais desastrosas quando, por exemplo, ao estudarem-se metonimicamente os «comportamentos desviantes» dos jovens, se toma a juventude «marginal» como toda a juventude. Isto é, a juventude é, nesta corrente, vulgarmente tomada como uma *categoria etária*, sendo a idade olhada como uma variável tão ou mais influente que as variáveis socioeconómicas e fazendo-se uma correspondência nem sempre ajustada entre uma faixa de idades e um universo de interesses culturais pretensamente comuns (MACHADO PAIS 1990, p.156-157).

Sheehy (*apud* CAMARANO *et al*, 2004) acredita que essa demarcação está bastante ultrapassada. A puberdade² tem começado mais cedo do que antes e a adolescência³ está se prolongando. Ainda de acordo com os supracitados autores, para alguns segmentos populacionais mais favorecidos economicamente ela pode se estender até os 30 anos, ou seja, uma parte dos jovens está adiando a saída da casa dos pais. Esse é apenas um exemplo de uma categoria que interfere na definição de faixa etária de juventude. Assim, ser jovem não depende exclusivamente da idade de uma pessoa, mas de uma série de características, as quais dificultam inclusive determinar onde começa e onde termina a juventude.

Outra concepção que permeia a discussão sobre juventude está associada à corrente classista, nomenclatura também apresentada por Machado Pais (1990). Nessa corrente, a definição de juventude está relacionada ao período de transição para a vida adulta. É um período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e, durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero (NOLETO, 2008). Essa concepção de juventude como período de transição é delicada, visto que trata a juventude como uma passagem de um momento de vida para outro, o que parece atribuir uma menor importância em relação à infância e ao período da vida adulta.

Para Galvão (2007), é preciso tomar cuidado com este tipo de concepção para que a juventude não deixe de ser tomada em seu tempo presente e como sujeitos do agora. Ainda para a autora, essa definição tem se tornado insuficiente pelas complexidades que envolvem essa etapa da vida. O grupo relator do documento realizado na América Latina e Caribe destaca na V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) realizada em Hamburgo, em 1997, em que, “...la adolescencia-juventud es un ciclo de la vida y que dicha etapa vital tiene sentido y un gran potencial si se vive en sí misma y no como una simple etapa de transición hacia el mundo adulto” (UNESCO- CEAAL – CREFAL - IPEA, 2000, p. 207).

² A Organização Mundial de Saúde (OMS) estabelece que “(...) a puberdade refere-se ao período que marca o início das características sexuais da criança. O início da puberdade tem sido cada vez mais precoce, em média aos 9 anos nas meninas e aos 11 anos nos meninos. Embora não haja conclusões definitivas, sabe-se que alguns fatores podem adiantá-la tais como: mudança no padrão alimentar, com aumento no consumo de proteínas e impacto da excessiva exposição ao erotismo, via televisão ou Internet”. (Diário de São Paulo do dia 19 de julho de 2005).

³ Segundo BOCK (2004) “A adolescência tem sido tomada (...) na psicologia, como uma fase natural do desenvolvimento, isto é, todos os seres humanos, na medida em que superam a infância, passam necessariamente por uma nova fase, intermediária à vida adulta”.

A partir dessas discussões que trazem críticas à definição de juventude associada apenas à delimitação por idade ou a um período de transição, estudos passam a relacionar outras categorias que fazem a diferença quando se trata dessa fase da vida.

É preciso que se reconheça, inclusive, que se tornar adulto não depende apenas da passagem por determinadas etapas de vida, sendo importante também a identificação do jovem como um adulto. Ambas as condições são construções sociais que dependem do significado que lhe são atribuídos nos diferentes contextos culturais e nacionais, assim como ser adulto é também uma «auto-identidade construída no processo de transição» (PIMENTA *apud* CAMARANO *et al*, 2004, p.17).

Assim, a depender do parâmetro que se tome: recorte etário, aspectos biológicos, psicológicos, históricos ou sociais, o conceito sofrerá variações significativas, o que dificulta tratar de estudos sobre a juventude de forma linear e estática.

Nesse contexto, tem sido recorrente na literatura, na última década, a percepção de que são múltiplos os caminhos que levam à vida adulta. Reconhece-se que sair da casa dos pais/responsáveis ou se tornar chefe/cônjuge no domicílio, nem sempre significa ter se tornado um adulto, fazendo-se necessário o aprofundamento do estudo sobre as pessoas – jovens ou não – que não saíram da casa dos pais ou a elas retornaram. (Camarano *et al*, 2004). Outras questões como: não estar inserido no mercado de trabalho e não ter formado sua família podem ser indicadores de importantes alterações tanto na condição juvenil quanto no *status* de adulto.

Tais condições e particularidades remetem à constatação de processos não lineares e reversíveis de transição para a vida adulta. Os dados apenas registram um momento na vida desses jovens, não abrindo possibilidades para se especular sobre a direção dos movimentos que eles têm trilhado rumo à vida adulta. Pode-se, no entanto, supor que alguns dos jovens que saem de casa sob condições mais precárias de inserção na vida adulta, seja no mercado de trabalho seja nos novos arranjos familiares, podem retornar à casa dos pais, fazendo da transição um processo não-linear e reversível de vida. Nesse sentido, indaga-se sobre que jovem ou que adulto seria este (Camarano *et al*, 2004).

Ainda de acordo com Machado Pais (*apud* CAMARANO *et al*, 2004, s/p)

as etapas tradicionais de transição têm se mostrado reversíveis, não sendo mais possível, inclusive, a distinção de estudante/não-estudante, trabalhador/não-trabalhador, solteiro/casado. Tais distinções cederam lugar a uma multiplicidade de etapas intermediárias e reversíveis. Deixar a casa dos pais, ou de origem, não coincide necessariamente com concluir os estudos, pode-se adquirir experiência ainda estudando ou mesmo casar sem ter encontrado um emprego.

Assim, amplia-se a definição de juventude e as discussões de outras categorias que vão além da questão da idade e do período de transição entre a infância e a vida adulta. Aspectos econômicos, culturais, geográficos e históricos são alguns elementos essenciais para refletir sobre o conceito de juventude.

Os contextos diferenciados ampliam ou restringem as possibilidades desses jovens e definem vulnerabilidades diferenciadas e, por isso, as políticas públicas precisam adequar suas propostas para atender essa demanda atual e as especificidades de cada realidade. Nas observações das diversidades e perfil que define a juventude, Machado Pais (1990) destaca que vários fatores precisam ser observados, especialmente, as diferenças sociais que existem.

Chillán (2006, p.69) acredita que

encontrar uma definição exata para o termo “juventude” talvez seja uma pretensão muito difícil de alcançar, e há o risco de ver frustrada a tentativa. Não existem definições de “jovem” nem de “juventude” que abarquem todas as arestas que por sua própria natureza esses vocábulos contêm.

Ainda assim, “a análise morfológica pode ser de grande valor, sobretudo porque essa situação permite-nos descobrir desigualdades de acesso a direitos e oportunidades” (Chillán, 2006, p.71). Esta análise morfológica propicia direcionar a abrangência de políticas públicas dirigidas aos jovens. O que não significa que determinar o que é juventude depende, exclusivamente, da definição de idade, mas também se deve considerar a complexidade e diversidade de realidades, definindo categorias que auxiliem a construção de “um conceito” sobre juventude. Este conceito deve contribuir para a formulação, implementação e avaliação de uma intervenção.

Diante de concepções diferenciadas, Touraine (1996 *apud* MESQUITA, 2005, p.12) acredita que “a juventude é (...) uma construção cultural e administrativa, uma parte da imagem que a sociedade tem de si mesma”. Tanto a construção cultural como a administrativa estão associadas às definições de juventude hoje. Pode-se associar a construção administrativa à definição de juventude por faixa etária, pois, por exemplo, contribui para delimitar um público-alvo de uma política pública, ou mesmo, para definir leis específicas para os jovens. No que se refere à construção cultural, podemos exemplificar a associação do jovem a problemas sociais.

Essa ideia é construída, em grande parte, pelos meios de comunicação de massa. Para Abramo (1997, p. 25), existem duas tematizações sobre o jovem nos meios de comunicação, uma trata do comportamento e cultura do jovem (música, moda, estilo de vida, esporte, lazer etc). A

outra é destinada para os adultos e que normalmente relacionam a juventude como problemas sociais, englobando aspectos como: violência, crime, exploração sexual, drogatização etc.

Ainda para a autora, essas representações sobre juventude passam pela academia, visto que há uma ausência de discussões, principalmente, em dissertações de mestrado e tese de doutorado. Essa realidade contribui para conformar a idéia do jovem como sinônimo de problema social. Entretanto, a própria autora concorda que recentemente tem-se intensificado os estudos sobre a juventude e sua percepção, forma de sociabilidade e atuação.

Embora esses estudos estejam avançados, para Damasceno (entre 2000 e 2008, p. 05) existe uma relação direta entre a representação de juventude como problema social. Essa relação está ligada ao preconceito. A autora acredita que existe um processo de estigmatização, especialmente, quando se trata de jovens de baixa renda, aos quais são atribuídas as características de violentos e marginais. Esse estigma é um meio de explicar a violência, as transgressões sociais, por meio da pobreza, como se a ausência de bens materiais fosse a única causa da onda crescente de violência.

Sobre a relação da juventude como problema social, Machado Pais (1990, p.15) faz uma ressalva e diz que

mesmo quando a sociologia (nos anos 60, com *o funcionalismo*) começa a explorar a juventude como «fonte de problemas», diversos foram os estudos que, na linha da teoria da «socialização contínua», acabaram por reconhecer as atitudes positivas dos jovens perante a família, a escola e a autoridade.

Contrapondo a relação da juventude como problema social, também são apresentadas discussões em que o jovem é reconhecido como sujeito de direito e que tem um papel na sociedade. Assim, a sociedade, de forma contraditória, relaciona essa fase da vida como esperança para o futuro melhor e, ao mesmo tempo, o associa a uma problemática no contexto atual. Thompson (2005, p.11) retrata o jovem da perspectiva de agente transformador da sociedade

a questão que se apresenta, portanto, não é como transformar os jovens, mas sim como os jovens podem contribuir para transformar a sociedade. Esses jovens já estão atuando nas esferas política e social; seu papel deve ser reconhecido e fortalecido, de forma que os transforme numa alavanca decisiva para combater a pobreza e o subdesenvolvimento da região.

Nessa concepção, Carrano (2003 *apud* ESTEVES, 2005, p. 06) faz referência à juventude a partir de uma categoria sociológica, e associa essa fase da vida como uma possibilidade de

inovação e de um futuro renovado, sendo muito comum que se atribua ao jovem um sentido de resolução, no futuro, de maturidade, dos problemas que os adultos geraram ou herdaram e não conseguiram equacionar, fechando-se assim um ciclo.

Em síntese, as principais discussões que abrangem a questão da juventude (Figura 1), atualmente passam por essas concepções: faixa etária, período de transição, problema social, possibilidade de mudança na sociedade e construção cultural e administrativa. Entretanto, não se trata de concepções fragmentadas e que não estabelecem uma comunicação entre si. A juventude associada à faixa etária pode se confundir com a idéia de período de transição, sendo ambas uma construção cultural e administrativa. Assim como o jovem ligado a problema social e possibilidade de mudança têm uma ligação com as concepções apresentadas. Enfim, existe uma complexidade em tratar do tema juventude. Ferretti e Zibas (2004, p.12) fazem uma análise sociológica e concluem que,

são cada vez mais rápidos, na atualidade, os processos em que os discursos são descontextualizados e, em seguida, recontextualizados, ou seja, é cada vez mais veloz a apropriação de discursos dentro de contextos diferentes daqueles em que foram produzidos. Como conseqüência, esses discursos são aplicados a práticas e relações sociais distintas daquelas em que se originaram. Nesse processo, produz-se um “hibridismo semântico” que não é necessariamente negativo, pois pode, muitas vezes, apenas indicar a fluidez e a complexidade das atuais relações políticas, econômicas e sociais. No entanto, o processo também pode ser perigoso, pois, enviesando sutilmente os significados originais, embaralha os campos político-ideológicos e confunde a crítica.

Por isso, discutir cada uma das concepções de juventude implica em entender as complexidades do contexto e dos conceitos, assim como é um espaço de reflexão que, possivelmente, vai contribuir para a formulação, implementação, avaliação e reformulação das políticas públicas para juventude.

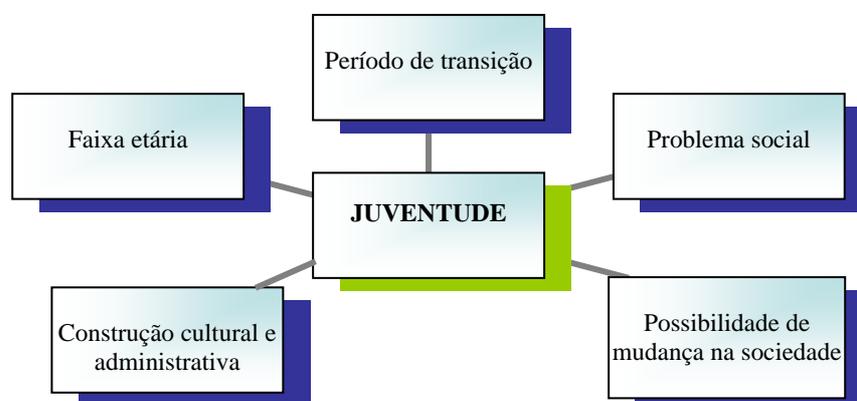


Figura 1 - Concepções de juventude
Fonte: Elaborado pela autora

Ainda assim, considerando o objetivo do trabalho, abordar-se-à cada uma das concepções apresentadas, a saber: faixa etária, porque é operacional e serve como um parâmetro social para o reconhecimento político da fase juvenil, servindo como uma referência necessária e genérica para a elaboração de políticas públicas; período de transição, porque suscita críticas acerca da redução da juventude a um período de vida de menor importância; problema social e possibilidade de mudança, uma vez que o ProJovem utiliza como justificativa para se efetivar como política pública, sendo que a mudança social está ligada ao jovem como ator social e uma construção cultural e administrativa, pois leva em consideração o contexto em que a intervenção vem ocorrendo.

2.3 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Com a finalidade de entender o percurso histórico das políticas públicas de juventude entre o século passado e o momento atual, Castro e Abramovay (2003) descrevem os principais pontos da história que trata de intervenções voltadas para a juventude. O primeiro espaço para as políticas públicas de juventude ocorreu em 1927, com o 1º Código de Menores do Brasil, que teve como preocupação “saneamento social” de tipos indesejáveis.

O Código era também conhecido como Código Mello Matos e orientou a formulação das demais políticas públicas direcionadas aos “jovens” até o final da década de 1970. Segundo as autoras, era um procedimento de enquadramento moral de crianças e adolescentes na sociedade, “pois consagrou propostas engendradas pelo Estado, que de acordo com a conjuntura, poderiam assumir um caráter desenvolvimentista de formação de adultos aptos ao mundo do trabalho”. (CASTRO e ABRAMOVAY, 2003, p.11).

Ainda antes de finalizar o Código Mello Matos, em 1941, surge o Serviço de Assistência ao Menor, que tem a função de tutela. Esse foi um serviço substituído, em 1964, pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM) com o intuito de proteger o regime ditatorial. Essa política teve como organismo gestor, de representatividade nacional, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Para Castro e Abramovay (2003) a ação da FUNABEM estava em harmonia com a Lei de Segurança Nacional e, por conseguinte, com o Código de Menores, segundo o qual o jovem pobre era potencialmente um infrator, que deveria ser reconduzido às malhas do sistema, geralmente, quando praticava alguma infração.

Podemos observar que de acordo com o período, décadas de 1960 e 1970, as políticas elaboradas para a juventude, não só no Brasil, mas em outros países da América Latina,

tenderiam a assumir um caráter de controle político-ideológico dos jovens militantes e atuantes no movimento estudantil e de controle dos estudantes e, também outras populações, como na Lei de Segurança Nacional (1964). Essa idéia tem como contexto a ditadura militar e a concepção de juventude oriunda desse período.

Damasceno (2006, p.02) faz uma síntese da representação do jovem nesse período em que a juventude

só está presente para o pensamento e para a ação social como "problema": como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social, por conseguinte a ênfase recai sobre a ótica do "problema social", quer dizer, a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social: ameaça para si própria ou para a sociedade.

Desta forma, o jovem é sinônimo de fonte de problemas e que se desvia do seu caminho em direção à integração social.

Ainda na década de 1960, nota-se, a construção social da juventude como uma geração a ser integrada à sociedade, para esta servir, priorizando-se a interação indivíduo e sociedade. Os jovens foram influenciados pela Revolução Cubana, pelo movimento de crítica à intervenção americana no Vietnã, eram mais visíveis no protesto público contra o Estado e no questionamento da modelagem capitalista da sociedade. Mas é nos anos 1970 que se acentua a visibilidade de representações juvenis em setores populares, como dos movimentos camponeses e das formações de agrupamentos políticos de esquerda, o que também provocou forte reação de controle por parte dos Estados.

Outra concepção de políticas públicas que ocorre mais marcadamente na década de 1950 são as intervenções voltadas para a profissionalização, ocupação produtiva do tempo livre e educação, atendendo à lógica desenvolvimentista expressa em *slogans* de gestão governamental do tipo "50 anos em 5". Nesse sentido, o jovem pertence a uma sociedade produtiva e tem a função de atender a essa demanda de sociedade, visando o progresso nacional.

Ainda na década de 50 e perdurando até 1980, as políticas enfatizavam a área de educação e a utilização do tempo livre do jovem. De acordo com estudos apresentados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2000), nesse período, as intervenções também são voltadas para trabalhar com jovens considerados das classes média e alta e têm a intenção de ocupar o tempo livre desse cidadão. Já no final da década de 1980 foram surgindo novos movimentos juvenis de cunho popular em países da América Latina. No final dessa mesma

década, vem a preocupação com jovens em relação à violência e às drogas, por isso surgem políticas para tratar dessas questões.

O ano de 1985 foi declarado pelas Nações Unidas “‘Ano Internacional da Juventude’. A partir dessa data, foi enfatizada a criação de planos, programas e políticas que objetivavam melhorar as condições de vida e as oportunidades para os jovens, especialmente daqueles mais preteridos, das áreas urbanas e rurais” (CHILLÁN, 2005, p.71). Desde 1985 até hoje,

a situação socioeconômica dos jovens latino-americanos evoluiu de acordo com as tendências seguidas pelas respectivas sociedades nacionais. Alguns melhoraram sua situação, outros se mantiveram estáveis, enquanto outros ainda melhoraram seu *status*. Paralelamente a isso, constata-se o surgimento de importantes propostas de planos, programas e políticas públicas especialmente dirigidas aos jovens mais carentes de recursos, bem como várias medidas legislativas em seu favor e a criação de instituições competentes nesse assunto (...). Do mesmo modo, é possível inferir que, como eixos estratégicos para a formulação de políticas públicas para a juventude, foram levadas em conta as seguintes variáveis: educação, saúde, emprego e integração e participação social (CHILLÁN, 2005, p.71).

Até os dias atuais há uma preocupação em implementar medidas voltadas para a melhoria da condição de vida dos jovens. De acordo com Castro e Abramovay (2003, p.9), essa preocupação visa implementar intervenções, dando ênfase à questão da violência, “que juntamente com o desemprego, passam a ser consideradas como os problemas, ou as vulnerabilidades sociais máximas destes tempos, se dá particularmente quando se tem como referência jovens, em políticas e também na mídia”. Essas e outras ideias perpassam pelas discussões na elaboração, implementação e avaliação das atuais políticas públicas nacionais de juventude.

Em síntese, Abad (*apud* SPÓSITO; CARRANO, 2007) apresenta uma evolução histórica das políticas de juventude e destaca três momentos: o primeiro refere-se à ampliação da educação e ao uso do tempo livre (entre 1950 e 1980), o segundo, ao controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985), o seguinte aborda o enfrentamento da pobreza e a prevenção do delito (entre 1985 e 2000) e por fim há uma inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000). Além desses momentos, outras abordagens foram discutidas nas políticas públicas de juventude na história e, certamente, contribuiriam para configurar o desenho das atuais intervenções. Conhecer as principais políticas públicas constitui a principal finalidade destes momentos, que irá subsidiar o entendimento do novo paradigma de políticas públicas nesse período da história e para esse segmento da sociedade.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE/PARA/COM JUVENTUDES: UM NOVO PARADIGMA⁴

Considerando que a juventude é uma parcela da população que precisa de atenção, notadamente, devida à vulnerabilidade social que abrange esse grupo, faz-se necessário entender a atual abordagem das políticas públicas de juventude.

Por outro lado, a juventude representa o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações (SPOSITO e CARRANO, 2007, p. 181-182). Os autores ainda acrescentam que

a conformação das ações e programas públicos não sofre apenas os efeitos de concepções, mas pode, ao contrário, provocar modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus sujeitos jovens. Assim, as políticas públicas de juventude não seriam apenas o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas poderiam agir, ativamente, na produção de novas representações.

Tal concepção reforça o quão é importante levantar reflexões sobre as intervenções para essa parcela da população, visto que existem interesses diversos que permeiam desde a formulação até a avaliação das políticas públicas. Interesses para além de questões financeiras que envolvem um projeto, mas, principalmente, interesses em questões ideológicas.

Além dessa possibilidade de análise, existem outras questões que não devem passar despercebida nessa discussão. É fato que existem jovens que estão excluídos da sociedade, sem perspectivas de trabalhar e muitos deles estão fora da escola, além, do envolvimento dessa parcela da população com a violência. Desta forma, a vulnerabilidade social torna-se um dos eixos que justificam as políticas públicas atuais.

Rummert e Ventura (2007, p.3) fazem uma referência a um ponto específico que leva à discussão da necessidade de considerar as intervenções na vida do jovem. As autoras destacam que

Combinando centralização das decisões com descentralização das ações e das responsabilidades de execução, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) e demais instrumentos legais imprimiram às políticas públicas, no âmbito da educação, o tom acentuadamente pulverizado e compensatório. Tal lógica, que orienta as políticas educacionais, redefiniu também o financiamento público e o conteúdo da ação governamental, passando a priorizar estratégias de focalização em grupos de extrema pobreza. É no bojo dessa problemática que se situam as atuais políticas destinadas à educação dos jovens e adultos.

⁴ Embora o termo paradigma tenha limitação nesse contexto, utilizamos essa denominação, pois Castro e Abramovay (2003) determina o termo paradigma nas suas produções.

Além da questão da vulnerabilidade, a UNESCO, em seus estudos, identifica os jovens como um segmento populacional estratégico no processo de desenvolvimento do país e, por isso, preconiza-os como foco de políticas públicas. Para Castro e Abramovay (2003, p. 15), discutir políticas públicas para a juventude “é construto da democracia e responsabilidade social com a sustentabilidade da civilização, ou com gerações que no presente se fazem gerações futuras, reconhecendo-se que na infância, na adolescência e na juventude se anunciam as gerações seguintes”.

Outra concepção para subsidiar as políticas públicas de juventude é pensar o jovem como propulsor de mudanças sociais e como sujeito de direito. Segundo Thompson (2006, p. 12-13)

associar-se à juventude exige que se reconheça a importância dos jovens como protagonistas do desenvolvimento local – uma estratégia que oferece um ponto de entrada poderoso e inovador para o debate sobre essa questão. Parcerias bem organizadas podem transformar os jovens em agentes primordiais desse processo, com capacidade para organizar, intervir e atuar em diversos níveis: na família, no sistema educacional, nos seus pares, nas comunidades e na sociedade como um todo. Os jovens não devem ser considerados beneficiários das políticas e dos programas de desenvolvimento, mas, acima de tudo, eles devem assumir cada vez mais a responsabilidade pelo seu próprio presente e futuro. Políticas públicas para a juventude devem ser implementadas com base nesse modelo participativo – amparadas tanto em sua capacidade de articular questões pertinentes às áreas públicas, voltadas para saúde, educação e emprego, como em sua habilidade para legitimar e financiar movimentos juvenis e incentivar a democracia.

Assim, o jovem vive em um contexto que dificulta sua inserção na sociedade e ao mesmo tempo, ele é reconhecido como um cidadão que tem direitos e deveres e passa a ter responsabilidades consigo e com a sociedade. A partir desta nova postura, a concepção de juventude como etapa de transição de uma fase da vida para outra é superada. O jovem é, pois, entendido como sujeito do agora e um ator social. De acordo com essa realidade e percepção Castro e Abramovay (2003) apresentam a proposta de desenvolver e trabalhar com políticas públicas de/para/com juventudes. As autoras pontuam que o “de” está voltado a pensar no jovem como um sujeito de direitos, responsável pelo seu próprio desenvolvimento e ressaltam a construção da autonomia que impulsiona a formação de um capital cultural⁵.

⁵ Para Bourdieu (1983) o processo inicial de acumulação do capital cultural começa inconscientemente desde a origem, sem atraso, sem perda de tempo, pelos membros das famílias que possuem capital cultural. Nestas famílias, o tempo de acumulação abarca praticamente todo o processo de socialização. Bourdieu afirma que o capital cultural pode existir sob três formas: estado incorporado, estado objetivado e estado institucionalizado.

A partir dessa idéia e considerando que o jovem não é determinado por características lineares, pensa-se em juventudes e não juventude, compactuando a ideia de que juventude não está associada, exclusivamente, à questão da idade e nem como apenas uma etapa de transição. A heterogeneidade está contemplada no “de” juventudes, o que difere das políticas elaboradas ao longo da história e que foram apresentadas anteriormente. Nesse sentido, Ribeiro e Lânes (2005, p.8) consideram que políticas públicas de juventude “é o conjunto de princípios, estratégias e ações que contemplam as distintas realidades dos (as) jovens, estabelecem seus direitos e responsabilidades e afirmam suas identidades e potencialidades.”

O “para” juventudes enfatiza a responsabilidade do Estado com essa parcela da população, visto que os jovens precisam de apoio em vários aspectos da sua vida. Por fim, o “com” juventudes implica em pensar políticas públicas que façam investimentos no processo e que procure lidar com complicadores políticos, econômicos, culturais e históricos e prioriza articulações entre agências, instituições, órgãos públicos, o que significa dividir responsabilidades e estabelecer parcerias. Essa articulação também considera o jovem como parceiro. Nesse aspecto, há críticas enfáticas, pois

tal perspectiva desloca para o âmbito de ação da sociedade civil, por meio da ação de ONGs e outras instituições, responsabilidades que cabem ao Estado, tendo em vista os direitos subjetivos dos cidadãos. Além disso, transfere para jovens e adolescentes, individualmente ou em grupo, em especial para os que fazem parte dos setores empobrecidos, a responsabilidade de, conforme o conceito de resiliência, contribuir para superação da adversidade (FERRETI; ZIBAS; TARTUCE, 2004, p. 07).

Considerando esse aspecto, Castro e Abramovay (2003) acreditam que a passagem de políticas “para” juventudes para a referência a políticas “de” juventudes e políticas “com” juventudes é um avanço democrático, o reconhecimento de identidades múltiplas, da diversidade de jovens e do direito dos jovens a representações próprias. Trata-se de um importante avanço, contudo há também com tal perspectiva o perigo de guetos e de transferência de responsabilidades por parte do Estado, ou seja, deixar à sociedade civil e aos jovens à gerência de programas e prestação de serviços a uma população.

Sposito e Carrano (2007, p.186) destacando que existe um espaço democrático, contudo,

pode ocorrer também o inverso: a formulação de políticas de juventude, mesmo consideradas em sua especificidade, é definida em um quadro de distanciamento, tutela ou subordinação da sociedade diante do Estado, em virtude das orientações prevaletentes nos governos que rebaterão diretamente sobre a forma como essas políticas vão equacionar suas relações com os segmentos juvenis.

Embora essas questões fortaleçam um cenário de dúvidas em relação ao novo perfil dessa política, são relevantes alguns avanços, pois a juventude é considerada em sua diversidade e o jovem tem um espaço, mesmo que parcial, para emitir sua opinião diante de uma intervenção, a qual vai interferir em sua vida e no contexto de toda sociedade.

3. A PARTICIPAÇÃO COMO FOCO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

A ênfase das políticas públicas nacionais para a juventude voltadas ao incentivo da participação e o novo paradigma das “políticas públicas de/para/com juventudes” requer que pensemos nas representações sociais em relação ao jovem participativo e na concepção do próprio termo participação levando em conta as especificidades do contexto juvenil.

A abordagem em relação às representações do jovem participativo é contextualizada tomando como marco inicial a década de 1960. Foi escolhida esta década como ponto de partida porque ela é uma das referências para atuais representações sociais de juventude. Com essa contextualização, esperamos auxiliar no entendimento das atuais formas de participação do jovem, assim como contribuir para perceber como se pensa hoje no perfil do jovem vinculado à questão da participação.

O segundo aspecto é dedicado ao momento atual da participação da juventude, quando são contempladas as novas roupagens e configurações do jovem como ator social, em especial o protagonismo. Em um terceiro momento, para determinar essas novas formas de participação, é utilizada como referência a pesquisa realizada pela iBase/Pólis em 2006, da qual resultou o relatório *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. A pesquisa teve como um dos objetivos perceber as formas de participação da juventude no contexto atual e auxiliar a formulação de políticas públicas para esse público. Para a realização dessa pesquisa “iBase/Pólis 2006”, foram determinados três caminhos de atuação do jovem. Cada um dos caminhos apresentados é discutido, ainda que de forma sintética, com a intenção de conhecer as principais formas de participação da juventude.

O último aspecto abordado é a ação comunitária. Ao longo deste tópico é feita referência à vinculação da ação comunitária, em seu processo embrionário, ao MOBRAL⁶; às críticas apresentadas às diversas concepções de ação comunitária e, por fim, a ação comunitária como instrumento de promoção da participação.

⁶ O MOBRAL foi um projeto do governo brasileiro, criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida". Este movimento, mantido pelo governo federal durante o regime militar, visava a instrumentalizar o cidadão e torná-lo capaz de exercer sua cidadania. No entanto, durante anos, jovens e adultos frequentaram as aulas do MOBRAL, sem atingir um nível aceitável de alfabetização ou letramento. A recessão econômica iniciada nos anos oitenta inviabilizou a continuidade do MOBRAL que demandava altos recursos para se manter.

3.1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE

Esse é um comentário muito conhecido quando o assunto é juventude: “Não se fazem mais jovens como antigamente”. Essa fala retrata uma forma de representação social da população em relação a juventude. Falar em juventude significa, muitas vezes, falta de responsabilidade, o não envolvimento social, o descaso com o outro, a falta de solidariedade. Nesses comentários, se estabelecem comparações, especialmente, com outras épocas históricas em que se considerava o jovem mobilizado e envolvido com as questões políticas e sociais.

As comparações são estabelecidas, especialmente, com os jovens da década de 1960 e 1970, período da ditadura militar. O jovem dessa época era e é considerado como um ativista, que lutava pelos seus direitos. Já na década de 1980, a declarada década perdida, houve pouca percepção da participação do jovem. A juventude da década de 1980 vai aparecer “como patológica porque oposta a geração dos anos 60: individualista, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, apática” (ABRAMO, 2007, p.83). Inclusive, esse perfil do jovem é “ênfatisado por aqueles que fizeram parte da geração dos anos 60 e 70, a juventude aparece aqui como depositária de certo medo relativo ao ‘fim da História’, uma vez que nega seu papel como fonte de mudança” (ABRAMO, 2007, p.83).

A partir da década de 80, muitas lamentações são postas, pois nota-se o desaparecimento da juventude da cena política, “erigindo aquelas formas de atuação antes suspeitas a modelos ideais de atuação, frente aos quais todas as outras manifestações juvenis aparecem como desqualificadas para a política.” (ABRAMO, 2007, p.77). Inclusive, a manifestação dos estudantes, em 1992, pelo *impeachment* de Collor foi considerada muito mais como festa do que como um momento político, os jovens que aderiram ao movimento foram taxados de “espontaneistas” e eram meros fantoches influenciados pela grande mídia e o movimento foi desqualificado, à época, por diversos setores da população.

Mais uma vez, o jovem é considerado apático quando se associa a participação. Entretanto, vale destacar que o tema

juventude e participação social evoca frágeis parâmetros de comparação entre diferentes gerações e é propício para generalizações infundadas. É preciso inovar a forma de se aproximar dessa questão, pois não há informações confiáveis que nos permitam dizer que, em termos numéricos, hoje há mais ou menos jovens participando de algum tipo de ação coletiva do que em gerações passadas (NOVAES, 2007, p. 100).

Além disso, as comparações são voltadas, geralmente, para a participação associada às questões políticas partidárias. Essa relação ocorre, principalmente, porque existe uma representação social em que participar implica se envolver em questões políticas e/ou atuar em manifestações.

É comum falar da “participação juvenil”, focalizando apenas as representações dos jovens sobre a categoria “política” e sua participação na política eleitoral. A visão negativa que o jovem tem da política e sua baixa participação nos mecanismos institucionais da vida política são dois aspectos sempre enfatizados (NOVAES; VITAL, 2005, p.117).

Contudo, a concepção de participação é mais ampla, e atualmente há diversas formas que definem o que pode ser considerado um ato de participação. Hoje “estão em pauta novas questões e linguagens que renovam a política e (re)inventam possibilidades de o jovem estar e agir no espaço público” (NOVAES; VITAL, 2005, p.119). Desta maneira, as formas da participação vêm se ampliando, principalmente, depois da ditadura militar.

A partir de toda a efervescência do processo de redemocratização do país, nos anos 80, do século passado, e de todas as discussões, movimentações e lutas, é promulgada a Constituição de 1988. A participação encontra suporte na Carta Maior que institui a “democracia participativa” e inspira a criação de mecanismos de participação. Só na Constituição, o termo participação é citado mais de quarenta vezes.

Essa é a nova configuração legal no Brasil. A participação, o envolvimento da população é indispensável. Muda o desenho de outras épocas, quando não havia suporte legal para a participação da população. Ainda assim, mesmo depois da Constituição de 1988 não há como se afirmar que os pressupostos estabelecidos estão sendo efetivados.

Este paradigma participativo contribui para uma nova formação de participação da juventude. Podemos mencionar alguns exemplos dessa nova formação da participação da juventude preconizada pela Carta Magna: formação de grêmios estudantis, o CONJUVE e a “política pública de/para/com juventudes”.

Todo esse suporte legal e esses meios de incentivar a participação podem contribuir para reconfigurar as representações sociais sobre participação da juventude. Esta mudança nas representações sociais, por sua vez, pode desencadear novas relações entre os diversos atores sociais/membros das comunidades, rompendo a concepção de juventude como problema social.

3.2. PARTICIPAÇÃO DO JOVEM: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Considerando o novo cenário nacional e as novas formas de participação da juventude, é necessário questionar: que participação é essa? Para Vasconcellos (2006, p. 92-93) participação é “um valor, é a necessidade humana, é uma questão de respeito pelo outro, o reconhecimento da sua condição de cidadão, de sujeito do sentir, pensar, fazer e poder”. Luck (1996 *apud* LUCK *et al.* 2005, p. 18), em uma abordagem semelhante, amplia a compreensão de participação e afirma que

participação, em sentido pleno, caracteriza-se por uma força de ação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir sobre questões que lhe são afetas.

Tanto Vasconcelos quanto Luck acreditam em uma participação emancipadora, que destaca o envolvimento dos indivíduos de forma plena e que se refira não apenas à participação como ação descomprometida e acrítica, mas que esteja imbuída de uma consciência política.

É muito pertinente o que Vasconcellos e Luck explicitam para que não se preconize uma participação meramente operacional e incapaz de despertar a consciência dos atos e das consequências das ações dos indivíduos. Dessa forma, faz-se necessário pensar na formação de um jovem participativo, pois, dependendo do viés da participação trabalhada, o sujeito pode tornar-se apenas um mero executor de tarefas.

Quando se fala de participação de juventude, o termo protagonismo⁷ não pode deixar de ser levado em consideração, afinal “tanto os documentos oficiais quanto aqueles que o discutem teoricamente, associam-no sempre ao jovem, à juventude. São raras as referências ao “protagonismo dos pais”, preferindo-se nesses casos o termo ‘participação’”. (FERRETTI; ZIBAS; TARTUCE, 2004, p.412)

Nessa perspectiva, surge a necessidade de pensar não apenas na concepção da participação, mas também de protagonismo, termos que vêm permeando as propostas de intervenção associada à juventude.

⁷ Estamos abordando o protagonismo por entendermos que um conceito que está atrelado às discussões sobre participação da juventude, sendo também mencionado no projeto do ProJovem. Porém, o foco da discussão neste trabalho é a participação.

Costa (2000, p.150) conceitua protagonismo a partir de:

[...] 2 raízes gregas: *proto*, que significa: "o primeiro, o principal"; *agon*, que significa "luta". *Agonistes*, por sua vez, significa "lutador". Protagonista quer dizer, então, o lutador principal, personagem principal, ator principal, ou mesmo agente de uma ação, seja ele um jovem, adulto, um ente da sociedade civil ou do Estado, uma pessoa, um grupo, uma instituição ou um movimento social.

Vale destacar, que embora sejam os termos tratados separadamente, ainda não existe uma delimitação onde um começa e o outro termina. Ambos se confundem e geralmente são postos como sinônimos.

Ferretti, Zibas e Tartuce (2004, p.413) acrescentam que

o tema indica que o “protagonismo dos jovens/alunos” é um conceito passível de diferentes interpretações e, além disso, imbrica outros conceitos igualmente híbridos, como “participação”, “responsabilidade social”, “identidade”, “autonomia” e “cidadania”. Nem mesmo a distinção conceitual entre “participação” e “protagonismo” é clara na bibliografia consultada. Ou seja, um autor pode-se referir a “protagonismo” em contextos em que outro falaria de “participação”, e vice-versa, havendo, ainda, casos em que as duas expressões são usadas como sinônimos.

Feitas essas considerações, entendemos que participação e protagonismo são conceitos que se constroem mutuamente. Não há como se falar em protagonismo sem falar em participação, da mesma forma que a participação pode desencadear o protagonismo do sujeito. Entretanto, a recíproca não é verdadeira: pode-se falar em participação sem se falar em protagonismo.

Em relação à formação do jovem participativo, há críticas sobre como o protagonismo e a participação interferem na vida dos jovens e nas relações destes com a sociedade. De acordo com Ferreti, Zibas e Tartuce (2004, p. 417) a forma de encarar e promover a participação do jovem

carrega consigo a possibilidade de despolitizar o olhar sobre as determinações da pobreza e sua manutenção, desviando o foco das preocupações do debate político e social sobre tais determinações para o da ação individual ou coletiva, [...], o protagonismo pode encaminhar a promoção de valores, crenças, ações etc. de caráter mais adaptativo que problematizador.

Assim, o papel dos professores e todos envolvidos diretamente com a educação é trabalhar

(...) de modo que a necessária promoção do protagonismo juvenil se afaste de um mero ativismo social – acrítico e apenas psicologicamente compensatório – ou da simples adaptação dos jovens às perversas condições da atual ordem socioeconômica (FERRETI, ZIBAS e TARTUCE, 2004, p. 422).

Além da preocupação em formar um jovem acrítico e desengajado politicamente (sentido *latu*), inclusive no que diz respeito à forma de participação, existe outra crítica que merece ser aqui abordada. Para Fereeti, Zibas e Tartuce (2004), a forma com que a participação é trabalhada pode acarretar um deslocamento das responsabilidades do Estado para o âmbito de ação da sociedade civil, por meio da ação de ONGs e outras instituições. “Além disso, transfere para jovens e adolescentes, individualmente ou em grupo, em especial para os que fazem parte dos setores empobrecidos, a responsabilidade de, conforme o conceito de resiliência, contribuir para superação da adversidade” (FEREETI; ZIBAS; TARTUCE, 2004 p. 418).

A abordagem de Feretti, Zibas e Tartuce (2004) tem relevância, pois considerando o jovem como ator principal, o Estado passa a ter uma função secundária e que, possivelmente, passa pela sua desresponsabilização diante das demandas da sociedade.

Contudo, mesmo que exista uma intenção de desresponsabilização do Estado, isso não implica em afirmar que a sociedade não tenha o seu papel a cumprir, uma vez que o Estado sozinho não pode arcar com todas as demandas da sociedade. Essa idéia é ratificada por Abramovay e Pinheiro (2003, p.3) quando argumenta que

os recursos à disposição do Estado e do mercado são insuficientes para, sozinhos, promoverem a superação da vulnerabilidade e de suas conseqüências, em particular a violência, [...] advoga-se o fortalecimento do capital social⁸ *intergrup*al, através do aumento da participação e valorização das formas de organização e expressão do jovem, como estratégia de ação para envolver a sociedade e seus recursos na busca de soluções para o problema.

Nesse sentido, o apoio não apenas do jovem, mas da população é essencial para dar conta das necessidades da sociedade, inclusive no atendimento de demandas de uma parcela da população excluída e que vive em uma realidade emaranhada de dificuldades.

Além disso, partindo de um contexto no qual o jovem está envolvido em um espaço de violência, a participação pode ser uma possibilidade de desvincular o jovem de “ações” de violência, por meio da articulação de novos ciclos de amizades ou até mesmo na ocupação do tempo livre, por exemplo.

⁸ Segundo Putnam e Gross (*apud* BAQUERO, 2003, p. 83) o conceito que enfoca a importância da promoção e do fortalecimento da solidariedade – capital social – não é novo (...). Em tempos recentes o conceito de capital social tem sido utilizado de maneira multidisciplinar, levando a um consenso de que a evidência gerada por esses estudos permite afirmar que as características da sociedade civil afetam a saúde da democracia, das comunidades e das pessoas.

Para Castro e Abramovay (2002) a participação se constitui em uma importante ferramenta para elevar a auto-estima do jovem. Assim, a participação juvenil pode colaborar não apenas para o apoio a comunidade, mas, também, contribuir com a própria formação do jovem.

Partindo do pressuposto de que a participação interfere na formação do jovem, há que se considerar a necessidade de trabalharmos não apenas as questões relacionadas ao mercado de trabalho e a elevação da escolaridade. Há, pois, a necessidade de formarmos jovens cidadãos que tenham uma atuação na sociedade, que assumam responsabilidades e que promovam mudanças na realidade. Torna-se imperativo, ainda, formar um jovem para exercer seus direitos e deveres e refletir criticamente sobre sua própria prática.

Ferreti, Zibas e Tartuce (2004) explicitam que as constantes transformações do mundo contemporâneo têm impactado de maneira significativa a vida do jovem. Este fato tem demandado a formação de valores e de atitudes cidadãs que permitam os jovens conviverem de forma autônoma.

Conforme observamos, existem ponderações sobre a formação do jovem participativo. Entre os aspectos ponderados, numa perspectiva negativa, aparecem a desresponsabilização do Estado e a formação de um jovem acrítico e mero reprodutor de atividades na comunidade. Em uma perspectiva de possíveis avanços, são destacados: a desvinculação do jovem de um contexto de violência, o desenvolvimento da auto-estima, a formação do jovem autônomo, a responsabilização da sociedade no que se refere às demandas sociais e o envolvimento da juventude em ações que contribuam na formação de valores e o desenvolvimento da cidadania.

O grande desafio de se adotar uma proposta visando à participação do jovem é formar um sujeito crítico e reflexivo, capaz de reconhecer não apenas seus deveres, mas também seus direitos. Apto a questionar e promover mudanças em prol da sua comunidade, e consequentemente, da sociedade.

A escolha de uma concepção de política pública, como já discutido, anteriormente, determina uma prioridade de investimento de recursos financeiros, assim como, o desenho desta, interfere (neste caso específico) na formação do jovem e, logicamente, influencia a dinâmica de vida da sociedade.

Concluimos, assim, que pensar na formação do jovem, vinculada à participação, é papel de pesquisadores, avaliadores e da comunidade em geral. Cabe a cada um destes agentes promoverem reflexões sobre as concepções das atuais políticas públicas (a exemplo das políticas

públicas de/para/com juventudes), visto que estas têm intensificado a ideia de parceria, de gestão compartilhada e de envolvimento da sociedade.

3.3. PLURALIDADES DE “CAMINHOS” DE PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE

As mudanças em relação à participação não se limitam a questões conceituais, a base legal ou ao incentivo à participação. Muda-se, também a forma de participar. Hoje é comum, por exemplo, ver comunidades no Orkut que se mobilizam para fazer reivindicações ou, ainda, a organização de um grupo de música que se dedicam a fazer letras com denúncias das condições de vida em que vivem.

Algumas desses caminhos⁹ de participação já existiam em outros momentos históricos, entretanto, atualmente a forma de participar apresenta outra configuração. Essas configurações mudam de acordo com o momento histórico e as relações que são estabelecidas pelos atores sociais.

Novaes e Vital (2005) citam como exemplos de lugares de participação: os movimentos de representação estudantil, as juventudes partidárias, as juventudes vinculadas a movimentos e as organizações sindicais rurais e urbanas e os grupos de jovens cristãos engajados. Esses lugares são como os “lugares usuais”.

Novaes e Vital (2005) trazem, também, exemplos de novos lugares, formas e objetos de participação para o jovem, como grupos e redes de jovens dos projetos sociais; grupos de jovens que atuam para transformar o espaço local, nos bairros, favelas e periferias; grupos e redes que agregam jovens em torno de identidades específicas (indígenas, mulheres, negros, orientação sexual, jovens com deficiências, ambientalistas, religiosos etc.); grupos que atuam nos espaços de cultura e lazer; grupos que se reúnem em mobilizações em torno de uma causa ou campanha (grupos contra a globalização, contra a guerra do Iraque, ações contra a violência e pela paz no Brasil, comitês da campanha contra a fome etc.) e grupos de jovens religiosamente motivados.

Outro lugar mencionado por Novaes e Vital (2005) são os grupos tradicionais em modalidades recentes. Como exemplo dessa classificação, temos: redes, fóruns, festivais, acampamentos de juventude e grupos, movimentos e redes de juventude organizados da temática

⁹ A escolha do termo “caminho de participação” está associada à pesquisa “Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas”, realizada em 2005. Essa escolha se deu porque essa pesquisa tem contribuído para a formulação das políticas públicas de juventude no Brasil. Entretanto, existem outras denominações: formas de participação, lugares de participação e espaços de participação.

“políticas públicas de/para/com juventudes”. Esses lugares mencionados pelas autoras retratam uma das formas de participação do jovem, que está legitimada pelo poder público mediante leis, decretos, políticas públicas específicas, assim como existe um incentivo para que tais formas de participação ocorram.

Políticas públicas para a juventude devem ser implementadas com base nesse modelo participativo – amparadas tanto em sua capacidade de articular questões pertinentes às áreas públicas, voltadas para saúde, educação e emprego, como em sua habilidade para legitimar e financiar movimentos juvenis e incentivar a democracia (THOMPSON, 2005, p.4).

De acordo com a pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas* (IBASE; PÓLIS, 2006, p.09),

ao mesmo tempo em que há pouca participação juvenil em espaços políticos formais, nota-se a presença de jovens em outros tipos de ações coletivas que contribuem para a constituição de espaços públicos *juvenilizados* em torno de diferentes experiências sociais participativas. Os(as) jovens brasileiros têm emitido sinais, mais ou menos visíveis, de negação frente a formas tradicionais de participação, tais como as que se expressam pela filiação a partidos, sindicatos e organizações estudantis. No entanto, ações coletivas juvenis deixam de ser notadas ou valorizadas devido ao caráter descontínuo, tópic e muito frequentemente desprovido de ideologias facilmente reconhecidas – esquerda e direita, por exemplo – do qual se revestem. Entretanto, as novas formas e temas pelos quais os(as) jovens se mobilizam na esfera pública também indicam o quadro de crise das formas tradicionais de participação e socialização política.

Com o objetivo de contemplar todas as formas de participação e saber o que os jovens pensam sobre isso, foi realizada a pesquisa *Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas*. Para contemplar esses novos espaços de participação do jovem foram definidos caminhos participativos (figura 2) a) Eu me engajo e tenho uma bandeira de luta - a participação política que ocorre por meios que vão além dos votos, b) Eu sou voluntário e faço a diferença - o envolvimento em trabalhos voluntários e que ajudam a diminuir os problemas sociais, c) Eu e meu grupo: nós damos o recado - o envolvimento em grupos culturais, religiosos de comunicação etc.

Apresentação dos Caminhos Participativos		
Os Caminhos Participativos		
<p>Caminho 1</p> <p><i>Eu me engajo e tenho uma bandeira de luta</i></p> <p>A participação política da juventude ocorre por meios que vão além do voto. Esse engajamento também se dá na atuação firme e direta em partidos políticos, organizações estudantis, conselhos, ONGs e movimentos sociais, ou seja, em instituições que organizam a sociedade e controlam a atuação dos governos.</p>	<p>Caminho 2</p> <p><i>Eu sou voluntário e faço a diferença</i></p> <p>Jovens voluntários(as) ajudam a diminuir os problemas sociais. Realizam diferentes atividades, tais como manutenção de escolas, recreação com crianças pobres e hospitalizadas, campanhas de doação de alimentos e diversas outras ações desse tipo.</p>	<p>Caminho 3</p> <p><i>Eu e meu grupo: nós damos o recado</i></p> <p>Os(as) jovens praticam e fortalecem o direito à livre organização. Eles(as) formam grupos culturais (esportivos, artísticos, musicais etc.), religiosos, de comunicação (jornal, página na internet, fanzine etc.), entre outros, compartilhando idéias com outros(as) jovens.</p>

Figura 2 - Definição de participação pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas.

Fonte: IBASE/POLIS, Que Brasil queremos? Como chegar lá? - Roteiro para o Diálogo da Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia, p.49.

Embora esses caminhos sejam apresentados como categoria principal, esses podem se completar e outros podem surgir e que não se classificam nessas categorias, principalmente, porque “os lugares socialmente reconhecidos para a participação na vida pública acabam sendo um ‘não-lugar’ para esses jovens” (IBASE; PÓLIS, 2006, p.72). Diante dessa variedade de possibilidades de envolvimento do jovem, uma complexidade se apresenta para determinar o perfil de participação da juventude hoje. Pois não implica apenas em considerar que o jovem vai para a rua contestar seus direitos, mas, fazer uma letra de música, por exemplo, denunciando determinada condição da realidade ou até mesmo definir estratégias de atuação por meio de comunidades virtuais.

Cada um dos caminhos de participação da juventude tem vantagens e desvantagens e merece ser discutidos com detalhe, destacando as particularidades e considerando a realidade de cada contexto. Nessa pesquisa, vamos ressaltar as configurações dessa relação de juventude e participação, em especial a Ação Comunitária.

O primeiro caminho (eu me engajo e tenho minha bandeira de luta) é considerado a forma mais comum de pensar em participação e geralmente as representações sociais estão voltadas para esse foco e que determina se o jovem participa ou não. “No entanto, não se faz uma comparação sistemática – na mesma pesquisa – entre as respostas dos jovens e as respostas dadas por entrevistados de outras faixas etárias” (NOVAES e VITAL, 2005, p. 117). Principalmente

em relação à credibilidade nessa forma de envolvimento. Hoje, no Brasil, é comum o descrédito em políticos independentemente da faixa etária.

O segundo caminho está vinculado à atuação voluntária. As críticas a esse caminho se concentram na desresponsabilização do Estado. Para um jovem que participou da pesquisa o trabalho voluntariado só é pertinente caso tenha

uma interação entre as partes, um lance de cumplicidade entre elas, sim. Mas o lance do voluntariado, tem que entender que a principal, quem tem o poder mesmo de agir, é o lance do Governo. Eles podem amenizar o problema, mas não podem solucionar (IBASE; PÓLIS, 2006, p.72).

De acordo com Kliksberg (2006, p.940), o voluntariado pode ser um passo importante para convocar e mobilizar a juventude e não deve ser visto como uma atividade marginal, mas como um campo aberto para o jovem desenvolver, sistematicamente, alianças sociais amplas e uma valorização contínua do seu papel na sociedade.

Essa forma de participação ainda é considerada por Youniss *et al*, 1997 (*apud* KLIKSBERG, 2006, p.940)

uma alternativa indiscutível para canalizar potencialidades juvenis, um contexto construtivo de vinculação social e uma escola de líderes. Estudos internacionais concluem que cidadãos que, quando adultos, são ativos e integrados a todo tipo de atividades participaram normalmente quando adolescentes e jovens de organizações voluntárias.

Mesmo considerando essa possibilidade de crescimento do jovem, na pesquisa IBASE/Polis, alguns jovens consideram o voluntariado (caminho 2) um roubo de uma vaga de um profissional, uma experiência que não se aproveita para o currículo, assume funções que é do governo e os resultados são lentos.

Ainda sobre “o caminho 2”, merece destaque a ação comunitária. Segundo, Marcellino (1996) a ação comunitária é um instrumento privilegiado para se trabalhar o voluntariado, representando um instrumento de promoção da participação.

Já quando a participação é voltada para o envolvimento em grupos culturais, religiosos, artísticos etc, a pesquisa constata limitações nesse caminho. Alguns jovens (IBASE; PÓLIS, 2006) acreditam que essa forma de manifestação não dá credibilidade, não possui força política e, ainda, não gera resultados. Um jovem de Belém afirma que o caminho três

é um caminho muito bom, só que é, pra ser de uma forma através de músicas, de teatro, de dança, expressão corporal. Parece ser como mostra a parte do contra, o Governo, ele não atenta muito pra isso, né? Por quê? Porque o que parece é que é uma forma muito subjetiva, parece que, ao mesmo tempo que eles tão protestando, por ser de uma forma tão alegre, tão espontânea, parece que eles estão acomodados com isso. Então eu acho que o terceiro Caminho também não é uma boa forma de você se expressar (IBASE; PÓLIS 2006, p.58).

São manifestadas, também, vantagens por alguns jovens. Para esses, “o caminho 3” é uma forma de expressar as idéias democraticamente, permite atuar com mais organização e força, possibilita maior impacto que o trabalho voluntário individual e é a base para reunião de vários jovens. De acordo com Novaes (2007), os grupos de arte e cultura, também, têm motivado a participação social de diferentes tipos de jovens em variadas organizações. Funcionam como articuladores de identidades para a elaboração de projetos individuais e coletivos.

Para Novaes e Vital (2005, p.130)

a literatura tem mostrado um conjunto variado de grupos urbanos associados a comunidades esportivas, rádios comunitárias, grupos de teatro e de dança e estilos musicais (*rock, punk, heavy metal, reggae, funk* e outros) que desempenha uma importância crescente entre os jovens. Tais comunidades promovem novas formas de pertencimento social que lhes permitem expressar seus descontentamentos, fazer denúncias e elaborar novos caminhos de participação.

Um exemplo muito discutido nessa concepção é o *hip hop*, que hoje tem um espaço reconhecido e é uma forma de manifestação da juventude. As manifestações e características desse grupo são manifestadas de várias formas e é nesse sentido que Novaes e Vital (2005, p.134) apresentam um resultado de pesquisa em *sites* de *hip hop*, na qual traz uma consideração pertinente: o *hip hop* não é um movimento orgânico que produz grupos homogêneos.

Pelo contrário, existem várias correntes, linhas e ênfases que os diferenciam entre países, cidades, bairros e estilos. Há grupos que apenas objetivam viabilizar suas carreiras como artistas. Há grupos violentos, até mesmo apoiados/financiados por traficantes. Mas há também os grupos que se propõem substituir a violência das brigas pelo convívio na música, na dança e no grafite. Nas periferias das grandes cidades o *hip hop* tornou-se um recurso cultural para a agregação de jovens.

Essa observação é importante porque uma mesma forma de “identidade” do grupo manifesta-se de diferentes maneiras. Por essa razão, qualquer aproximação generalizante, para afirmar todas as práticas envolvidas nessas formas de manifestações seriam expressões ou sinais do potencial contestador e rebelde do jovem na esfera pública, criando, assim, mais dificuldades do que auxiliando na compreensão de realidades e conjunturas sociais complexas (SPÓSITO, 2000).

Essa ressalva é válida para todos os caminhos da participação, pois nenhum destes é linear. Além disso, os três caminhos apresentados podem complementar-se e outros caminhos podem surgir ou re-surgir, apresentando-se em novos espaços, com novos objetivos, com novas formas e utilizando novos instrumentos. A ação comunitária é um desses instrumentos de participação e tem destaque nessa pesquisa, muito embora existam questionamentos sobre os pressupostos ideológicos que a orientam.

3.4. A AÇÃO COMUNITÁRIA: UM INSTRUMENTO PARA PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

O modelo participativo tem sido implementado no Brasil mediante políticas públicas para juventude e um exemplo é a proposta da Ação Comunitária do ProJovem. Para a compreensão desse modelo participativo, é fundamental entendermos as concepções que fundamentam a ação comunitária e o contexto em que ela surge. Uma vez que “novas apropriações e linguagens [...] renovam a política e (re)inventam possibilidades do(a) jovem de hoje estar e agir no espaço público” (NOVAES, 2007, p. 100).

O termo ação comunitária surge, no Brasil, ao final dos anos 70 e é uma das estratégias utilizadas para não deixar o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) acabar. O MOBRAL estava passando por um período difícil para recrutar alunos e precisava de uma forma convincente de mobilização da comunidade. Nesse contexto de tentativa de revitalização, o MOBRAL estabelece uma parceira com a Ação Cívica Social (ACISO) e dessa parceria surge o MOBRAL/ACISO. Essa parceria descaracterizou o MOBRAL como uma campanha alfabetizadora, passando a funcionar como um programa de ação comunitária, dentro do qual se incluía a alfabetização. Nessa nova configuração, o programa de alfabetização seria apenas uma das ofertas do MOBRAL às comunidades, sem caráter obrigatório, cabendo à população indicar que tipo de programação mais adequada ao seu contexto (PAIVA, V. 2003).

O MOBRAL/ACISO surge com a associação direta do MOBRAL com as forças armadas. O objetivo dessa parceria era manter a “integração nacional”. Essa integração pretendia projetar uma imagem do governo federal, estadual e municipal, através da realização de ações capazes de ir ao encontro das aspirações das comunidades (PAIVA, V. 2003).

Sobre a metodologia de trabalho, o MOBRAL/ACISO adotou a estratégia do Programa diversificado de Ação Comunitária (PRODAC). O programa era desenvolvido em três etapas: mobilização, organização de grupos e manutenção do trabalho. Mobilizar a população era

chamar a "população para a participação em uma atividade onde a própria comunidade planeja o que irá executar, após levantar as prioridades em relação às suas necessidades e interesses" (CORRÊIA 1979, p.340 *apud* IBELLO, 1993, p.8).

A organização de grupos estava relacionada à formação de grupos que iriam desenvolver o trabalho com base no diagnóstico e a manutenção do programa fazia com os grupos se reunissem com o objetivo de discutir estratégias, dividir tarefas, responsabilidades, avaliar e, se necessário, fazer reformulações no plano (IBELLO, 1993).

Nessa tentativa de revitalizar o MOBREAL, Vanilda Paiva (2003, p.392) afirma que

o Mobral buscou montar uma estratégia de sobrevivência alternativa, procurando apresentar-se ao governo militar como instrumento eficiente de ação ideológica. Realizando um programa "educação comunitária" – em seguida transformado em "ação comunitária" – ele poderia atuar como antídoto oficial contra mobilização da sociedade civil, especialmente através das comunidades eclesiais de base, ao mesmo tempo que possibilitava obtenção de informações sobre a atuação de grupos ou pessoas nas pequenas cidades ou na periferias das grandes cidades

Vanilda Paiva (2003) acredita que a parceria MOBREAL/ACISO não contemplou os anseios do Estado, enquanto ação ideológica, pois a população passou a questionar a tentativa de controle dos grupos organizados por parte dos órgãos de defesa, comprometendo o aspecto "educativo" dessa iniciativa.

Como a reconfiguração empreendida pelo MOBREAL por meio da parceria com as forças armadas não foi bem sucedida, recebendo constantes questionamentos por parte da sociedade civil, o presidente do MOBREAL publicou o livro *Educação Onisciente, Onipresente e Onipotente*, em 1979, e propôs uma educação comunitária alternativa que se realizaria por meio da ação comunitária. Segundo Vanilda Paiva (2003, p.395), para atender a esta proposta de educação comunitária alternativa, a ação comunitária coloca-se como

organismo prestador de serviço numa linha participativa e não-assistencialista/paternalista, dispondo-se a ouvir as populações evitando uma "postura invasora", verticalista, autoritária junto às comunidades, bem como uma "postura sonegadora", purista, para abrir "espaços de negociação e discussão" no nível de adequação de modelos desenvolvidos na prática de uma organização governamental com a especificidade das populações/comunidade onde atua, reconhecendo as potencialidades desta.

No início da década de 1980, a idéia central da nova ação comunitária proposta pelo MOBREAL/ACISO era o planejamento participativo, base para fomentar a "participação" social da população. Para Vanilda Paiva (2003) essa forma de ação comunitária orientada pelo Estado pode ser uma estratégia de conter os movimentos sociais, assim como pode "vender" uma falsa idéia de participação.

Após diversas tentativas de revitalizar-se, ainda na década de 1980, o MOBRAL/ACISO não consegue se manter mesmo modificando sua metodologia de trabalho com a ação comunitária.

Em uma abordagem semelhante à de Vanilda Paiva e Marcellino (1996, p.40), esclarece que ação comunitária institucionalizada envolve riscos:

disfarçada a idéia de participação, [a ação comunitária] pode estar camuflando o cumprimento dos objetivos não dos grupos envolvidos, mas tão-somente da instituição orientadora da ação [o Estado]. Não são apresentadas alternativas e a “participação” se dá pela persuasão, em atividades ou projetos de interesse institucional.

Vanilda Paiva (2003) e Marcellino (1996) estabelecem relação entre ação comunitária e uma falsa idéia de participação, principalmente quando existe uma institucionalização da “participação”. Desta forma, dependendo da intencionalidade da proposta e da forma como é conduzida e realizada a ação comunitária, a “participação” pode ou não ocorrer efetivamente.

Diferentemente da ação comunitária institucionalizada, Muros (2005 *apud* MARQUES, 2006, p.88), traz a classificação ação comunitária espontânea. Segundo o autor,

a ação comunitária como processo espontâneo é resultante do esforço cooperativo de uma comunidade que toma consciência de seus próprios problemas e se organiza para resolvê-los por si mesma, desenvolvendo seus próprios recursos e potencialidades, com a colaboração das entidades existentes.

As compreensões de ação comunitária institucionalizada e ação comunitária como processo espontâneo ensejam algumas considerações frente aos riscos da utilização da ação comunitária disfarçada de participação. A ação comunitária institucionalizada implica um maior risco de uma participação não efetiva do que a ação comunitária espontânea, visto que essa última pressupõe uma maior autonomia da comunidade em relação aos processos de planejamento, realização e avaliação.

José Paiva (2003, p.158) faz uma ressalva em relação às críticas a essa forma de participação. Para o autor a sociedade, de uma forma geral, associa o trabalho voluntariado (ação comunitária) a “visão global”, especialmente do “amigo da escola”¹⁰ e acabam associando o

¹⁰ Amigos da Escola é um projeto criado pela Rede Globo. O projeto estimula o envolvimento de todos nesse esforço e a participação de voluntários e entidades no desenvolvimento de ações educacionais – complementares, e nunca em substituição, às atividades curriculares/educação formal – e de cidadania, em benefício dos alunos, da própria escola, de seus profissionais e da comunidade (Disponível no site: <http://amigosdaescola.globo.com/TVGlobo>)

termo voluntariado a “trabalho alienado”, “ato despolitizado” “atitude encobridora dos descasos públicos”, ou seja, há uma desconsideração radical, quando relaciona o “voluntariado” à participação plena e consciente.

Enfim, as críticas à ação comunitária, especialmente, as classificadas como institucionalizadas, são diversas. Acredita-se que a ação comunitária pode torna-se um instrumento de participação não efetiva, uma forma de conter os movimentos sociais e, ainda, uma maneira de ser realizada em prol dos interesses de uma instituição. Entretanto, existem autores que trazem um aspecto mais positivo à proposta da ação comunitária.

Para Requixa (1973 *apud* MARCELLINO, 1996) a ação comunitária

é entendida, operacionalmente, como, um trabalho socioeducativo que consiste numa intervenção deliberada em determinada comunidade, através de atividades programadas em conjunto com pessoas e instituições locais, objetivando despertar e ampliar sua consciência para os problemas da comunidade, sensibilizá-las para a mobilização e coordenação de lideranças e predispô-las para ação que vise o encaminhamento de soluções daqueles problemas, ou de tentativas de realização de aspiração relacionadas com a comunidade como um todo.

Em uma perspectiva semelhante, Marques (2006, p.87) acredita que a “ação comunitária é uma forma de cooperação que tem como objetivo a superação de barreiras que impedem o desenvolvimento do homem enquanto ser coletivo”.

Ambos os atores acreditam que a ação comunitária é uma maneira de promover mudanças na comunidade frente aos problemas eventualmente identificados. Refere-se, portanto, a uma intencionalidade coletiva materializada em atitudes de cooperação.

Em síntese, a ação comunitária está associada diretamente à participação e pode ser considerada com maior proximidade do “caminho 2 – Eu sou voluntário e faço a diferença”, embora haja possibilidade de integração, ressignificação e complementação das diversas nuances da ação comunitária. O que vai determinar se a ação comunitária vai ser utilizada como realmente um instrumento de participação efetiva são os objetivos, a intencionalidade e a forma como ela é conduzida.

4. O PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS E A AÇÃO COMUNITÁRIA

Em 2005 foi instituída a Política Nacional de Juventude, por meio de Medida Provisória e, em seguida, aprovada por Lei 11.129 de junho de 2005. Essa política compreenderia a execução de três propostas simultâneas: a constituição da Secretaria Nacional de Juventude, que tem o objetivo de monitorar e articular as políticas de juventude; a implantação do Conselho Nacional de Juventude, que tem a finalidade de propor diretrizes governamentais, fazer estudos com a população jovem e assessorar a Secretaria Nacional de Juventude e o ProJovem¹¹, assume ao mesmo tempo um caráter emergencial e experimental.

Assim surge o ProJovem, objeto de estudo desta pesquisa. Por sua importância, o ProJovem merece uma atenção especial, um capítulo que abre espaço não apenas para conhecê-lo, mas para refletir acerca dos seus objetivos, justificativa, conceitos, estrutura e funcionamento. Assim, os dois primeiros tópicos deste capítulo serão dedicados a essas questões. A proposta, é a cada item apresentado, dialogar com os teóricos que vêm realizando estudos sobre o ProJovem a partir de 2005. Vamos considerar a diversidade de opiniões que são apresentadas sobre esta intervenção e, principalmente, questionar acerca das concepções e intenções dos principais pontos desta política pública.

Por fim, o último ponto a ser discutido é a dimensão Ação Comunitária proposta pelo ProJovem. Essa dimensão terá destaque, pois é o principal aspecto da pesquisa. Para entendê-la e criticá-la serão apresentadas questões que vão desde a sua estrutura até sua funcionalidade na vida do jovem.

¹¹ O novo formato do ProJovem vai permitir que jovens sejam reintegrados ao processo educacional, recebam qualificação profissional e tenham acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. O Governo Federal vai oferecer, até 2010, 4,2 milhões de vagas para atender aos jovens que tenham entre 15 e 29 anos e que vivam em situação de vulnerabilidade social. Além de assegurar um significativo aumento no número de jovens participantes, a unificação dos programas possibilitará a ampliação da faixa etária para até 29 anos. Com o ProJovem haverá também a unificação do valor do auxílio financeiro em R\$ 100,00, que será estendido também aos jovens do campo. Os currículos e a carga horária também serão unificados. Esse novo programa será subdividido em quatro modalidades: ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador (BRASIL, 2008). O ProJovem Urbana é o que mais se assemelha a proposta inicial (a qual estamos analisando) por isso será tomado como referência para eventuais comparações.

4.1 O PROJovem: JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS

A vulnerabilidade e as potencialidades da juventude são os dois aspectos básicos que justificam a existência do ProJovem. Ambos os pontos são argumentados, levando em consideração o perfil do jovem que o Programa vai atender. O primeiro destaque é a vulnerabilidade social que, segundo Castro e Abramovay (2002) compreendem de modo integrado o conceito corrente de debilidade ou fragilidade, saindo dessa forma da análise de posições e morfologias estáticas, reconhecendo processos contemporâneos, tentando compreender de forma integral diversidades de situações e sentidos para diferentes grupos, indivíduos, tipos de família ou domicílios e comunidades. Em suma, o conceito de vulnerabilidades sociais pode referir-se tanto nos aspectos negativos, - riscos e obstáculos para as comunidades, famílias e indivíduos, quanto positivos – possibilidades, recursos mobilizáveis nas estratégias das comunidades, famílias e indivíduos.

Embora a vulnerabilidade tenha esses dois aspectos, o ProJovem reforça bastante o aspecto negativo, considerando o perfil socioeconômico e a realidade em que os jovens estão inseridos. Para especificar esse público, o projeto do ProJovem apresenta um diagnóstico que mostra como os jovens são os mais atingidos pelas fragilidades do sistema educacional, pelas mudanças no mundo do trabalho e, ainda, os mais destituídos de apoio de redes de proteção social.

As informações apresentadas a partir do diagnóstico mostram os jovens brasileiros hoje com: acesso restrito à educação de qualidade e frágeis condições para a permanência nos sistemas escolares; inadequação da qualificação para o mundo do trabalho; envolvimento com drogas, gravidez precoce, mortes por causa externas (homicídio, trânsito e suicídio) e baixo acesso às atividades de esporte, lazer e cultura (BRASIL, 2005).

Junto a esses dados, vale ressaltar que o jovem está fora do contexto escolar de duas formas. A primeira ocorre por não ter concluído o ensino regular e a segunda por não estar frequentando a Educação de Jovens e Adultos. Esta última atende a um público considerado excluído e, ainda assim, o jovem do perfil do ProJovem não está inserido nesse contexto educacional.

Em relação à priorização do atendimento de jovens da zona urbana e da região metropolitana, o projeto se justifica a partir dos dados do Censo de 2000, segundo o qual 84% dos jovens brasileiros viviam no meio urbano, sendo que 31% em regiões metropolitanas, onde se evidenciava o crescimento de favelas e de periferias caracterizadas pela ausência de infraestrutura e equipamentos urbanos e de segurança pública (BRASIL, 2007, p.7).

A partir desse cenário, o projeto destaca a violência e apresenta dados divulgados pela UNESCO que evidenciam, em 2002, uma taxa de homicídios na população jovem de 54,5 para cada 100 mil jovens, contra 21,7 para cada 100 mil para o restante da população. Dados do Mapa da Violência III, da UNESCO (2002), indicavam que essa taxa, para o grupo de jovens de 15 a 24 anos no Brasil (45,8 por 100 mil jovens, em 1999) era a terceira maior do mundo, ficando atrás apenas da Colômbia e de Porto Rico e sendo quase oito vezes maior que a da Argentina (6,4 por 100 mil jovens em 1998). (BRASIL, 2005, p.8).

Segundo Kliksberg (2006) a situação de elevada pobreza vem aumentando, e os jovens, apesar de suas supostas vantagens relativas em termos de adaptabilidade às novas tecnologias e de flexibilidade, foram fortemente impactados por esse aumento da pobreza.

Esses dados demonstram a necessidade de realização de uma intervenção na vida desses jovens e de estudos e pesquisas que questionem e proponham reflexões sobre os resultados alcançados. O outro aspecto que justifica o Programa diz respeito ao protagonismo e a participação social como potencialidade. O projeto estabelece que a juventude

é a fase da vida mais marcada por ambivalências, pela convivência contraditória dos elementos de emancipação e de subordinação, sempre em choque e negociação. Mas essa também é a fase de maior energia, generosidade e potencial para o engajamento. Portanto, um programa dirigido aos jovens deve tomar como seus, tanto os desafios que estão sendo colocados para essa geração, quanto sua forma inovadora de encontrar respostas aos problemas sociais, chamando-os permanentemente para o diálogo e para a participação cidadã (BRASIL 2005, p.11).

Essa concepção de juventude se encaixa, perfeitamente, como possibilidade de mudança e considera o jovem como uma potencialidade da inovação e de um futuro renovado. Uma das dimensões em que essa percepção de juventude aparece de forma bastante clara é a realização da proposta da Ação Comunitária. Assim como é uma argumentação bastante clara na concepção das políticas públicas atuais voltadas para esse público-alvo, o jovem não é visto como beneficiário é um ator social.

As duas argumentações apresentadas, a vulnerabilidade e a potencialidade da juventude trazem informações coerentes para justificar o Programa. Entretanto, não se deve deixar de considerar que as duas argumentações parecem se contrapor, pois ao mesmo tempo em que considera o jovem como um sujeito social capaz de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, também o associa aos

indicadores de desigualdade social, evidenciam-se alguns dos principais problemas com os quais se deparam hoje os jovens brasileiros: acesso restrito à

educação de qualidade [...]; inadequação da qualificação para o mundo do trabalho; envolvimento com drogas, gravidez precoce, mortes por causas externas (BRASIL 2005, p. 7-8).

Considerando a complexidade da palavra juventude em relação à diversidade dos contextos em que o jovem está inserido, as argumentações se complementam, mas não significa que elas têm o mesmo peso e significado como pontua Albuquerque e Farias (2007). As autoras enfatizam que das cinco páginas do projeto somente uma página e meia trazem aspectos indicados como “potencialidades” e as outras justificativas recaem no primeiro aspecto, a juventude como problema social.

Ainda no aspecto da participação, o projeto traz dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), segundo o qual 65% dos jovens (12 a 17 anos) nunca participaram de atividades associativas e/ou comunitárias. Essa idéia é reforçada, também, de acordo com os *surveys* nacionais realizados pelo Projeto do Instituto Cidadania, entre jovens de 14 a 24 anos de todo Brasil, em que apenas uma minoria participava de movimentos estudantis, sindicatos, associações profissionais e partidos políticos. Mesmo enfatizando a ínfima participação da juventude, o projeto ressalta que essas não são as únicas formas de participação, pois a juventude vem expressando demandas, necessidades e visões de mundo para agir no espaço público (BRASIL, 2005). Esse destaque a novas formas de envolvimento da juventude nos leva a acreditar que o ProJovem tem uma idéia de participação do jovem, proporcionando uma análise mais profunda acerca dos espaços de participação da juventude.

A partir dessas argumentações, no final do projeto, está dito que se espera que os jovens sejam capazes de

afirmar sua dignidade como seres humanos, trabalhadores e cidadãos; utilizar a leitura e a escrita, assim como outras formas contemporâneas de linguagem, para se informar e aprender, expressar-se, planejar e documentar, além de apreciar a dimensão estética das produções culturais; compreender os processos sociais e os princípios científicos e tecnológicos que sustentam a produção da vida na atualidade; utilizar tecnologias de informática necessárias à inserção cultural e profissional; assumir responsabilidades em relação ao seu grupo familiar e à sua comunidade, assim como frente aos problemas que afetam o país, a sociedade global e o planeta; identificar problemas e necessidades de sua comunidade, planejar e participar de iniciativas concretas visando a sua superação; refletir criticamente sobre sua própria prática; conviver e trabalhar em grupo, valorizando a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos; afirmar valores de solidariedade, posicionando-se ativamente contra qualquer forma de racismo e discriminação; exercer direitos e deveres da cidadania, participar de processos e instituições

que caracterizam a vida pública numa sociedade democrática (BRASIL, 2005, p.16-17).

Cada um dos objetivos apresentados abre espaço para uma análise detalhada das intenções, da implementação e dos resultados do ProJovem e merece uma atenção especial, principalmente, considerando as subjetividades de cada item, a heterogeneidade de características dos jovens que frequentam o Programa e os contextos diversificados de cada núcleo e, mesmo de cada sala de aula.

4.2 O PROJOVEM: ESTRUTURA, FUNCIONAMENTO E CONCEITOS

Em 2005, foi previsto no orçamento da Presidência da República para início do Programa, recursos em torno de trezentos milhões de reais distribuídos em ações governamentais. Relacionado com o viés das políticas públicas nacionais, o ProJovem caracteriza-se

por levar em conta a singularidade da condição juvenil, suas necessidades, seus desejos frente à sua condição sócio-econômica e cultural; reconhecer o jovem como sujeito de direitos; viabilizar sua participação ativa no processo de aprendizagem em que está envolvido e busca superar os grandes hiatos existentes entre escola e vida, entre aprendizado teórico e prático, entre escola e mundo do trabalho, entre a preparação do cidadão para o futuro e a ação do jovem cidadão no presente (BRASIL, 2005, p.14).

No Programa está estabelecido que cada jovem integrante do ProJovem, que fizer as avaliações, obtiver 75% de presença e realizar as atividades em dia, recebe o valor de R\$ 100,00 mensais, a título de ajuda de custo. O fato de o estudante receber a bolsa é muito polêmico, pois tem um caráter assistencialista como afirmam Albuquerque e Farias (2007) e consta dentre os motivos pontuados que levam o jovem a frequentar o Programa.

Contudo, o relatório parcial de avaliação do ProJovem (2007) aponta que apenas 9,4% dos jovens fizeram a inscrição no Programa pelo auxílio financeiro. Esse foi o quinto motivo que contribuiu para a inscrição, segundo os jovens entrevistados. Os demais motivos foram: a qualificação para o emprego (25,6%), obter o diploma de ensino fundamental (24%), aprender outra profissão (14,8%) e conhecimento de informática (11,6%)

Em uma entrevista no Observatório Jovem, o coordenador geral do ProJovem da cidade do Rio de Janeiro, Pedro Veiga acredita que

R\$ 100,00 não mantêm jovem em programa nenhum, principalmente nesta idade. O tráfico, a informalidade, a ilegalidade em qualquer sentido paga muito mais do que isso. Os R\$ 100,00 são, literalmente, uma bolsa para que o cara possa se deslocar, fazer um lanche — apesar de já ter lanche no projeto — é uma ajuda (OBSERVATÓRIO JOVEM, 2005, p. 01).

Embora essa discussão referente à bolsa dos jovens tenha grande relevância, a pesquisa não vai aprofundar esse aspecto, mas é necessário salientar essa questão, pois é um dos pontos que trazem um diferencial em proposta de intervenção na vida dos jovens.

O ProJovem tem a característica de atender jovens que concluíram a 4ª série até os que não concluíram a 8ª série. Esse critério de seleção está associado à questão do mundo do trabalho; apenas os jovens que não têm carteira assinada podem frequentar o Programa e conseqüentemente receber a bolsa. Todas essas características influenciaram na matrícula e seleção dos alunos que ingressaram no Programa.

Para desenhar a proposta do Programa foram utilizados os resultados de pesquisas realizadas pelo IPEA, principalmente, na produção de informações estatísticas. Também se incorporam resultados de pesquisas e consultas realizadas pela UNESCO e pelo Projeto Juventude do Instituto Cidadania e acompanhado o trabalho desenvolvido pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados destinada a conduzir e estudar propostas de políticas públicas para a juventude.

O Projeto do ProJovem assume uma proposta em que, ao mesmo tempo, tem caráter emergencial – atendendo a um segmento que tem necessidade de chegar ainda jovem ao ensino médio – e apresenta caráter experimental, no curso de formação - ao basear em novos paradigmas sua proposta curricular, que trata de forma integrada a formação geral, a qualificação profissional e o engajamento cívico. Cada um dos componentes pretende trabalhar com a formação básica, a fim de garantir:

as aprendizagens que correspondem às diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e a certificação correspondente e, ao mesmo tempo, fundamentar a formação profissional e a ação comunitária; a qualificação inicial para o trabalho deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais, quanto às vocações dos jovens e; a ação comunitária deverá resultar de um diagnóstico das necessidades locais e regionais e promover o engajamento cidadão voluntário e a formação de valores solidários (BRASIL, 2005, p.20).

Para organizar o espaço físico, o Programa é implementado em Núcleos locais, reunindo cinco turmas de trinta jovens, que funcionam diariamente, em locais onde haja condições adequadas disponíveis e, se possível, próximos às residências dos estudantes. Esses locais, geralmente, são escolas públicas da rede municipal, mas outros espaços podem ser utilizados para as aulas. A utilização dos espaços físicos para as aulas, por exemplo, contempla um dos direcionamentos do ProJovem, o qual adere às tendências das características das “políticas públicas de/para/com juventudes”, que é a articulação entre diversos órgãos, instituições e esfera do governo.

A partir da proposta de responsabilidade mútua da parceria, os relatos dos jovens do Programa demonstram que há, muitas vezes, desrespeito para com o público atendido pelo ProJovem. Um exemplo muito frequente sinalizado pelos jovens é o descaso dos gestores das escolas, os quais dificultavam o acesso ao material e à merenda e apontavam as coisas erradas imputando a culpa ao jovem participante do Programa.

Nos informações coletadas pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) os relatos de alguns jovens corroboram com o relato do desrespeito para com os jovens do ProJovem: “A diretora... Tudo ela fazia para dificultar (...)”; “(...) Tudo que acontecia de errado era o ProJovem, então os professores diziam não toque, não entre na sala, entre com a gente...”; “(...) (a diretora) humilhava muito a gente do ProJovem, ela humilhava, ela humilhava mesmo. Acho que não só na minha Estação...”

É necessário destacar que o problema da parceria não ocorre exclusivamente em Salvador. Estudos sobre o Programa no Rio de Janeiro e Fortaleza, por exemplo, demonstram que a fragilidade da parceria perpassa vários locais e que se torna um problema na implementação do ProJovem. Toledo *et al* (2007, p.50) revelam que um dos desafios na atuação da coordenação pedagógica foi construir e articular parcerias para a implementação do Programa; Matos e Junior (2007, p.5) trazem relatos que confirmam a discriminação por parte dos gestores das escolas em relação aos jovens do ProJovem e acreditam que “a escola, em muitos casos, deseja um perfil de aluno diferente do estudante do ProJovem (jovem que passou um tempo “fora” da instituição; não se adequa a muitas de suas regras)”.

Embora essa problemática tenha sido verificada em todos os locais, ainda assim, faz-se necessário questionar as formas como são estabelecidas as parceiras, as definições de responsabilidades e, até mesmo, a formação para os envolvidos, principalmente, porque essa

postura de discriminação pode gerar um afastamento do jovem do Programa, prejudicando a proposta de inclusão do jovem.

Em relação à estrutura do espaço do ProJovem, os Núcleos são vinculados a uma Estação Juventude, local onde muitas informações são centralizadas, e é um ponto de apoio para os Núcleos. A figura 3 apresenta como funciona essa organização espacial.

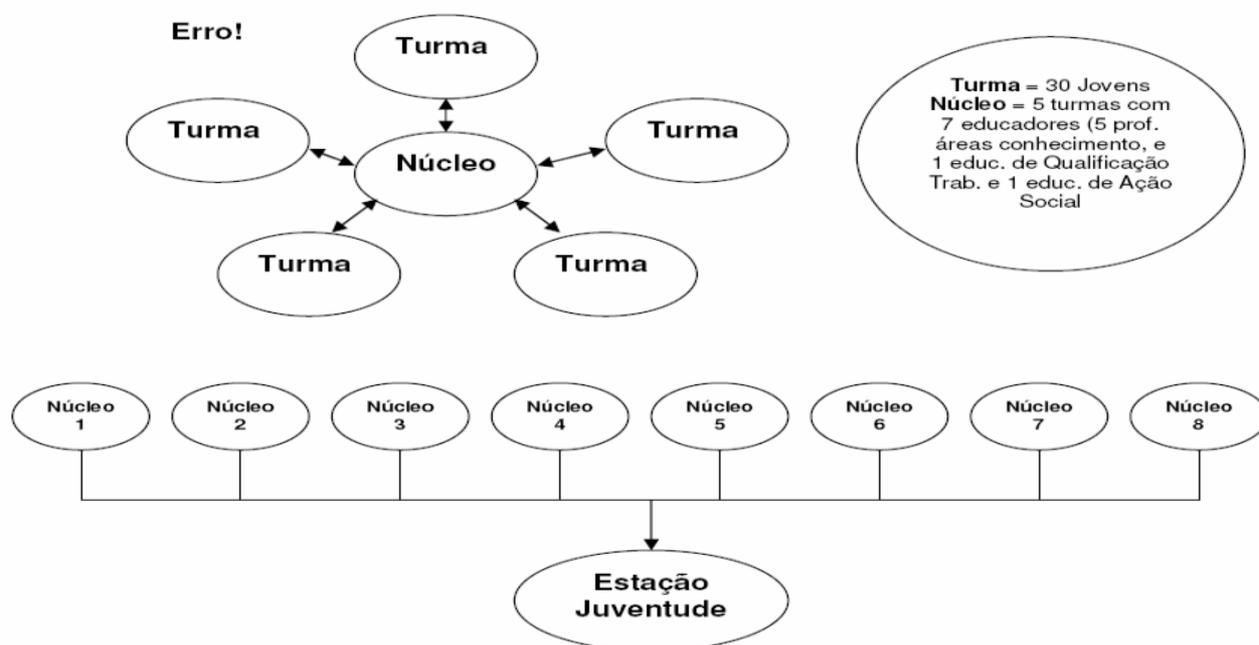


Figura 3 - Estrutura do espaço ProJovem

Fonte: Projeto do ProJovem (2005, p. 37)

Para o processo de implementação foram organizados sistemas integrados, que têm o objetivo de garantir a execução do curso em todos os níveis organizacionais previstos no Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Os sistemas são: i) Instrucional, que compreende a organização de material pedagógico para dar sustentação ao processo de ensino e aprendizagem; ii) Operacional, que se refere às ações administrativo-pedagógicas necessárias para fazer acontecer as ações previstas. Envolve o desenho curricular do Programa e pressupõe o trabalho com variáveis políticas e técnicas; iii) Sistema de Formação Continuada e Apoio à Aprendizagem, que abrange a seleção e a preparação dos docentes do curso e o esquema de trabalho dos professores-orientadores; iv) Comunicação e Informação, que terá como propósitos: agilizar o fluxo das informações indispensáveis para que os demais sistemas funcionem adequadamente; manter os vínculos dos alunos com o curso e estimular a formação de comunidades de aprendizagem e trabalho e de convivência social e; v) Monitoramento e Avaliação do Programa, responsável por produzir dados, informações e conhecimentos que

permitirão o contínuo aperfeiçoamento do funcionamento do projeto, além de possibilitar a avaliação da qualidade do curso. (BRASIL, 2005).

Em relação à estrutura curricular, o curso é organizado em Unidades Formativas e tem como propósito possibilitar a sua construção em um *continuum* e, ao mesmo tempo, demarcar os momentos distintos que o compõem. Cada Unidade Formativa será articulada em torno de um eixo estruturante, de instrumentos conceituais e de resultados esperados (BRASIL, 2005).

O eixo estruturante corresponde, em cada unidade, a uma situação-problema relevante na vida cotidiana dos jovens envolvidos no Programa e que os desafie de maneira particular. A intenção dessa estrutura é superar a organização por meio de disciplinas estanques. Na proposta, a interdisciplinaridade é destacada e é vista como

uma abordagem integrada às questões contemporâneas sobre a produção do conhecimento, que enfatizam o rápido envelhecimento da informação factual e o esmaecimento das fronteiras entre as disciplinas tradicionais. Entretanto, as integrações possíveis entre áreas de conhecimento são parciais e têm de ser construídas em contextos e situações específicos. Assim, a integração entre educação, trabalho e ação comunitária se faz em função da inclusão social dos jovens cidadãos (BRASIL, 2005, p.17).

A proposta da interdisciplinaridade é considerada por Navarro e Soares (2007, p.12) uma abordagem inovadora, levando em consideração que o currículo

pode potencializar ações historicamente transformadoras, no âmbito do ensino não regular. A finalidade última da inclusão social dos “jovens cidadãos” contém, em si, elementos que podem/devem ensejar questionamentos e críticas à ordem estabelecida, na perspectiva da emancipação social.

Além do mais, pode ser analisada como uma abordagem inovadora, considerando principalmente o currículo, visto que articula as três vertentes do Programa e dá oportunidade ao jovem de perceber o todo, e rompendo com a fragmentação. No material didático, percebe-se uma articulação entre os conteúdos das Unidades Formativas, levando em consideração a idéia da interdisciplinaridade. Isso significa que a proposta interdisciplinar vai além da palavra que, muitas vezes, apenas é pontuada nas propostas pedagógicas.

As Unidades Formativas representam uma das estratégias para atender a proposta interdisciplinar e têm a finalidade de traduzir o currículo em situações de ensino e aprendizagem, orientando o trabalho dos alunos durante os doze meses do programa seja nas atividades presenciais ou a distância. Para a organização da proposta, existem quatro Unidades Formativas, as quais são organizadas da seguinte forma:

I - Juventude e Cidade - A Juventude e as práticas de ocupação do espaço urbano pelos jovens (vivência na cidade globalizada). Re-posicionamento diante das dinâmicas urbanas de inclusão e exclusão social. II - Juventude e Trabalho - O Mundo do Trabalho, as transformações pelas quais vêm passando a sociedade contemporânea e as práticas de inserção dos jovens no trabalho. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no trabalho e na escola. III - Juventude e Comunicação - Informação e comunicação na sociedade contemporânea e as práticas dos jovens. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão no acesso à informação e à comunicação. IV - Juventude e Cidadania - Diferenças sócio-culturais que segmentam a Juventude brasileira: preconceitos e discriminações intra e intergeracionais. Reposicionamento diante das dinâmicas de inclusão e exclusão sociais que expressam desigualdades e diferenças (geração, gênero, raça/etnia, deficiências físico-psíquicas) (BRASIL, 2005, p. 24).

A divisão das Unidades e cada um dos temas trabalhados abordam as três vertentes do ProJovem. Cada uma das unidades tem especificações possíveis que contemplam a ideia da interdisciplinaridade e abordam questões do cotidiano do perfil do jovem atendido.

No aspecto da carga horária, o ProJovem tem a duração de cinco horas diárias, por um período de doze meses¹². A formação integral contempla atividades de formação escolar (800 horas), qualificação profissional (350 horas) e desenvolvimento de Ação Comunitária (50 horas), somando 1.200 horas presenciais. O currículo ainda prevê uma carga horária de 400 horas de atividades não presenciais, totalizando 1.600 horas de todo o curso. Na Tabela 1 é apresentada a distribuição das horas de atividades por eixo do Programa.

Tabela 1 - Distribuição de carga horária do ProJovem

	Horas presenciais	Horas não presenciais	Total
Ensino Fundamental	800	400	1.200
Qualificação Profissional	350	-	350
Ação Comunitária	50	-	50
Total	1.200	400	1.600

Fonte: Projeto do ProJovem (2005, p. 19)

A carga horária do Programa é um elemento que abre espaço para discussão, pois existem muitos objetivos a serem atingidos em um curto período de tempo. Além disso, no turno noturno é difícil de atingir cinco horas diárias, pois os jovens às vezes chegam atrasados, visto que alguns

¹² O SMA identificou que a carga horária disponibilizada pelo programa era insuficiente para a formação do jovem e estabeleceu, no ProJovem Urbano, para um período de funcionamento do programa uma carga horária total de 2000 horas compridas ao longo de 18 meses letivos.

são trabalhadores (mesmo não tendo carteira assinada) e têm dificuldade de cumprir os horários estabelecidos; algumas vezes as aulas acabam mais cedo, pois determinados bairros são perigosos e os alunos precisam ir para casa antes do horário fixado para o término das aulas. Essa questão não é uma especificidade de Salvador, segundo Matos e Junior (2007, p.6), em Fortaleza, “nas escolas municipais, devido a uma cultura que foi sendo estabelecida como reflexo das condições educacionais, muitas vezes precárias, e da falta de segurança, costumam finalizar as atividades mais cedo”.

Além disso, o número de dias letivos das aulas é difícil de ser cumprido, principalmente, no período de dezembro a fevereiro, pois, no ensino regular é férias, o que interfere também nos dias de aula do ProJovem. Todos esses fatores mencionados contribuem de alguma forma para o não cumprimento da carga horária prevista no Programa. Um dos jovens do programa diz “o tempo é muito pouco para a gente aprender (...)”, outro jovem comenta “(...) pouquíssimas vezes tivemos aula... como tinha vários feriados e teve aquela paralisação (...)” (RELATÓRIO SMA).

Embora os fatos apontados dificultem o cumprimento da carga horária, é relevante questionar: se o período de realização do ProJovem fosse maior que doze meses a evasão aumentaria? Uma vez que a evasão costuma ser frequente na Educação de Jovens e Adultos quando o tempo de curso é muito longo.

Com o propósito de reconduzir os jovens evadidos do sistema de ensino regular é que o Programa propõe estratégias, criando e validando múltiplas formas e múltiplos espaços de aprendizagem, de modo a ampliar o acesso aos sistemas de ensino e aumentar a probabilidade de permanência dos jovens no sistema educacional. Nesta perspectiva, o ProJovem traz o conceito de educação

como processo construtivo e permanente, que vai da vida para a escola e da escola para a vida, articulando conhecimentos formalmente estruturados e saberes tácitos. Tem caráter histórico e cultural, formando as novas gerações de acordo com o projeto histórico de uma sociedade e, ao mesmo tempo, promovendo a auto-realização e o desenvolvimento das pessoas. É atribuição e responsabilidade de múltiplas agências: a família, a igreja, a empresa, o sindicato, a associação profissional e, é claro, a escola. (BRASIL, 2005, p.15)

Para Navarro e Soares (2007, p.10), a definição de educação é híbrida, pois:

ao mesmo tempo em que vincula, (...) educação e projeto histórico de uma sociedade, não trabalha esta vinculação e assimila valores abstratos e universais tais como “auto-realização” e “desenvolvimento das pessoas”. Valores que, em si, também são históricos”. O mais curioso, contudo, é a ausência do Estado como responsável pela educação.

Embora o conceito de educação abra espaço para diversas discussões, inclusive a questão da ausência de foco e clareza dos objetivos que se pretende atingir com a formação dos jovens, na pesquisa merece um destaque a ausência do Estado como responsável pela educação. São citados a família, a igreja, a empresa, o sindicato, a associação profissional, a escola, mas o Estado não aparece na relação citada. Nesse aspecto, dois pontos merecem ser mencionados, o primeiro refere-se à própria ideia da responsabilidade mútua sinalizada nas políticas públicas nacionais de juventude e a gestão compartilhada mencionada no projeto, tendo, inclusive um tópico especial no Projeto do ProJovem (BRASIL, 2005).

A partir dessa realidade, o destaque no conceito de educação pode ter a intenção de enfatizar a responsabilidade mútua e por isso não se mencionou o Estado como responsável, até porque a própria LDB 9394/96, no artigo 2º, já menciona o papel do Estado na educação. E, a escola citada, no caso a pública, representa uma forma de participação do Estado na educação. Ainda assim, é coerente ressaltar a falta do Estado no conceito apresentado como um alerta para não se esquecer o seu papel na educação em qualquer nível ou modalidade de ensino, principalmente levando em consideração as discussões que levantam a possibilidade de desresponsabilização do Estado diante da questão educacional.

Quanto ao conceito de juventude, o ProJovem considera

uma noção que expressa sentidos culturais diversos e cambiantes, ao longo da História. Na concepção da sociedade ocidental moderna, a etapa da Juventude tem sido associada a um tempo de "moratória social", de passagem entre a infância e o mundo adulto e, assim, de preparação para a inserção no mercado de trabalho e para a constituição de nova família. Entretanto, na perspectiva do ProJovem, a Juventude, com sua diversidade, é vista não apenas como passagem, mas como fase singular da vida, que pressupõe o reconhecimento de direitos e deveres específicos. Portanto, o jovem já é um cidadão, e sua vida escolar, sua preparação para o trabalho e seu engajamento social são entendidos como exercício da cidadania. (BRASIL, 2005, p.16)

O conceito de juventude adotado pelo ProJovem ultrapassa a associação de juventude como transição de uma fase de vida para outra, relacionada à faixa etária, a problema social e como uma construção cultural e administrativa. A partir da apresentação, da justificativa e dos objetivos do Programa, observamos que a conceituação de juventude caminha por todas essas vertentes, devido, principalmente, à complexidade da definição do conceito como já foi mencionado anteriormente. Outro fato marcante nessa definição é a associação das dimensões do Programa, quando diz que “o jovem já é um cidadão, e sua vida escolar, sua preparação para o trabalho e seu engajamento social são entendidos como exercício da cidadania”. As três

dimensões do programa (educação, qualificação e ação comunitária) aparecem de forma bastante clara nesse momento, o que, aparentemente, parece ser um conceito mais voltado a atender a proposta das dimensões do que realmente definir juventude.

4.3 A AÇÃO COMUNITÁRIA DO PROJovem

A Ação Comunitária é uma três dimensões do ProJovem e é apresentada no mesmo grau de importância da escolaridade e da formação para o trabalho porque, desde o título até os objetivos delineados são apresentados de forma equânime. Contudo, as reflexões sobre a Ação Comunitária do Programa são realizadas com menor frequência quando comparamos às outras dimensões. Entretanto, consideramos que ela é tão importante quanto a questão da escolaridade e da formação para o trabalho, afinal, existem recursos que são investidos para que ela aconteça, assim existe a necessidade de se discutir a intencionalidade e os resultados desta dimensão na formação dos jovens. Logo, investir em qualquer política pública implica afetar a vida do público-alvo da intervenção e indiretamente da dinâmica de toda sociedade.

Ainda como um espaço para justificar esse estudo, a coordenação nacional¹³ do SMA considera que ainda não se tem dados concretos sobre o efeito da Ação Comunitária na vida do jovem, visto que praticamente não houve alteração em relação aos dados da entrada e saída do jovem do ProJovem. Nesse aspecto, a diferença foi ínfima, quando se trata de interesse na votação, participação na eleição e na associação. Sobre isso, a coordenação nacional SMA levanta algumas hipóteses. A primeira é que a relação com espaço público já era significativa antes do jovem ingressar no Programa, tornando-se muito difícil ter alguma alteração após a intervenção; a segunda traz que a Ação Comunitária não funcionou adequadamente na implantação, logo os objetivos a serem atingidos não foram alcançados; a terceira considera que o período dedicado ao tempo de realização da Ação Comunitária é inadequado para conseguir atingir os objetivos propostos; a quarta está relacionada à dificuldade de medir as categorias da Ação Comunitária e, por fim, a última hipótese é que o SMA não conseguiu medir adequadamente essa dimensão.

Outra justificativa que fundamenta o estudo da Ação Comunitária é que, de acordo como relatório parcial da avaliação do programa 2007, quando os jovens foram questionados sobre as

¹³ Durante a palestra “Avaliação de Programas Educacionais de Jovens e Adultos – ProJovem” proferida por Dr. Fernando Tavares, no II Seminário de Avaliação de Programas Educacionais, realizado de 24 a 27 de junho de 2008 na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

principais motivações para inscrição no Programa, apenas 5,7 % manifestaram o interesse em melhorar a comunidade (BRASIL, 2007).

Considerando todas essas argumentações, faz-se necessário pensar na Ação Comunitária própria do ProJovem. O primeiro aspecto que merece ser abordado é a denominação desta dimensão, a qual não tem unidade no projeto, visto que ora aparece como sinônimo de Ação Social (página 37 e 40), ora como Ação “Cidadã” (página 14).

No que tange às concepções básicas e suas implicações curriculares, o projeto apresenta Ação Comunitária

com base no binômio cidadania e solidariedade, tendo como referência uma nova concepção de assistência social que enfatiza os direitos à proteção social e à seguridade social. No âmbito do Programa, a ação comunitária visa a contribuir para o desenvolvimento de potencialidades dos jovens e aquisições que resultem no reconhecimento de seus direitos e deveres cidadãos (BRASIL 2005, p.16-17).

Observamos que a definição apresentada se detém em discorrer sobre as intenções e justificar a dimensão e os resultados pretendidos, não se atendo em conceituar o que é Ação Comunitária no âmbito do ProJovem. No atual Projeto Político-Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano, os formuladores esclarecem que “julgou-se que o nome ação comunitária não cobre toda a gama de conhecimentos e ações tratadas por esse componente curricular, devendo ser repensado para enfatizar a participação cidadã dos jovens” (BRASIL 2008, p.1). Os formuladores do programa confirmam a inadequação e evidenciam a fragilidade do termo Ação Comunitária para atender as diretrizes do ProJovem.

No que se refere à execução, a Ação Comunitária é colocada em prática por meio do Plano de Ação Comunitária (PLA) (Apêndice A), que pretende promover o envolvimento da juventude, especialmente na sua comunidade.

O PLA é um instrumento construído pelos jovens com o apoio de um professor-orientador, para organizar e orientar o engajamento e a participação cidadã em ações sociais de interesse público. Para a sua efetivação, o PLA compreende a realização de um diagnóstico do contexto social onde vai ocorrer a intervenção. Com base no diagnóstico, os alunos vão fazer um plano de ação para a atuação na comunidade. Este diagnóstico é feito por meio de um Mapa de Desafios que compreende três aspectos: desafios/ problemas, como está sendo enfrentado e o que falta/ o que precisa fazer.

Souza (2007, p.67) acredita que

o PLA é uma forma interessante de discutir e envolver os jovens em questões relacionadas ao cotidiano de suas vidas. Por isso, o simples fato de problematizar tais questões já demonstra um primeiro resultado positivo desta empreitada. Os alunos levam, para o cotidiano da sala de aula, questões relacionadas às suas experiências e, como a comunidade / sociedade é o foco geral da discussão, eles se sentem à vontade para indagar, fazer comentários e sugestões sem sentirem alvo direto das discussões.

A problematização da realidade por meio do PLA permite aos alunos refletirem acerca do seu cotidiano, relativizando suas representações sociais sobre o mundo e produzindo novos significados para suas experiências. Além disso, a possibilidade de troca de percepções nas atividades em grupo permite ao educando se perceber como membro do grupo/ comunidade, desenvolvendo o respeito para com os diferentes.

Uma vez feito o diagnóstico, deve-se elaborar uma proposta para a execução das ações. Esta contempla o planejamento das atividades, formam-se grupos de trabalhos e detalham-se as ações que serão desenvolvidas pelos jovens. A proposta pretende responder como se dá a escolha da ação, para quem realizá-la, quem será atingido, que resultados pretende-se alcançar e como. Após ser concluído o planejamento, o mesmo será executado pelos alunos. Também deve estar previsto o monitoramento e avaliação do plano e o passo final é sistematizar a aprendizagem construída e indicar possibilidades de continuação das ações (SALGADO, 2005).

Para a realização das ações voltadas para a dimensão da Ação Comunitária prevista no PLA, o ProJovem disponibiliza uma assistente social que é responsável, entre outras atividades, por orientar os jovens nas atividades realizadas.

A Ação Comunitária, por meio do PLA, tem o objetivo de:

ampliar a percepção e os conhecimentos sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política – local, regional e nacional – a partir da condição juvenil; promover o protagonismo e a participação crítica e transformadora dos jovens na vida pública; contribuir para a formação do jovem na perspectiva do reconhecimento dos direitos e deveres do cidadão; propiciar a articulação entre as aprendizagens proporcionadas pelos componentes curriculares do programa por meio de vivências e práticas solidárias, cooperativas e cidadãs e fortalecer os espaços de socialização juvenil, bem como os vínculos familiares, de vizinhança e comunitários (BRASIL, 2005, p.55).

Considerando os objetivos, as etapas e o contexto para a realização das propostas, Matos e Junior (2007, p.9) apontam alguns desafios encontrados

a grande diversidade de cenários e protagonistas encontrados em cada comunidade; a sobrecarga de trabalho em sala, restando pouco tempo para visitas comunitárias; a complexidade do plano de ação frente ao baixo grau de escolaridade dos alunos e o curto prazo para elaboração de cada atividade.

Entre os desafios apontados, observamos que a carga horária é um aspecto que deve ser levado em consideração. Mesmo que o ProJovem tenha um caráter interdisciplinar e que a ideia seja articular os todos componentes curriculares, mantendo a proposta da Ação Comunitária, sendo realizada a todo momento, ainda assim, a carga horária de cinquenta horas é um fator que possivelmente interfere nos resultados obtidos. Navarro e Soares (2007) também consideram a carga horária dedicada à Ação Comunitária, como ínfima. Mesmo destacando a questão do tempo, os autores consideram que

embora restrita ao campo da assistência e da seguridade social, a inclusão da ação comunitária como componente curricular (...) representa uma inovação e um avanço na perspectiva do reconhecimento dos direitos e deveres dos jovens, como cidadãos brasileiros. Ao mesmo tempo em que o valor da solidariedade é acentuado, sua prática pode ensejar ações questionadoras e problematizadoras da realidade social brasileira (NAVARRO e SOARES, 2007, p.11-12).

Ainda que a Ação Comunitária proporcione todos esses resultados, essa não é a regra geral para todos os jovens; há alguns alunos que não conseguem se ver nas questões discutidas, como é o caso dos momentos onde se discute sobre o uso das drogas. Isso ocorre, por exemplo, quando o grupo escolhe como tema central para elaboração do PLA o combate a entorpecentes e há entre os membros do grupo jovens usuários de drogas (SOUZA, 2007).

Quanto à questão da cidadania abordada por Navarro e Soares (2007), Albuquerque e Farias (2007, p.8) questionam em que vertente o jovem está sendo formado e enfatizam que

a Ação Comunitária, componente curricular central do processo de engajamento dos jovens atendidos pelo programa, tem como esteio de sua proposição o “binômio cidadania e solidariedade”, razão pela qual sobressai a referência às ações dirigidas a outros que não o próprio jovem. Coloca-se o protagonismo juvenil a serviço das causas e valores considerados legítimos pela sociedade vigente.

De acordo com os exemplos pontuados para a realização da Ação Comunitária, tem-se: o resgate da produção cultural, sensibilização e informações junto a outros jovens sobre o uso de drogas, defesa e proteção ambiental, campanha de vacinação e combate à fome, fortalecimento de conselhos, fóruns, movimentos sociais e culturais, prestação de serviços à comunidade na área de capacitação para o trabalho, entre outros (BRASIL, 2005). Logo, levando em consideração esses exemplos, podemos considerar que muitas das ações propostas recaem a serviço dos outros e os outros aqui se referem à comunidade. Entretanto, não significa que a ação realizada vai afetar exclusivamente os outros e não vai ter nenhum resultado direto na vida dos jovens. Através desta ação, o jovem tem um espaço de aprendizagem diferenciado, pois executam ações capazes de desenvolver algumas potencialidades. Exemplos: falar em público, sistematizar informações, planejar e organizar materiais informativos etc.

Há críticas à Ação Comunitária quanto às atividades desenvolvidas, pois se acredita que o jovem está realizando ações que deveriam ser responsabilidade do Estado. Rummert (2007, p.43), argumenta a favor dessa idéia quando afirma que

ação comunitária restrita ao atendimento de demandas pontuais, exercida pelos jovens num tempo tutelado e que pouco ou nada acrescentará à sua formação integral, ao contrário do anunciado no documento da Presidência da República. Espera-se, portanto, que os jovens atuem pintando prédios públicos, construindo habitações precárias ou calçadas, ocupando-se como recreadores nas chamadas “comunidades carentes”. Ou seja, a ação comunitária esperada situa-se no vácuo deixado pelo próprio poder público, limitada pela ordem social já estabelecida, consistindo numa contrapartida ao ínfimo valor da bolsa mensalmente recebida a título de auxílio. Não é demais assinalar o fato de que, também para a “comunidade” em que será desenvolvida a ação, os resultados de caráter pontual não significarão alterações qualitativas e duradouras em suas precárias condições de vida.

Todos esses argumentos são pertinentes, principalmente, em relação ao caráter pontual das ações, que embora se proponham a ser continuadas, mesmo após o jovem ter finalizado sua participação no Programa, ainda assim, acreditamos que existem muitas dificuldades, as quais possivelmente impedirão o seguimento de cada uma das ações.

Outro fator que deve ser questionado é a tutela dessas ações e o tempo livre dos jovens, pois a proposta do que trabalhar na Ação Comunitária pode tornar-se uma imposição disfarçada de orientação do que o jovem deve fazer. Albuquerque e Farias chamam atenção para esse aspecto quando pontuam a cidadania tutelada e trazem uma reflexão de Demo (1995) que acredita que “o resultado mais típico da cidadania tutelada é, ao negar os direitos e deveres da maioria, contribui para legitimar e reproduzir a ordem social vigente (DEMO, 1995, *apud* ALBUQUERQUE, p.5).

É fato, dependendo da forma que o programa for conduzido, a cidadania tutelada pode acontecer. Mas, não podemos deixar de levar em consideração que os jovens têm seu poder de crítica e podem argumentar a respeito da forma como é conduzida a Ação Comunitária, assim como podem argumentar as intenções que estão voltadas para essa dimensão do ProJovem.

Mesmo com todas as críticas e fazendo um balanço das argumentações apresentadas, desde a cidadania tutelada à possibilidade de desresponsabilização do Estado, não podemos perder de vista que a escola (no caso o ProJovem) também é um espaço de desenvolver valores, por meio da aprendizagem contínua e portanto capaz de promover e incentivar práticas de uma participação crítica e reflexiva.

Considerando essa função da escola, o ProJovem deve ter um papel fundamental na formação desse jovem, garantindo-lhe não apenas um certificado de escolaridade, mas contribuindo para uma mudança na sua visão de mundo (SOUZA, 2007). Além disso, a Ação Comunitária abre espaço para o jovem conhecer com mais detalhe a comunidade, refletir sobre os problemas encontrados, trabalhar em grupo, ser reconhecido pela comunidade como agente transformador, desenvolver característica de liderança, conhecer mesmo que parcialmente, sobre planejamento. Além de ocupar o tempo do jovem com outras atividades, sendo uma possibilidade de desvinculá-lo de ações que promovam a violência.

De acordo com a análise do Projeto do ProJovem e com outros estudos sobre o Programa, é possível sintetizar os aspectos positivos e negativos da Ação Comunitária (Figura 4).

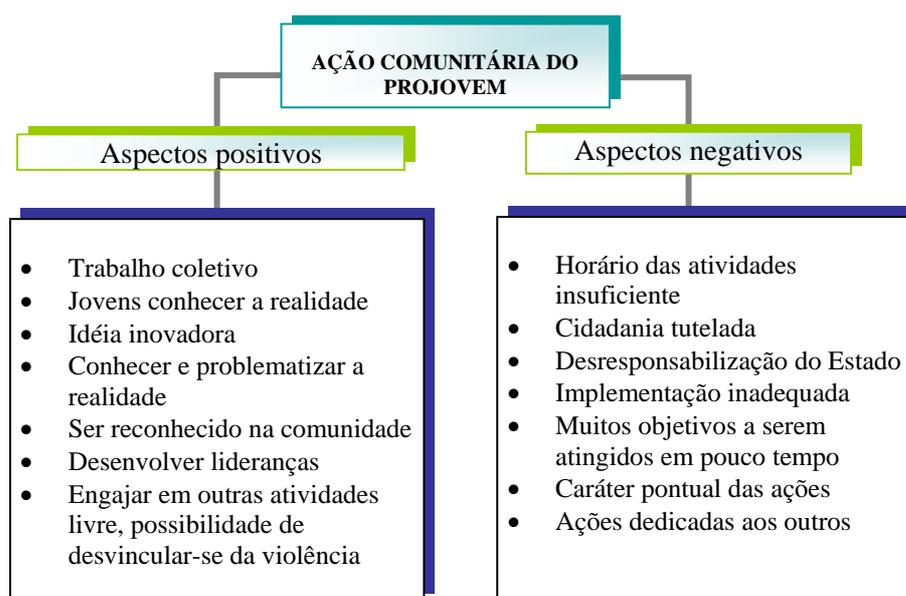


Figura 4 - Síntese dos aspectos positivos e negativos da Ação Comunitária do ProJovem apontados pelos autores

Fonte: Elaborada pela autora

Todos esses pontos devem ser analisados junto com as reflexões apresentadas, anteriormente, afinal trata-se de discutir a formação da juventude e os investimentos nessa formação e as consequências que podem trazer para a sociedade, sendo esta positiva ou negativa.

5. METODOLOGIA

Para delinear a proposta metodológica foi importante tomar a pesquisa como um princípio educativo. Para tanto, optou-se por uma metodologia que não destacasse apenas o produto final da pesquisa, mas que valorizasse o processo percorrido, aderindo à afirmação de Morin (2003, p.18) de que “o método não precede a experiência, o método emerge durante a experiência e se apresenta ao final, talvez para uma nova viagem”. Outra consideração importante para definir a metodologia da pesquisa refere-se ao entendimento sobre pesquisa e avaliação.

Rossi e Freeman (1993, p. 5) definem a avaliação como a “aplicação sistemática de procedimentos de pesquisa científica para verificar a conceitualização, *design*, implementação e utilidade dos programas de intervenção social”.

Para Aguilar e Ander-Egg (1994 *apud* RAUPP e REICHLE, 2003, p. 31-32),

a avaliação é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar, obter e proporcionar de maneira válida e confiável dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor de diferentes componentes do programa (tanto na fase de diagnóstico, programação e execução) ou de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foram realizadas ou realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos; [...] de tal forma que sirva de base para a tomada de decisões racional e inteligente entre cursos de ações, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento e a compreensão dos fatores associados ao êxito ou fracasso de seus resultados.

Considerando as exposições dos autores, identificamos, sobretudo nesse contexto, algumas semelhanças entre avaliação e pesquisa, pois ambas fazem um diagnóstico da realidade, utilizam uma metodologia para alcançar determinados objetivos e geram informações sobre um determinado fenômeno. Entretanto, um grande diferencial entre a pesquisa e a avaliação é que a avaliação é realizada para gerar informações que podem contribuir para a tomada de decisão. Já a pesquisa gera informações sobre o fenômeno estudado, mas, não necessariamente tem a intenção de modificar a realidade. A partir das semelhanças constatadas entre pesquisa e avaliação é que a metodologia foi definida.

A figura 5 sintetiza as etapas do processo avaliativo¹⁴ adotado pela pesquisa, detalhando as etapas seguidas ao longo do trabalho. A primeira refere-se à análise do projeto do ProJovem, quando se dá a observação dos objetivos definidos, identificação das justificativas que sustentam o projeto, definição dos conceitos, da estrutura e do funcionamento. Na segunda etapa (avaliação do processo), é feita uma análise da implementação, mediante coleta de informações em documentos já produzidos, os quais retratam o processo de execução do projeto. A terceira etapa (avaliação dos resultados), que ocorre após a finalização do projeto, gera uma confrontação dos resultados obtidos com a proposta do ProJovem.



Figura 5 - Síntese das Etapas do Processo Avaliativo
Fonte: Elaborada pela autora

Nesse capítulo vamos apresentar a abordagem, o local e a população, em seguida apresentar os passos da coleta de dados e informações, o tratamento dos dados e, por fim, a análise de dados. A cada escolha metodológica vamos justificar, com o objetivo de deixar claro o caminho percorrido¹⁵.

5.1 A ABORDAGEM, O LOCAL E A POPULAÇÃO DA PESQUISA

No desenvolvimento da pesquisa utilizamos a abordagem quali-quantitativa por entendermos que o instrumental propiciado por esta abordagem permitiria objetivar os vestígios emanados dos diversos fenômenos, mesmo em sua subjetividade.

¹⁴Embora não haja, na literatura, um consenso sobre a denominação das etapas do processo de avaliação, uma vez que existe uma pluralidade de termos, tais como: avaliação de eficácia, de eficiência, de impacto, de efetividade, de sustentabilidade etc., na pesquisa, escolhemos as nomenclaturas avaliação da proposta, avaliação do processo e avaliação dos resultados em virtude de considerarmos as mais viáveis em termos operacionais.

¹⁵ A justificativa também está contemplada no apêndice C, a qual apresenta o direcionamento dos objetivos específicos.

De acordo com Gatti (2006, p. 28)

é preciso considerar que os conceitos de qualitativo e quantitativo não são totalmente dissociados, na medida em que, de um lado, a quantidade é uma interpretação, uma tradução, um significado que é atribuído à grandeza com que um fenômeno se manifesta (portanto é uma qualificação dessa grandeza), e de outro, ela precisa ser interpretada qualitativamente, pois, em si, seu significado é restrito. Por outro lado, nas abordagens qualitativas, é preciso que o evento, o fato, se manifeste em uma grandeza suficiente para sua detecção – ou seja, há uma quantidade associada.

A pesquisa foi realizada entre os jovens que fizeram a inscrição para participação do ProJovem, no ano de 2006, em Salvador e realizaram o Exame Final Nacional Externo (EFNE) em 2007. Ou seja, os alunos que concluíram o curso e obtiveram a certificação. Tais parâmetros visam garantir que os jovens pesquisados completaram o ciclo total do Programa e que já têm mais de um ano que concluíram o curso. A escolha da cidade de Salvador se baseou na maior facilidade da coleta dos dados e que, por ser o local de residência da pesquisadora, permite ampliar as reflexões sobre o contexto.

No plano amostral utilizamos o método de amostragem utilizado foi o aleatório simples e o cálculo do tamanho da amostra foi realizado sobre a população de 1.770 alunos. O erro amostral tolerável foi fixado em 4%. A definição do tamanho da amostra compreende uma estimativa inicial e o ajuste final ao tamanho da população. Na estimativa inicial (n_0) é levada em conta unicamente ao erro amostral tolerável.

$$n_0 = 1/E^2, \quad \text{onde } E \text{ é o erro amostral tolerável.}$$

Deste modo, para uma margem de erro de 4% (0,04), independente de tamanho de população, tem-se uma amostra inicial de 625 alunos. Ajustando-se ao tamanho da população de 1.770 alunos, teríamos:

$n = N * n_0 / N + n_0$, onde n é o tamanho final da amostra ajustada ao tamanho da população da pesquisa;

N é o tamanho da população da pesquisa e n_0 é amostra inicial.

O tamanho da amostra final de alunos ajustada à população, com margem de erro tolerável de 4%, seriam 462 sujeitos.

De posse da relação que compunha a população de 1.770 alunos, procedeu-se o sorteio dos 462 sujeitos, em computador, com a utilização do programa SPSS.

A partir da relação dos sujeitos sorteados, o passo seguinte foi o levantamento dos endereços e telefones de todos eles. Apesar de todo esforço da equipe de pesquisadores, só foi possível localizar e entrevistar 191 jovens, ou seja, 41,0% da amostra, devido à mobilidade territorial dos jovens nos bairros populares e a endereços e telefones inexistentes. Estas dificuldades são comuns em estudos de egressos, mas ainda assim, a pesquisa obteve um significativo número de respondentes. Contudo, as inferências da amostra para a população serão feitas com reservas porque a margem de erro tolerável elevou-se dos 4% previstos. Ainda assim, é oportuno ressaltar a natureza desta pesquisa que a torna distinta de exigências de grau de precisão tipicamente de outras como, as sondagens de intenções de voto.

A escolha da população esteve vinculada ao objetivo da pesquisa, a qual tem a finalidade de analisar a Ação Comunitária do ProJovem a partir da percepção do jovem do Programa. Trazer uma reflexão a respeito do olhar dos jovens significa considerar a opinião desse estudante que vivenciou todo processo e que agora (após ter finalizado a sua participação no ProJovem) pode emitir suas percepções. Essa vivência pode ser materializada por meio das dificuldades percebidas ao longo do desenvolvimento do Programa, da identificação de avanços e mudanças em sua vida, das relações estabelecidas com os professores e colegas do ProJovem, dentre outros.

5.2 OS PASSOS DA COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES

Para a coleta de dados e informações, quatro passos foram essenciais: o levantamento bibliográfico e as análises das fontes documentais; o primeiro contato com o jovem por telefone; a realização das entrevistas por questionários e a realização do grupo focal. Em todas as etapas serão esclarecidos os procedimentos de coleta, o instrumento de coleta e as justificativas para a escolha de cada passo da pesquisa.

5.2.1 O levantamento bibliográfico e as análises das fontes documentais

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico para subsidiar uma discussão sobre o desenvolvimento da pesquisa. Os principais pontos do estudo foram: políticas públicas, juventude, políticas públicas de juventude, o ProJovem, com destaque a Ação Comunitária e participação. Nessa discussão teórica foi essencial estabelecer uma comunicação entre os pontos mencionados, pois articular as ideias e autores enriquece a pesquisa e, em especial, os dados

empíricos. Na discussão teórica procuramos selecionar leituras voltadas para o público específico do ProJovem, além de relacionar o contexto em que esses jovens estão inseridos.

A relevância dessa análise se firma na ampliação da visão do pesquisador no que tange a teoria, a proposta e a avaliação do Programa, além de contribuir para a construção dos instrumentos e definição dos procedimentos da pesquisa.

As escolhas das leituras do referencial teórico tiveram influência da análise documental, uma vez que o contato com esses documentos remeteu a conceitos fundamentais para a construção do objeto de estudo. Um exemplo claro é a participação, definida como um dos aspectos principais a serem discutidos neste trabalho, visto que entendemos ter este termo uma maior relevância dentro do projeto do ProJovem do que o aspecto Ação Comunitária. É importante ressaltar que no decorrer da pesquisa houve, no Projeto do ProJovem, uma mudança do termo “Ação Comunitária” para “Participação Cidadã”.

A escolha desses documentos considerou a disponibilidade de material e dos objetivos da pesquisa. Os documentos analisados foram:

- O Decreto nº 5.557, que regulamentou o Programa instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. (Disponível no *site* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5557.htm).
- O Projeto do ProJovem, na sua primeira configuração. Os principais pontos considerados foram: os objetivos, a estrutura, a justificativa, a forma de funcionamento e os conceitos. (Disponível no *site* <http://www.oei.es/pdfs/ProJovem.pdf>).
- O Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano. Nesse documento analisamos a Participação Cidadã, dimensão que substituiu a Ação Comunitária do Projeto do ProJovem na sua primeira configuração. A escolha do ProJovem Urbano em detrimento dos outros ProJovens foi devida a maior semelhança com o projeto ProJovem na sua primeira configuração. O documento está disponível na página http://www.projovemurbano.gov.br/userfiles/file/SET%202008_%20PPI%20FINAL.pdf.
- O Relatório de Atividades 2006, esse relatório tem mais um caráter de divulgação das atividades realizadas pelos alunos. Nesse documento observamos,

especialmente, como a Ação Comunitária é divulgada pelos organizadores e coordenadores do ProJovem. Vale destacar que muitos dados desse relatório têm um caráter semelhante às informações postadas no site oficial do Programa. (Documento impresso, Secretaria Nacional de Juventude).

- O Relatório Parcial de Avaliação do ProJovem 2007. Esse documento foi produzido pela equipe que compõe o SMA e contém uma síntese dos dados coletados de 2005 a 2007. No relatório enfatizamos o público-alvo atendido e a alteração da relação com o Espaço Público e cidadania, item que traz dados da Ação Comunitária. (Documento impresso disponível na Coordenação Nacional do SMA).

Além desses documentos analisados, consultamos o material didático das quatro unidades formativas (I - Juventude e Cidade, II - Juventude e Trabalho, III - Juventude e Comunicação e IV - Juventude e Cidadania) e o manual do educador. Entre as informações coletadas priorizamos os aspectos relacionados à Ação Comunitária. Vale salientar que, embora o levantamento bibliográfico e a análise documental estejam sendo apresentados como a primeira etapa do trabalho, esta etapa não se refere a uma ordem cronológica do processo, mas, tão-somente a uma definição operacional selecionada para atender à estrutura do trabalho. O levantamento bibliográfico e a análise documental foram utilizados ao longo de toda a pesquisa.

5.2.2 O primeiro contato com os jovens

Essa etapa da pesquisa teve como objetivo principal estabelecer uma comunicação inicial com os jovens para conhecer o universo linguístico dessa população e, assim, poder definir os outros passos da pesquisa, os instrumentos e a sua forma de aplicação. Para Raupp e Reichle (2003), as características do público da pesquisa devem ser levadas em consideração na elaboração do questionário. Outra finalidade foi conversar com o jovem, de forma mais informal, sobre a Ação Comunitária do Programa, e a partir do resultado direcionar as questões dos instrumentos, dialogando, também, com a teoria e as informações dos documentos analisados.

Para atingir esses objetivos e, considerando a dificuldade de encontrar os jovens em um único espaço e momento, a estratégia utilizada foi realizar ligações para alguns jovens e questionar a percepção destes sobre a dimensão da Ação Comunitária. A escolha dos jovens para este primeiro contato foi feita a partir de uma lista contendo, entre outras informações, os nomes, telefones e a Estação Juventude a que o aluno pertencia. Desta lista, foram selecionados os

jovens que seriam contatados, considerando como critério, a Estação Juventude a que cada um dos jovens pertencia e a ordem alfabética em que estes apareciam.

Foram realizadas 435 tentativas de contato, sendo que conseguimos conversar com 25 jovens. Muitos dos números disponibilizados na lista eram de telefones públicos, da casa do vizinho, de casa onde o jovem foi diarista, de familiares etc. Nesses casos a ligação tinha que ser repetida várias vezes para conseguir encontrar o jovem. Além disso, havia números que não existiam, estavam constantemente em comunicação e não correspondiam ao jovem apontado na lista.

Por se tratar de um trabalho de sondagem junto a estes jovens, o número de contatos foi suficiente para atender ao objetivo proposto.

O roteiro que norteou a conversa com os jovens apresentava as seguintes etapas e perguntas:

- Identificação do pesquisador
- Objetivo da ligação – Breve explicação da pesquisa
- Pergunta se o jovem quer tirar alguma dúvida sobre a pesquisa
- Início dos questionamentos (Você fez o ProJovem? Concluiu todo o curso? Como foi a Ação Comunitária? O que você achou da Ação Comunitária? Mudou alguma coisa da sua vida? O que você acha que mudou? O que é Ação Comunitária para você?)

As questões, muitas vezes não foram realizadas da forma que foram propostas no roteiro, pois, só em questionar se ele tinha concluído o ProJovem, a conversa passava por vários aspectos. Alguns pontuavam sobre as aulas de informática, outros sobre a certificação, sobre a formação para o trabalho etc.

A realização desse primeiro contato possibilitou ampliar a compreensão sobre o universo linguístico do jovem, identificar algumas das angústias e satisfações do jovem em ter participado do Programa, diagnosticar a implantação da Ação Comunitária. Em suma, colaborou para a compreensão, ainda que de forma ampla ou superficial, de como o jovem percebe a dimensão da Ação Comunitária proposta pelo Programa. Dessa forma abriu espaço para novas reflexões sobre o ProJovem.

5.2.3 A entrevista por questionário

Diante dos resultados das ligações, dos relatos de experiências do SMA Coordenação Nordeste I sobre aplicação de instrumentos com os jovens do ProJovem e das condições para a realização da pesquisa, definimos o passo seguinte: realização de entrevista por meio de questionário.

É importante mencionar que, inicialmente, a proposta era o aplicador entregar o questionário ao jovem e após o jovem ter respondido as questões, devolver o instrumento. Contudo, após o primeiro contato com o jovem por telefone e de acordo com as observações realizadas no Exame Final de Certificação e no preenchimento do formulário do grupo focal realizado pelo SMA Coordenação Nordeste I¹⁶, observamos que o jovem tinha mais facilidade de expressar sua opinião de forma verbal do que escrita.

De acordo com Babbie (1999), a presença de um entrevistador pode evitar confusões com os itens do questionário. Se o entrevistado não entender a intenção da pergunta ou indicar que não entende, o entrevistador pode clarear o assunto e, assim, obter respostas relevantes. Com vistas a solucionar dificuldades desta ordem, decidimos que a melhor forma de coletar os dados seria por meio de entrevista, utilizando questionário.

O questionário (Apêndice A) possui questões abertas e fechadas e foi estruturado em quatro etapas/blocos. O primeiro bloco envolve questões relacionadas ao perfil do jovem (sexo, idade, raça); o segundo bloco está associado ao desenvolvimento da Ação Comunitária, sendo essas informações necessárias para saber como as atividades foram realizadas e se realmente aconteceram como previsto no programa e relacioná-las com os resultados obtidos. A formulação dessas questões é justificada a partir do projeto do ProJovem, do levantamento bibliográfico, das ligações realizadas e dos resultados das avaliações do SMA , conforme apêndice B; o terceiro bloco de questões, intitulado “antes do ProJovem” tem o objetivo de coletar informações sobre a execução da Ação Comunitária. O “após o ProJovem” foi o último bloco de questões e trouxe perguntas para atender os seguintes objetivos: analisar a visão dos jovens egressos sobre o Programa, no que tange às ações voltadas para atender os objetivos da Ação Comunitária e identificar possíveis mudanças do jovem após sua participação no ProJovem.

O questionário contemplou, ainda, questões abertas que tiveram a finalidade de buscar possíveis complementações para perguntas fechadas e um bloco de afirmações para identificar o

que mudou ou não na vida do jovem após sua participação nessa intervenção. As afirmações foram elaboradas a partir das afirmações dos jovens à época do primeiro contato, as quais foram relacionadas com os dados do SMA, o relatório de avaliação e a estruturação dos dados da pesquisa sobre participação da juventude na sociedade (IBASE; PÓLIS, 2005). O questionário foi testado por pares¹⁷, os quais têm uma rica experiência na elaboração de instrumentos.

Diante do tamanho da amostra foram selecionados dez aplicadores para a coleta de dados, os quais passaram por um treinamento para aplicar o instrumento. Os aplicadores também foram responsáveis por entrar em contato com os jovens para marcar data e local da aplicação e participar de reuniões para dar o *feedback* sobre o desenvolvimento do trabalho.

Para entrar em contato com esses jovens foi consultada uma tabela do Excel disponibilizada pelo SMA, contendo o endereço e o telefone dos alunos egressos. Além da disponibilidade dessas informações a pesquisa está associada ao “Projeto - Escola, trabalho, cidadania: um estudo longitudinal com jovens egressos e não-ingressantes de um programa de inclusão de jovens - PROEJA/CAPES¹⁸”, o projeto apoiou a pesquisa com recursos financeiros para a coleta de dados.

Os aplicadores selecionados fazem ou já fizeram parte da equipe do SMA, ou mesmo, já participaram de alguma coleta de dados do ProJovem. A escolha dessas pessoas foi baseada na experiência adquirida em outros trabalhos semelhantes, com destaque na tarefa de encontrar os jovens egressos.

As instruções para a aplicação foram seguidas a partir das “Orientações gerais para a realização de entrevista e de entrevista por questionário” (Anexo B) elaboradas por Gomes (2005) para a pesquisa intitulada “Representações Sociais da Violência entre estudantes de Salvador”. Este documento não foi seguido integralmente, servindo, entretanto, como elemento balizador dos procedimentos para a aplicação dos questionários.

As reuniões de *feedback*, realizadas com os aplicadores, tiveram o objetivo de acompanhar os procedimentos de coleta, socializar as informações e as possíveis dificuldades encontradas.

¹⁶ Nesses momentos observamos a dificuldade dos jovens em escrever e interpretar questões simples.

¹⁷ Professor Doutor Robinson Moreira Tenório e Professor Doutor José Albertino Lordêlo.

¹⁸ O PROEJA/CAPES é uma parceria entre a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de métodos de avaliação de programas governamentais voltados para a juventude capazes de aquilatar os efeitos da participação e das percepções dos jovens como sujeitos envolvidos na construção de suas trajetórias sócio-culturais (PROEJA, 2007). A articulação entre pesquisadores das instituições mencionadas possibilitou um enriquecimento na pesquisa, visto que vários olhares estão debruçados sobre o ProJovem em perspectivas diferenciadas. Também abriu espaços para uma troca de experiência, a qual já vem ocorrendo por meio de eventos, reuniões, mensagens eletrônicas etc. Com uma das pesquisadoras, a parceria ocorreu em termos da utilização da mesma amostra e dos mesmos procedimentos de aplicação dos questionários e grupo focal. Essa parceria

Durante o período da coleta foram realizadas duas reuniões, uma ao final de uma semana e a outra, após quinze dias de aplicação. Esses momentos foram de fundamental importância, pois foram relatados alguns fatos que contribuíram para a análise dos dados.

Ainda nessas reuniões, algumas estratégias foram socializadas para facilitar a aplicação. Um exemplo mencionado foi definir a realização da coleta de dados em dupla, pois, além de ser mais seguro, agilizava os contatos e locomoção ao local da aplicação. Também houve revezamento dos aplicadores nas atividades: enquanto um grupo ficava responsável por marcar, por telefone, o horário e local da aplicação, outro grupo, se responsabilizava por marcar entrevistas e procurar em *sites* apropriados a localização onde se tinha marcado a entrevista. O trabalho de equipe determinou uma coleta de dados, mais ágil, não deixando de preservar a qualidade das informações do instrumento.

Outro mecanismo utilizado para a realização do trabalho foi o apoio de alguns jovens do ProJovem. Algumas áreas eram consideradas de risco, visto que o índice de violência é alto e ocorre tráfico de drogas. Assim, os aplicadores só podiam entrar, em alguns locais, acompanhados por jovens que já conheciam as pessoas da comunidade. Além de locais considerados de risco, outras dificuldades se apresentaram, tais como: encontrar os jovens nos telefones disponibilizados, jovem que não comparecia à entrevista que foi marcada e encontrar as residências dos alunos egressos.

5.2.4 O grupo focal

Para um maior aprofundamento das questões da pesquisa e pela possibilidade de triangulação dos dados, realizamos dois grupos focais. Quanto ao critério de seleção, foram utilizadas as listas fornecidas por cada um dos aplicadores dos questionários. Essas listas continham os nomes e o contato telefônico dos alunos entrevistados em ordem alfabética. A partir delas, os jovens foram selecionados utilizando-se os critérios de acessibilidade ao aluno (conseguir fazer o contato telefônico) e disponibilidade do aluno para comparecer no dia e horário marcado para o grupo focal. Sendo que foram selecionados vinte e quatro egressos, entre os quais doze homens e doze mulheres. Segundo Raupp e Reichle (2003, p. 176-177), “é essencial levar em conta as características dos indivíduos que compõem o grupo uma vez que

foi essencial, devido, principalmente, ao tamanho da amostra e aos custos elevados para realizar pesquisa de campo com egressos.

grupos homogêneos que se relacionam bem trocam idéias e opiniões mais livremente'. Esta é a principal justificativa que motivou a escolha dos jovens baseada no sexo.

Assim, tivemos um grupo focal do sexo masculino e um do sexo feminino, sendo que o primeiro contou com a participação de seis jovens e o segundo, de oito jovens. Embora, nem todos os egressos tenham comparecido, o objetivo do grupo focal foi atingido. Segundo, Souza (2002, p.26)

Grupos focais destinados a formular ou avaliar (analisar) políticas públicas devem ser relativamente pequenos, entre 6 a 15 participantes, (...), já que seu principal objetivo é identificar a percepção dos envolvidos sobre a política pública e identificar pontos de consenso entre aqueles que serão ou são afetados pela política pública, ou seja, os *stakeholders*.

Nessa coleta de dados, o grupo teve a participação de um mediador, um observador e um relator. A participação dessas três pessoas contribuiu para detectar o máximo de informações durante a realização do grupo focal. Como instrumento de coleta foi utilizado roteiro do grupo focal¹⁹ para conduzir a discussão. O roteiro foi organizado contendo introdução, que apresenta como o trabalho será conduzido; a questão “quebra gelo”, para iniciar a conversa e o roteiro de discussão, que apresenta uma questão mais geral e caso a discussão não flua, o mediador pergunta as probres. Ou seja, as probres só vão ser utilizadas caso a questão geral não atenda ao objetivo proposto.

É imprescindível destacar que embora o grupo tenha um roteiro faz-se necessário o mediador ter:

domínio de técnicas não-diretivas de entrevista, diria mesmo, certa atitude que consiste em demonstrar tolerância às ambigüidades, aos paradoxos, às contradições, às insuficiências, às impaciências, às compulsões e até mesmo, aos sentimentos de rejeição quanto ao tema tratado ou a sua metodologia. Nesse sentido, saber ouvir, interromper, fazer sínteses, reformulações, apelos à participação, apelos a complementos, à distensão, à maior objetividade, seriam habilidades recomendáveis (MACEDO, 2007, p.116-117).

Seguindo essas orientações é que o grupo focal foi realizado; torna-se, assim, um recurso que apresentou dados de grande relevância para a pesquisa, pois os relatos os jovens expressaram divergências e afinidades em relação à forma como foi concebida e implementada o ProJovem. Possibilitou, ainda, uma análise em profundidade do problema da pesquisa, evidenciando diferentes visões dos jovens sobre o programa.

5.3 O TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

A codificação e tabulação dos dados obtidos no questionário foram realizadas com o auxílio do *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). As questões fechadas foram organizadas em uma base e as questões abertas em outra base. Para a análise das questões abertas foram definidas as categorias, inicialmente, a partir de vinte questionários. Outras categorias foram definidas conforme a frequência das respostas.

Embora as questões abertas tenham sido categorizadas, ainda assim utilizamos algumas falas do jovem, com o objetivo de enfatizar ou não os dados quantitativos. As informações do grupo focal, também, tiveram essa finalidade.

Ao utilizar as informações das questões abertas e do grupo focal, utilizamos os códigos com vistas a preservar a identidade dos jovens. Para a utilização das falas do grupo focal os jovens assinaram uma declaração para permissão para uso autoral de depoimento oral (Anexo D) Para as falas do grupo focal utilizamos a letra “J” seqüenciada de um número, o qual diferencia os jovens presentes no grupo focal, distinguindo assim suas falas. Além disso, diferenciamos o grupo feminino e o masculino com as letras ”F” e “M” junto à letra “J” e o número. Exemplo: “J1-GM”. Para identificar as falas do questionário, utilizamos o código “J-Q”.

A seguir a legenda:

J – Jovem

GF – Grupo feminino

GM – Grupo Masculino

Q - Questionário

Nº - Identificação do jovem no grupo focal

Para a análise de dados consideramos alguns aspectos:

- A concepção de políticas públicas em uma visão holística e que propõe considerar o todo. Essa concepção leva em consideração o contexto do jovem do Programa, o momento histórico em que ocorre o fenômeno e as concepções atuais das políticas públicas voltadas para esse público. A visão holística também se adéqua a proposta interdisciplinar do ProJovem.

¹⁹ O roteiro do grupo focal contemplou questões gerais do ProJovem e foi elaborado por Olívia Silveira, que tem como o foco da pesquisa o ProJovem.

- A concepção e representações sociais de juventude.
- As relações entre os atores do ProJovem (professor, gestor, alunos, comunidade local).
- A projeto do ProJovem, com destaque aos objetivos propostos pela Ação Comunitária. Rememorando, os objetivos são: ampliar a percepção e os conhecimentos sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política – local, regional e nacional – a partir da condição juvenil; promover o protagonismo e a participação crítica e transformadora dos jovens na vida pública; contribuir para a formação do jovem na perspectiva do reconhecimento dos direitos e deveres do cidadão; propiciar a articulação entre as aprendizagens proporcionadas pelos componentes curriculares do programa por meio de vivências e práticas solidárias, cooperativas e cidadãs e fortalecer os espaços de socialização juvenis, bem como os vínculos familiares, de vizinhança e comunitários (BRASIL, 2005).
- A implementação do ProJovem, partindo do pressuposto os resultados de uma política pública podem mudar de acordo com a implementação.
- A visão dos jovens, dando a devida atenção as perspectivas dos alunos que não ficaram satisfeitos com ProJovem em relação a outras ações, como a qualificação profissional ou a escolarização, e isso poderia prejudicar sua interpretação sobre a Ação Comunitária. A preocupação contrária, também, foi acompanhada, uma vez que um alto grau de satisfação em relação a outras esferas do Programa poderia acarretar um enviesamento dos dados obtidos.
- Os resultados das avaliações do Programa, realizadas pelo SMA.
- O referencial teórico sobre políticas públicas, políticas públicas de juventude, juventude, participação e Ação Comunitária.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

A partir das discussões teóricas e da apresentação da metodologia da pesquisa, vamos abordar os principais destaques dos resultados empíricos. Esse capítulo será dividido em quatro tópicos e tem o objetivo de apresentar os dados e informações coletados, especialmente, no questionário e no grupo focal. O primeiro tópico dedica-se a apresentar o perfil da amostra, com o objetivo de situar o leitor sobre as características mais relevantes do público pesquisado. Já o segundo tópico trata do desenvolvimento da Ação Comunitária e a implementação do ProJovem, uma vez que entendemos que o processo em si se configura em um elemento de suporte para a análise dos resultados. O tópico seguinte trata de uma confrontação entre a análise de dados e os objetivos propostos no Projeto do ProJovem. Por fim, apresentamos os desafios da continuidade da Ação Comunitária do Programa e elencamos, de forma genérica, as mudanças percebidas na forma de pensar e de agir dos alunos egressos.

6.1 O PERFIL DA AMOSTRA

A amostra final foi constituída com o total de 191 jovens, sendo 41,1% sexo masculino e 58,9% feminino. Embora, o gênero feminino tenha um maior percentual, existe um equilíbrio entre os gêneros identificados na amostra, principalmente, se consideramos que no ProJovem, em âmbito nacional, há predominância da matrícula dos estudantes do sexo feminino (56,4%). A idade mínima correspondente à amostra é 20 anos e a máxima é 27.

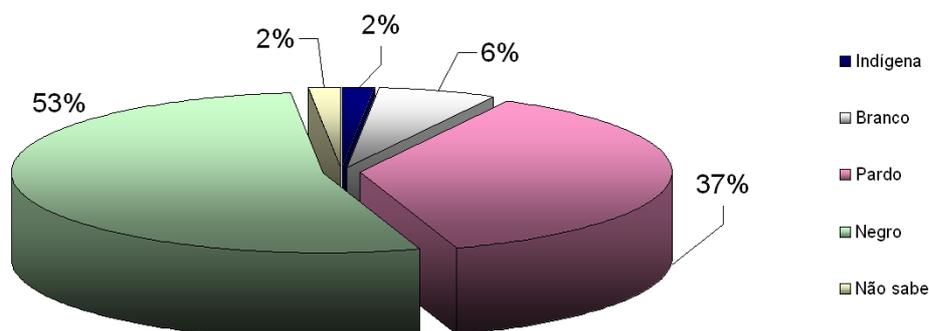


Gráfico 1: Cor da pele
Fonte: Pesquisa de campo

Em relação à cor da pele (Gráfico 1), os jovens, em sua maioria (53%) se declararam negros. Quando considerada a cor da pele, verificamos que essa variável não corresponde ao

público do ProJovem nacional, visto que há uma predominância de pardos (48%) entre os jovens matriculados no Brasil.

6.2 O DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO COMUNITÁRIA E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJOVEM

Para o desenvolvimento da proposta da Ação Comunitária, o ProJovem define a carga horária e as etapas de trabalho e sugere temas e formas para o jovem executar o PLA. Analisar como ocorreu o desenvolvimento da Ação Comunitária, em especial o PLA, significa correlacionar o processo com os resultados alcançados pelo Programa. Desta forma, a maneira como foi conduzido e implementado o ProJovem e como foi realizado o PLA podem alterar os resultados dos objetivos da intervenção. Afinal, caso uma etapa da Ação Comunitária não seja realizada em um núcleo, possivelmente, os resultados alcançados por esse núcleo serão diferentes quando comparados com um núcleo em que todas as etapas ocorreram. Esse é apenas um exemplo, outros fatores podem interferir nos resultados finais, como: falta de profissionais, estrutura física inadequada, cronograma não cumprido etc.

No desenvolvimento da Ação Comunitária, observamos que nem todas as propostas foram realizadas. Em relação ao cumprimento das etapas da Ação Comunitária, 50,3% dos jovens participaram de todas as etapas, 11,5% não participaram de nenhuma etapa e 37,7% participaram de algumas etapas (Gráfico 2).

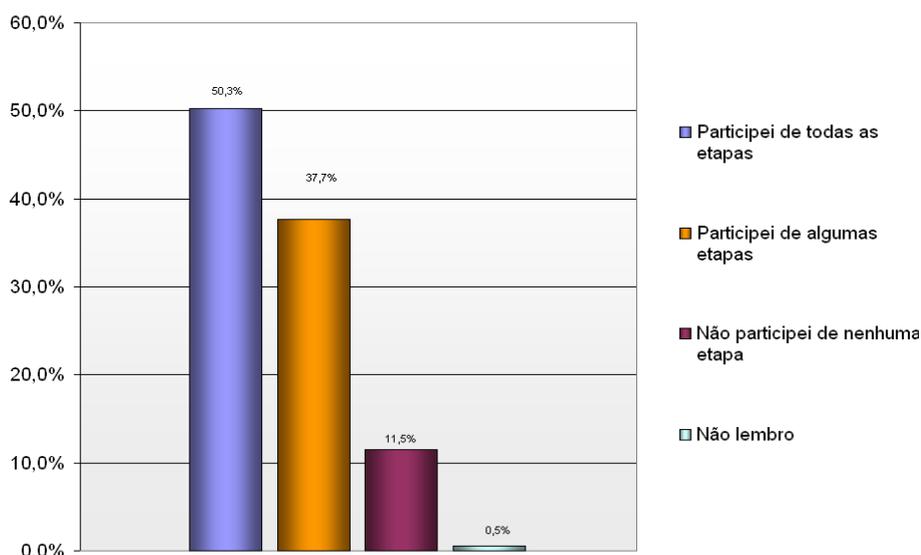


Gráfico 2: Participação nas etapas da Ação Comunitária

Fonte: Pesquisa de campo

Quando questionados porque não participaram de todas ou nenhuma dessas etapas, os jovens pontuaram como principais motivos: porque durante a execução do ProJovem o aluno não compareceu às atividades, houve problemas durante a execução do ProJovem e falta de interesse dos alunos nas aulas.

Sendo que um dos problemas citados para não participação do ProJovem foi a execução, os jovens apresentaram especificações, como: as deficiências na estrutura física das escolas, ausência e/ou substituição constante de professor etc. Um dos jovens disse “o PLA só começou na 3ª unidade, não teve professor quase o ano todo” (J - Q), outro aluno afirma “não tivemos tempo de colocar todas as etapas em prática” (J- Q).

Embora alguns egressos tenham pontuado a não efetivação de nenhuma ou a concretização de apenas algumas das etapas da Ação Comunitária, vale questionar se todos tinham conhecimento dos passos propostos. Pois alguns jovens, quando relatam os motivos da não realização da Ação Comunitária, parecem referir-se apenas a execução do PLA e não percebem a realização do diagnóstico, da análise das informações levantadas, da elaboração e avaliação do PLA, como etapas presentes no processo da Ação Comunitária. Confirmando essa análise, um dos egressos relatou no grupo focal: “Eu não posso falar não, porque não tive. Lá não teve. Professor até teve, mas não teve ação nenhuma no bairro. E só foi uma vez depois não foi mais. Então, eu não posso falar” (J3 – GM).

Apesar da análise relativa ao não reconhecimento de todas as etapas da Ação Comunitária por parte dos jovens, ainda assim, tomando por base as colocações dos jovens, observamos que os problemas na implementação ocorridos no decorrer do ProJovem foram os principais motivos de não cumprimento de todas as etapas da Ação Comunitária.

No grupo focal feminino, uma aluna pontuou “Sabe o que faltou? Que as coisas do ProJovem tavam no papel, nem tudo que tá no papel vai pra prática. Faltou prática” (J5 - GF). O comentário da jovem nos leva a refletir sobre a transposição da proposta de política pública em ação. São vários os motivos que dificultam a não efetivação da política pública: a dificuldade dos implementadores (gestores, professores, coordenadores) envolvidos colocarem em prática a proposta; a complexidade da realidade, uma vez que a política não pode apreender as especificidades de cada contexto; a impossibilidade de durante a formulação da proposta de prevê fatores extrínsecos, a ausência de suporte por parte dos formuladores e parceiros para colocar a proposta da política pública em prática (infra-estrutura, recursos financeiras), entre outros (RAUPP e REICHLE, 2003).

Todos os problemas relatados e pontuados pelos jovens, possivelmente, levaram os alunos a ficarem desestimulados. Um dos egressos quando questionado que nota ele daria ao ProJovem, respondeu:

eu dou 5. Porque faltou também, apesar de tudo isso aí, faltou também com a parte estrutural, vindo também pela prefeitura. Muitas coisas eles disseram que iam fazer, que iam fazer e infelizmente eles não fizeram (...) Então, infelizmente, eu não ia. Porém, os professores ficaram 3 meses, eu lembro disso como se fosse ontem, 3 meses e eu ia pra escola, aí chegava lá e não tinha luz, aí eu voltava. Chegava no outro dia, os professores tão de greve porque não pagaram os professores. Ai eu retornava. Chegou um tempo... eu digo a vocês que eu só fui até o final mesmo pela minha mãe e pelos meus vizinhos porque da minha parte mesmo eu iria desistir. Então, tudo bem que é uma coisa inicial, mas eu creio assim que, pra mim, pra iniciar qualquer coisa tem que estudar bastante (J1- GM)

A partir do relato dos alunos, observamos a dificuldade de colocar em prática a proposta de uma política pública de cooperação estabelecida entre os governos e outras instituições e grupos sociais na implementação das políticas (SOUZA, 2002). Merece destaque ainda, a dificuldade de colocar em prática a proposta de “política pública de/para/com juventudes”, no aspecto relativo à efetivação dessas parcerias.

O relato de uma jovem do grupo feminino ratifica como as dificuldades para implementação do ProJovem acabam impactando no desestímulo dos alunos: “Terminou no final do ano, na minha sala tinham oito alunos. Todo mundo assim: ‘é... tem que terminar né?’”(J4 - GF). Nesse relato, a aluna exemplificou a redução de alunos na sua turma ao longo do ano. Considerando que na proposta do ProJovem são previstos trinta jovens por turma, parece evidente que os problemas relacionados com a implementação interferiram diretamente na evasão dos alunos.

Esta consideração parece refletir uma ineficácia do Programa em relação ao alcance da meta de jovens formados, indicando um alto índice de evasão. No ProJovem 2006, em Salvador, a evasão registrou 68,32%. Entretanto muitos dos alunos matriculados não chegam a frequentar o curso.

Um balanço do ProJovem, (...), revela que 57% dos estudantes matriculados não concluem o curso. Destes, 37% desistem antes de começar as aulas e outros 20% evadem após frequentar uma parte do programa, (reportagem da ONG Ação Educativa.)

Ainda que o foco dessa pesquisa não seja a evasão, na fala dos alunos emergiram as frequentes desistências e alguns motivos que justificam o afastamento do jovem do Programa. Uma das alunas relata no grupo focal:

...você entra no ProJovem, (...) e aí você entra assim maravilhado pensando que vai acontecer tudo aquilo. Quando passa um mês, nada. Quando passam dois, nada. Você tá estudando, mas o curso que você foi lá pra fazer - que quem entra no ProJovem entra pra fazer o curso - você não faz. Ai você vai murchando. Quem é forte que nem a gente foi, termina, mas a maioria... (J4- GF).

Outra jovem completa a sua fala dizendo: “desistiram” (J7-F). Aqui vale questionar o volume de recursos despendidos pelo governo em relação às metas estabelecidas/cumpridas. Principalmente, levando em consideração a política pública como prioridade de investimentos frente às diversas demandas de sociedade (DYE 1984 *apud* SOUZA, 2006; RUA 1998; TEIXEIRA, 2002).

O índice de evasão não pode, entretanto, ser considerado em termos absolutos, uma vez que o ProJovem é uma educação voltada para EJA e essa modalidade da educação tem um histórico de altos índices de evasão.

Apesar de alguns alunos terem ressaltado/reconhecido os entraves na implementação do Programa. Outros motivos são vislumbrados, sendo apontados pelos jovens: a ausência nas aulas dos próprios alunos e a falta de interesse nos assuntos abordados na ação comunitária. Um dos egressos diz no questionário “Fazíamos (os jovens) rodízio para ir à aula” (J-Q). Ou seja, para não deixar a sala vazia, os jovens se dividiam e a cada período um grupo de alunos participava das aulas.

As justificativas²⁰ dos egressos para não terem participado de todas ou nenhuma etapa da Ação Comunitária parecem ter ligação (mesmo que mencionadas no questionário por jovens diferentes). Um exemplo dessa relação é apresentado a seguir: os jovens não comparecem às atividades (1) por não terem interesse nos conteúdos da Ação Comunitária (3), mas o interesse dos jovens nas atividades da Ação Comunitária pode estar ligado à execução do ProJovem (2).

Os relatos sobre a execução do PLA não foram apenas negativos. Alguns jovens pontuaram sobre a satisfação em realizar o PLA. Um dos egressos relatou: “(...) a gente fazia muito trabalho, assim, na comunidade e tal. E eu visitei uma instituição (...), casa de criança com

²⁰ Relembramos os motivos que foram apontados pelos alunos de apenas algumas ou nenhum das etapas do PLA: (1) porque durante a execução do ProJovem o jovem não compareceu às atividades; (2) problemas durante a execução do ProJovem (3) falta de interesse dos alunos nas aulas.

câncer, que foi um trabalho que a gente fez com o ProJovem que me incentivou bastante” (J2-GM). Uma aluna disse “(...) a gente andou muito nas comunidades, sabendo como é que o povo vivia, como não vivia. A infra-estrutura do bairro da pessoa. Isso ajudou muito a gente”. (J3 - GF). A partir dos relatos dos jovens é clara a realização da primeira etapa do PLA (o diagnóstico). Nas exemplificações dos alunos, verificamos que o diagnóstico e a execução do PLA apareceram predominantemente, enquanto a análise, interpretação das informações levantadas, a elaboração e a avaliação do PLA quase não foram mencionados, embora, como já pontuamos, os alunos podem não reconhecer essas etapas como parte da Ação Comunitária.

Em relação aos meios de execução do PLA, o gráfico 3 mostra que a produção de eventos apresentou o maior percentual, com 48,2%, seguido de atividades recreativas e culturais, com 34,0%. O menor percentual ficou entre distribuição de panfletos (5,8%) e trabalhos em asilos, creches e abrigos (5,2%).

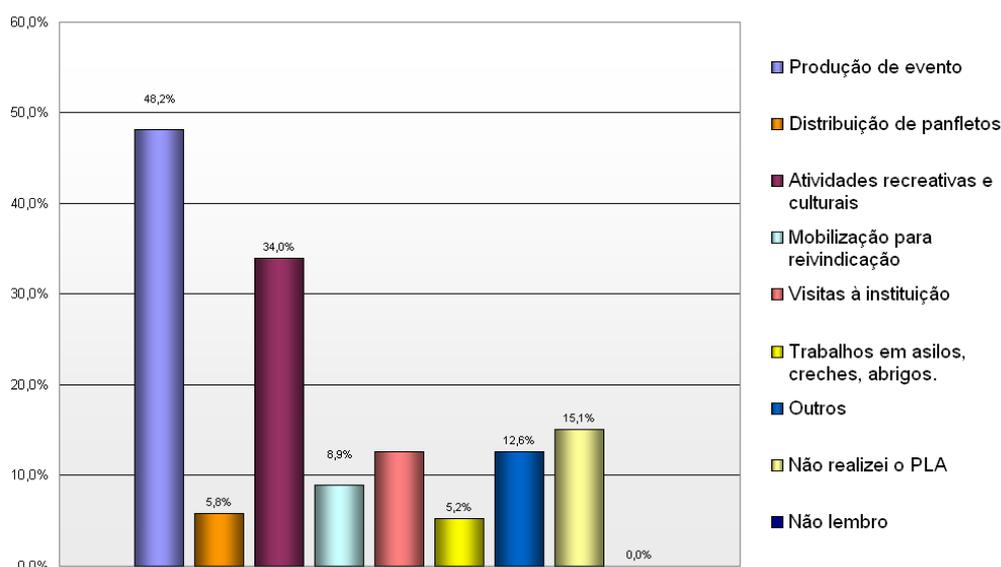


Gráfico 3: Meios utilizados para execução do PLA²¹
Fonte: Pesquisa de campo

Também foi mencionada, à alternativa “outros” (12,6%), a elaboração de cartazes, realização de palestras e entrevistas e apresentação de teatro como meio de realizar a Ação Comunitária. Sendo que a elaboração de cartaz (no item outros) apareceu com um percentual maior que 50%. Considerando os meios utilizados para a execução do PLA, merecem ser analisados os limites e possibilidades dessa implementação: os limites referem-se à pontualidade dessas formas de realizar a Ação Comunitária, que suscitam críticas acerca da continuidade

²¹ Embora, as alternativas parecem se complementar, por exemplo, visita de instituições podem se confundir com trabalhos em asilos, creches e abrigos. Ainda assim, escolhemos pontuar as alternativas de acordo com o proposta do ProJovem.

dessas ações e, portanto, de sua eficácia quanto a formar um jovem participativo; as possibilidades dizem respeito à própria dinâmica do ProJovem, em especial o tempo de funcionamento do Programa, que é um elemento limitador para a realização de ações mais contínuas. Além disso, o pouco tempo é mal aproveitado.

Algumas dessas atividades parecem ter ocorrido apenas para constar que a etapa da execução da Ação Comunitária foi cumprida. Nos dados apresentados pelo SMA, uma aluna relatou

ela (a professora) nos prometeu que a gente ia fazer assim, ia pro parque de exposições, ia ter os alunos na rua pra poder passar os panfletos pra poder os jovens tal e tal, aquilo tudo que ela passou para pra gente não teve nada disso, a gente teve que fazer correndo no fundo do colégio.

As ações citadas podem estar contempladas na preocupação mencionada por José Paiva (2003) e Marcellino (1996) quando fazem uma crítica a um modelo de ação comunitária disfarçadas de participação.

De acordo com o relatório do SMA alguns relatos enfatizam a existência de professores faltosos, greves e a ausência de um planejamento adequado como fatores que impedem a eficácia das aulas e o desenvolvimento do PLA. Os motivos citados se repetem nos dados coletados no grupo focal e no questionário.

Entre os temas sugeridos pelo ProJovem para trabalhar a Ação Comunitária, o maior percentual foi saúde e meio ambiente, com 52,9% e 45,6%, respectivamente. Já os temas resgate e programação de cultura local (13,1%) e valorização do patrimônio histórico (17,3%) tiveram um menor destaque, como mostra o gráfico 4. Os jovens pontuaram, também, outros temas como: violência e higiene sanitária.

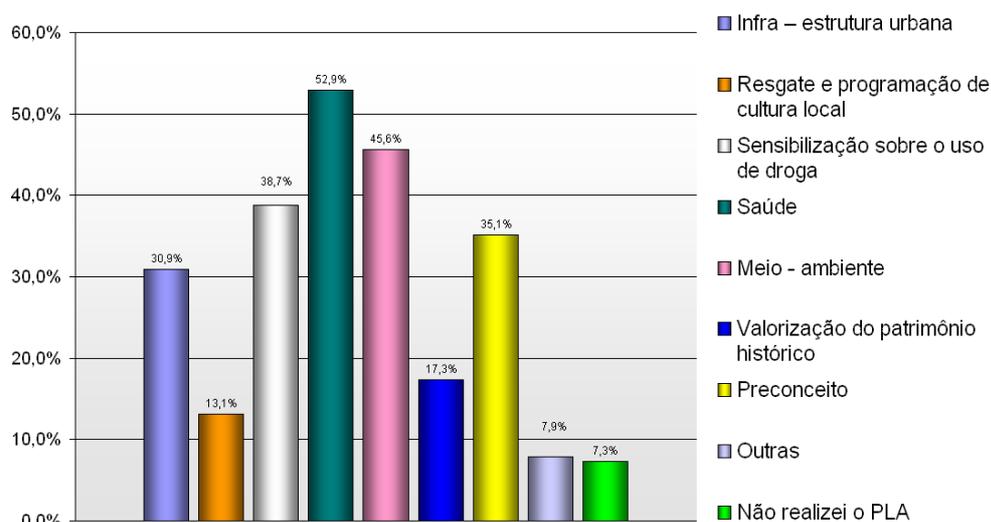


Gráfico 4: Tema trabalhado no PLA

Fonte: Pesquisa de campo

A partir dos relatos dos jovens, observamos que o tema saúde está muito associado a Doenças Sexualmente Transmissíveis e a prevenção da dengue, já em relação ao tema meio ambiente a associação, geralmente, é reciclagem de lixo. O gráfico 4 apresenta uma diversidade de temas e formas para trabalhar o PLA o que possibilita, possivelmente, um respeito aos alunos na escolha de que ação realizar, sem perder, entretanto, o foco nos temas sugeridos pelo Projeto do ProJovem.

Em relação aos preconceitos, o percentual não é um dos maiores (35,1%), mas aparece nas discussões dos alunos do ProJovem com bastante frequência, principalmente, em relação as discriminações que eles vivenciam. Um dos egressos relatou

eu nunca tinha ido numa palestra. As primeiras vezes foi pelo ProJovem. E eu aprendi, gostei (...) Uma palestra mesmo que eu tive foi na UFBA. (...). Pô, foi ótimo, eu gostei, foi boa mesmo, foi 10. A gente chegou lá, quando chegou lá teve certa discriminação na hora, todo mundo olhava pra gente assim “o que que esse menino vai fazer na sala da UFBA?” não sei o que... “esse ProJovem”... pra ele eu fiquei assim... eu lembro como se fosse hoje, uma menina chegou “ah, esse pessoalzinho de subúrbio não sabe nada, vem ouvir uma palestra dessa tão importante?”(J3 – GM)

Machado Pais chama atenção para esse ponto e afirma que

a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também —e principalmente— as diferenças sociais que entre eles existem. (1990, p.140)

A afirmação de Machado Pais supera a concepção de juventude voltada apenas para a definição por idade, mas considera outras categorias (social e cultural) associadas ao jovem. Para definir uma política pública é preciso pensar nas especificidades dos jovens. O novo paradigma de políticas pública de juventudes propõe considerar essa diversidade e reconhecer as identidades múltiplas da juventude, bem como suas representações sociais.

Os preconceitos, também, são destacados dentro do próprio contexto de desenvolvimento do ProJovem. Um dos jovens pontua

dentro do laboratório de informática, que sumia caixa de som, tal, e pra diretora da escola, era o ProJovem, pra diretora era muito mais fácil ela atribuir aos alunos do ProJovem do que falar que foi um dos meninos da tarde, da manhã, do matutino, vespertino, entendeu? Essa foi uma grande dificuldade que a gente encontrou. Da diretora. Tudo que acontecia na escola, pode ter certeza que à noite a diretora tava na escola passando de sala em sala olhando pra cara da gente e falando “é com vocês...” e ela não poderia fazer isso, mas ela falava com a gente assim “com certeza foi um dos alunos do ProJovem porque aqui eu só tenho criança pela manhã e pela tarde. (J2 – GM)

O mesmo aluno complementa

E por que teria que ser o ProJovem? Não tô dizendo que não foi o ProJovem, que foi o ProJovem, não sei, mas também não pode atribuir tudo de ruim que aconteceu na escola ao ProJovem. Não tô falando de todas as escolas do ProJovem, tô falando pelo menos da minha escola, o que eu via acontecer (...) O ProJovem pra elas era péssimo e só prestava pra destruir a escola delas, achando elas que a escola era delas” (J2 – GM).

Além do preconceito, associado à classe social e a cor da pele, outro fator, possivelmente, determina a marginalização do aluno do ProJovem, a associação da juventude a problema social. Essa foi uma das concepções apresentadas na pesquisa. Além disso, as representações sociais desse jovem ligadas à violência, gravidez precoce, uso de drogas etc, ratificam todo processo de marginalização do público-alvo do Programa.

A escola, em muitos casos, deseja um perfil de aluno diferente do estudante do ProJovem (jovem que passou um tempo “fora” da instituição; não se adequa a muitas de suas regras). Esse jovem é considerado por alguns, preconceituosamente, como “marginal” (MATOS E NONATO JUNIOR, 2007, p.6). Para Kliksberg (2006), existe um mito generalizado que associa o jovem à criminalidade e à pobreza, estigmatiza os mais desfavorecidos.

Para Camarano *et al* (2004, p. 7)

associam-se à heterogeneidade no interior do próprio grupo populacional jovem as diferenças condicionadas pela sua posição social e de sua família, sua origem, raça e sexo. Os jovens são indivíduos que estão sendo construídos com base nas suas características pessoais e nas informações, experiências e oportunidades propiciadas pela família e pelo contexto social em que vivem, aí incluídas as políticas públicas.

Também foi constatado que em alguns relatos, os jovens demonstraram satisfação na execução da proposta da Ação Comunitária. Uma das alunas disse: “Foi legal pra caramba. A gente fez projetos também, apesar de não conseguir concluir porque pra você fazer um projeto de ação comunitária você não tá só com a escola, você tem que envolver o bairro inteiro (...)” (J4 – GF).

Constatamos que nem todas as propostas da Ação Comunitária do ProJovem foram cumpridas. Muitos alunos relataram que não participaram de todas as etapas da Ação Comunitária. Houve justificativa, por parte dos jovens, para não efetividade da Ação Comunitária em vários aspectos: falta de interesse dos jovens, os alunos não compareciam à aula e problemas na implementação do Programa. Sobre a implementação, a grande maioria dos fatos foi justificada pela falta de professores, discriminação dos jovens no ambiente escolar, não

cumprimento da carga horária, dentre outros. Algumas dessas dificuldades não estavam relacionadas apenas à dimensão da Ação Comunitária, mas a todo o ProJovem. Embora, em poucos relatos, houve jovens satisfeitos com a realização da Ação Comunitária do Programa. Os temas e aos meios de execução da Ação Comunitária foram diversificados, envolvendo ações que foram desde a visita a asilos à mobilização para reivindicações.

6.3 O ALCANCE DOS OBJETIVOS DA AÇÃO COMUNITÁRIA

O primeiro objetivo mencionado no desenvolvimento do PLA é “ampliar a percepção e os conhecimentos sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política - local, regional e nacional - a partir da condição juvenil”. (BRASIL, 2005, p. 41). Esse objetivo é apontado com mais ênfase na primeira etapa do PLA, o diagnóstico, embora em todo momento do ProJovem, o jovem pode estar ampliando as percepções e conhecimentos sobre a realidade. Em relação a esse objetivo, observamos que existe uma unidade entre as propostas de Ação Comunitária do ProJovem e a literatura (Requixa 1973 *apud* MARCELLINO 1996; Marques *apud* MUROS, 2006. p.88). A proposta do MOBREAL/ACISO, também, destaca como um fator importante para a participação ser efetivada, ter um primeiro momento na Ação Comunitária em que o sujeito conheça sua realidade, diagnosticando os possíveis problemas. Entretanto, mesmo havendo objetivos semelhantes entre a proposta do MOBREAL/ACISO e a da Ação Comunitária do ProJovem, existem interesses ideológicos subjacentes a cada uma dessas propostas e especificidades de contexto que podem interferir na a efetividade da Ação Comunitária como instrumento da participação.

Quando questionados acerca do que mudou depois da participação no ProJovem, os egressos estabeleceram relação direta com o objetivo citado. No questionário, uma jovem respondeu o que mudou depois da participação no ProJovem “O meu pensamento sobre a realidade da comunidade. Antes eu não conseguia ver muitas coisas” (J - Q). Ainda no grupo focal, outros relatos confirmaram que o jovem passou a perceber a comunidade, identificar os problemas e possibilidades de intervenção e a sentir-se parte desse contexto.

“Eu gostei muito de estar do ProJovem, aprendi coisas novas, como ação comunitária. Aprendi a olhar pela minha comunidade”.(J5 – GM).

“(…) a gente andou muito nas comunidades, sabendo como é que o povo vivia, como não vivia. A infra-estrutura do bairro da pessoa. Isso ajudou muito a gente”. (J3 – GF).

“Eu mesmo, 16 anos que eu morei no lugar onde moro e não sabia que tinha uma presidente, uma líder comunitária, eu não sabia” (J1 - GF).

Também no questionário, os jovens ao pontuarem o que mudou depois da participação no ProJovem, reafirmam o alcance dos objetivos sob análise. O item “identificar as necessidades da comunidade” teve o percentual 62,11% para “sim”, 28,95% para “em partes” e 8,95% para “não” (Tabela 2).

Tabela 2: Mudanças declaradas pelo jovem após sua participação no ProJovem - Parte 1

Depois do ProJovem passei a	Sim	Em parte	Não
Identificar as necessidades da comunidade	62,11%	28,95%	8,95%
Refletir criticamente sobre minha prática social	69,11%	22,51%	8,38%
Assumir responsabilidades com a comunidade	77,2%	12,2%	10,6%
Questionar a qualidade do serviço público	68,9%	14,3%	16,8%
Acreditar que posso interferir na realidade da minha comunidade	66,0%	21,4%	12,6%
Ter iniciativa nas atividades na comunidade	39,8%	33,5%	26,7%

Fonte: Pesquisa de campo

Marques (2006, p.87) acredita que a ação comunitária “se revela num instrumental que se caracteriza pela identificação de problemas, interesses ou preocupações de ordem comum”.

Além desse objetivo, o ProJovem pretende que o jovem seja protagonista e tenha uma participação crítica e transformadora na vida pública (BRASIL, 2005). Em relação à participação crítica²², dois pontos podem ser mencionados. O item “refletir criticamente sobre minha prática social”, obteve 69,11% de “sim” e “questionar a qualidade do serviço público” teve 68,9% (Tabela 2). Em ambos os casos os jovens acreditam que após a participação do ProJovem houve uma mudança em relação aos itens em análise, contudo em poucas falas os jovens explicitaram uma relação entre a participação do ProJovem e a uma participação crítica. Esse fato pode ser observado por meio de falas dos jovens quando questionado sobre o conceito de ação comunitária, um jovem respondeu: “é estimular as pessoas a fazerem coisas certas” (J - Q); outro aluno afirmou: “orientar mais o jovem” (J- Q). Nesse aspecto, vale questionar a formação do jovem para um ativismo acrítico (Ferreti, Zibas e Tartuce, 2004); ou até mesmo a cidadania tutelada. (Albuquerque e Farias, 2007).

²² Assumimos que a participação crítica vislumbrada pelo ProJovem se aproxima da definição apresentada por Luck “participação, em sentido pleno, caracteriza-se por uma força de ação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação dinâmica dessa unidade, de sua cultura e de seus resultados”.

Em relação ao protagonismo, entendido como uma forma de participação em que o jovem atua como ator principal (Costa, 2000), o item “ter iniciativa nas atividades na comunidade” obteve um baixo percentual (39,8%) comparado com outros itens do questionário (Tabela 2). Nessa perspectiva, “ter iniciativa nas atividades da comunidade” não é o fator determinante para caracterizar o jovem do ProJovem como protagonista, uma vez que outros itens como “Acreditar que posso interferir na realidade da minha comunidade” (66,0%) se relaciona de forma indireta com a formação desse sujeito (protagonista).

Outro objetivo é “contribuir para a formação do jovem na perspectiva do reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania” (BRASIL, 2005, p. 41). Estamos trabalhando com esse objetivo por estar contemplado na Ação Comunitária do ProJovem. Embora, entendamos que cidadania (cerne do objetivo em análise) é um tema muito mais amplo que requer um estudo específico. Albuquerque e Farias (2007) ao se posicionarem em relação à cidadania prevista no projeto do ProJovem, apontam um direcionamento dessa cidadania para o protagonismo e participação social.

Mesmo sabendo da limitação metodológica dessa pesquisa para analisar esse objetivo, devemos levar em consideração que a promoção da participação consciente pode propiciar o reconhecimento de direitos e deveres de cidadania pelos jovens.

Quando os alunos foram questionados sobre a contribuição do ProJovem no interesse pelos temas direitos e deveres do cidadão, em ambos os itens, os egressos acreditam que aumentou muito o interesse por esses temas. O percentual foi de 82,6% para o “direito do cidadão” e 82,1% para “deveres do cidadão. Apenas uma pequena parcela acredita que o ProJovem não contribuiu em nada para aumentar o interesse nesses temas, com 4,7% e 3,2%, para direitos e deveres respectivamente (Gráfico 5).

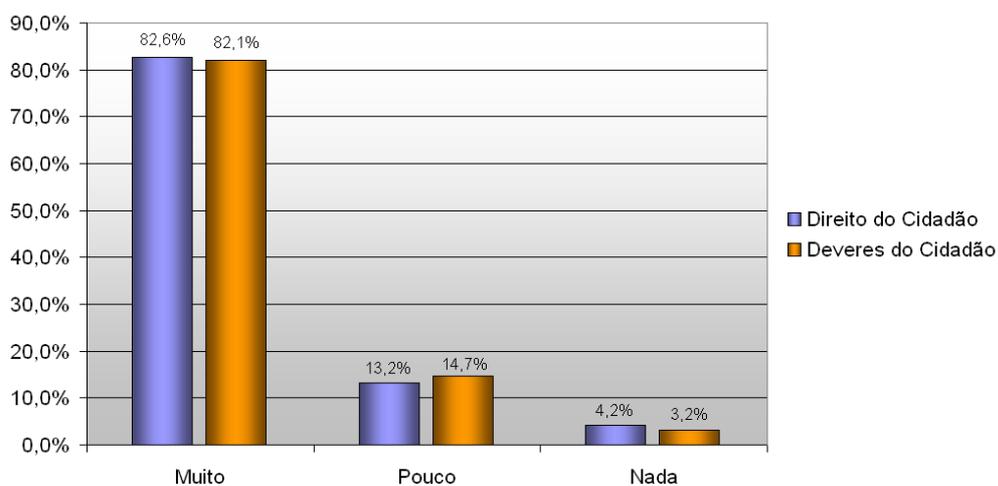


Gráfico 5: Interesse pelos temas direitos e deveres após a participação do jovem no ProJovem

Fonte: Pesquisa de campo

Nos grupos focais, os jovens confirmam os dados do questionário e relataram sobre a aprendizagem da cidadania e sobre os direitos e deveres de um cidadão. Uma das jovens falou:

O ProJovem ensina muita coisa sobre como você se comportar com outra pessoa, como você ser um cidadão... sobre seus direitos, sobre seus deveres. É uma coisa muito boa pro ProJovem. Você chega na sala e o professor te ensina ética, coisa que as escolas normais não têm ensinado e o ProJovem já ensina isso, entendeu? (J4 – GF)

Outro egresso faz um comentário semelhante

No meu caso, não mudou relacionado ao trabalho e sim à cidadania. (...). Aprendi a ser solidário, aprendi a dividir, aprendi a ouvir as pessoas, aprendi a conhecer meus direitos, até onde eu posso ir, que dali pra frente é os direitos de outras pessoas que eu tenho que respeitar. Então isso eu aprendi no ProJovem. Então mudou bastante dessa forma, não somente de conhecer a cidadania, mas de ser cidadão. Isso eu aprendi no ProJovem. (J2- GF)

Ainda no questionário um egresso respondeu que a Ação Comunitária é “saber seus direitos e deveres com a comunidade” (Q- F).

Essa semelhança entre os dados apontados no gráfico 5 e nas falas dos jovens, não contribui para uma análise sobre cada item separadamente. Os jovens de uma maneira geral reconhecem os direitos e deveres como indissociáveis. Embora, os jovens relatem sobre a mudança em relação a conhecer seus direitos e deveres, nos exemplos das ações e práticas realizadas, “o dever” aparece com mais frequência e vigor.

Quando questionados sobre o conceito de Ação Comunitária, os egressos associam a “estudar direitos e deveres”, mas com um percentual pequeno (2,1%) comparando com os outros conceitos (Gráfico 6). Na maioria das vezes, houve uma associação do termo ação comunitária à expressão “ajudar”, atingindo o somatório dos itens - “ajudar a comunidade/vizinho”, “ajudar o próximo” e “ajudar as pessoas a mudarem a forma de pensar”- um total de 61,9%.

Embora o conceito “ajudar pessoas a mudarem a forma de pensar” (5,8%) esteja associado à ajuda, é importante ressaltar que esse percentual, embora baixo quando comparado com a maioria dos demais itens, sugere um questionamento central: que sujeito está sendo formado frente aos resultados alcançados pela da Ação Comunitária do ProJovem? Este questionamento suscitado reafirma a preocupação de Gomes (2006) quando aponta a necessidade de se pensar as políticas públicas em relação aos aspectos ideológicos que a orientam.

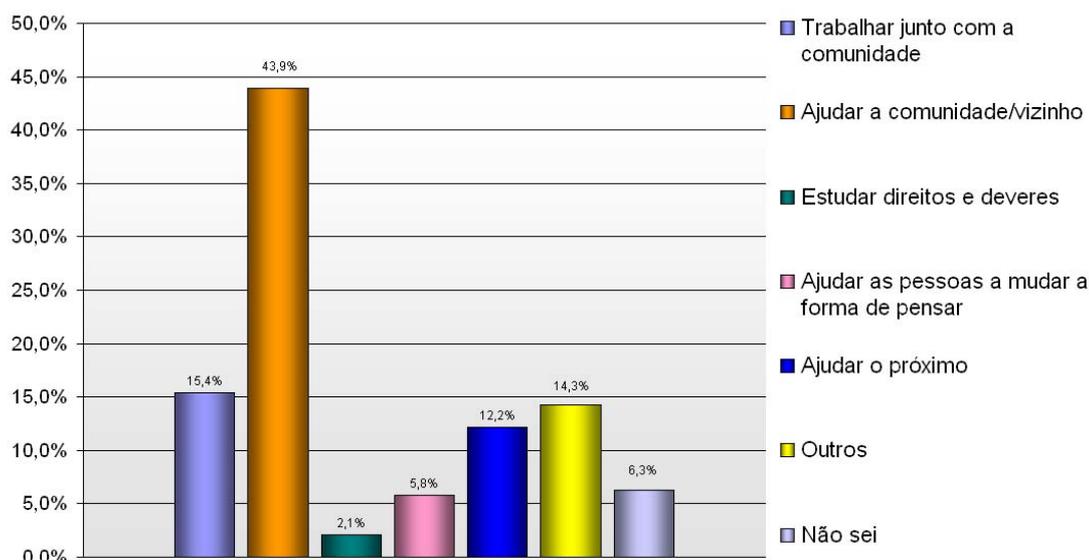


Gráfico 6: Opinião do jovem sobre o conceito de Ação Comunitária

Fonte: Pesquisa de campo

Os conceitos apontados pelos jovens parecem materializar outro objetivo da Ação Comunitária, que é “propiciar a articulação entre as aprendizagens proporcionadas pelos componentes curriculares do Programa por meio de vivências e práticas solidárias, cooperativas e cidadãs.” (BRASIL, 2005, p. 41). Esse conceito de Ação Comunitária vinculada à ajuda traz um aspecto fortemente associado a práticas solidárias.

A participação cidadã e o voluntariado juvenil podem se converter em opção para incentivar a solidariedade, bem como contribuir para que a comunidade perceba que é possível melhorar a sua qualidade de vida, a partir do desenvolvimento de práticas, nas quais todos podem se envolver de forma criativa. (BRASIL, 2008, p. 38)

Em relação “vivências e práticas solidárias, cooperativas e cidadãs”, presentes em um dos objetivos do Programa constatamos que a maioria dos jovens (74,9%), acreditam que depois de participarem do ProJovem passaram a “ser mais solidários” e “ajudar a comunidade” (53,7%) (Tabela 3). Podemos constatar por meio dos dados quantitativos a confirmação do conceito de Ação Comunitária associado à ajuda e à solidariedade.

O item “valorizar mais o próximo” atingiu 88,3%, percentual bastante elevado quando comparado com os demais itens. A mudança do jovem depois da sua participação no ProJovem em termo de valorização ao próximo, nos remete ao entendimento de Vasconcelos (2006) sobre participação, que está associada ao respeito pelo outro.

Tabela 3: Mudanças declaradas pelo jovem após sua participação no ProJovem - Parte 2

Depois do ProJovem passei a	Sim	Em parte	Não
Ser mais solidário	74,9%	21,4%	3,7%
Valorizar o próximo	88,3%	7,4%	4,3%
Ajudar a comunidade	53,7%	34,6%	11,7%
Assumir responsabilidades na minha família	77,2%	12,2%	10,6%
Perceber a importância de viver em grupo	86,8%	9,5%	3,7%
Realizar trabalhos voluntários	42,9%	28,8%	28,8%
Engajar-me em movimentos sociais	37,7%	26,4%	36%

Fonte: Pesquisa de campo

“Fortalecer os espaços de socialização juvenis, bem como os vínculos familiares, de vizinhança e comunitários” (BRASIL, 2005, p.41) é ainda outro objetivo do ProJovem. Esse objetivo pode ser analisado a partir dos resultados dos itens “perceber a importância de viver em grupo” (86,8%) e “assumir responsabilidade na minha família” (77,2%) (Tabela 3). Ambos os itens apresentaram um percentual significativo no que diz respeito a mudanças do jovem após participação do ProJovem. Para Marques (2006) a ação comunitária é uma forma de contribuir para o desenvolvimento do homem como ser coletivo.

Alguns jovens mudaram a forma de agir e quando relacionado com os caminhos da participação (mesmo sabendo que não perguntamos separadamente cada caminho), observamos que existe uma maior tendência no envolvimento do jovem para a participação em ações voluntárias. Muitos foram os exemplos vinculados à ação voluntária, como: visitas a creches, a asilos, atividades de reciclagem, dentre outros. Os dados do questionário reafirmam que os jovens após o ProJovem passaram a “realizar trabalhos voluntários” (42,9%).

Quando estabelecemos uma comparação entre os itens “realizar trabalho voluntário” e o item “engajar-me em movimento social” (37,7%), verificamos que o percentual de jovens que passaram a se envolver em movimentos sociais após o ProJovem é menor do que o verificado para a realização de trabalhos voluntários.

Mesmo com um percentual baixo de jovens engajados em movimento sociais, os alunos relatam algumas manifestações realizadas durante o Programa, especialmente, reivindicar recursos para transporte, o recebimento da bolsa e uma implementação adequada do Programa. Um dos alunos relatou uma das reivindicações.

Eu fui um dos alunos que foi no balanço geral, que fez protesto. Por que? Porque era um direito nosso. Era um direito nosso que logo no começo não foi resolvido, não deram a bolsa pra gente. Então depois de muitas coisas que aconteceram que vieram dar. (J2 – GM)

Embora os alunos do ProJovem tenham participado das manifestações, eles (os jovens) não percebem essas manifestações como Ação Comunitária. Todas as vezes que foram citadas essas manifestações não se estabelecia uma relação entre essas manifestações e a Ação Comunitária.

Em relação ao caminho 3 - “eu e meu grupo: nós damos o recado”, os jovens não relataram nenhuma ação vinculada a essa questão, nem mesmo fora do contexto da conversa da Ação Comunitária. Entretanto, vale destacar, que no *site* e meios impressos de divulgação do Programa (tanto em âmbito nacional quanto local) aparecem ações envolvendo apresentações de grupo de música, de dança, de teatro, sendo que, algumas vezes os jovens utilizam esses meios para efetivar a Ação Comunitária.

Em síntese, quando os jovens falam de Ação Comunitária geralmente associam ao caminho 2 - “eu sou voluntário e faço a diferença”, pouco se destaca o caminho 1 - “eu me engajo e tenho uma bandeira de luta” e caminho 3 - “eu e meu grupo: nós damos o recado”. A fala dos alunos e as informações coletadas no campo comprovam a priorização da ação voluntária verificada na proposta da Ação Comunitária do Programa.

Para José Paiva (2003, p.166) a Ação Comunitária é bastante sensível ao trabalho voluntário, buscando a todo o momento utilizar-se de instrumentos que contribuam para facilitar, reforçar e qualificar a participação de todos envolvidos.

A Ação Comunitária, por meio do trabalho voluntariado, preconizada por José Paiva (2003) como um instrumento para facilitar, qualificar e reforçar a participação traz contribuições importantes para o processo formativo do jovem. José Paiva (2003, p.165) ainda afirma que não é possível ser a

ação comunitária o único instrumento capaz ou responsável para desenvolver trabalhos, numa perspectiva crítica e participativa, (...) se todos os demais trabalhos no setor não forem permeados pelo compromisso de estimular e viabilizar a participação popular.

Desta forma, outros caminhos precisam ser explorados e experimentadas na prática, enriquecendo assim a formação do jovem participativo.

6.4 A CONTINUIDADE DA PROPOSTA DA AÇÃO COMUNITÁRIA E OS DESAFIOS

Ao final do ProJovem espera-se que os jovens deem continuidade e aprofundamento em ações de participação. Essa intenção foi analisada especialmente nas questões: mudança na forma de agir e mudança na forma de pensar do egresso.

Quando questionados sobre esses aspectos, os jovens, em sua maioria, afirmaram ter mudada a forma de pensar e a forma de agir, alcançando um percentual de 91,5% e 83,8%, respectivamente. Apenas 8,5% afirmaram que a Ação Comunitária do ProJovem não mudou sua forma de pensar e 16,2% que não houve mudança em sua forma de agir (Gráfico 7).

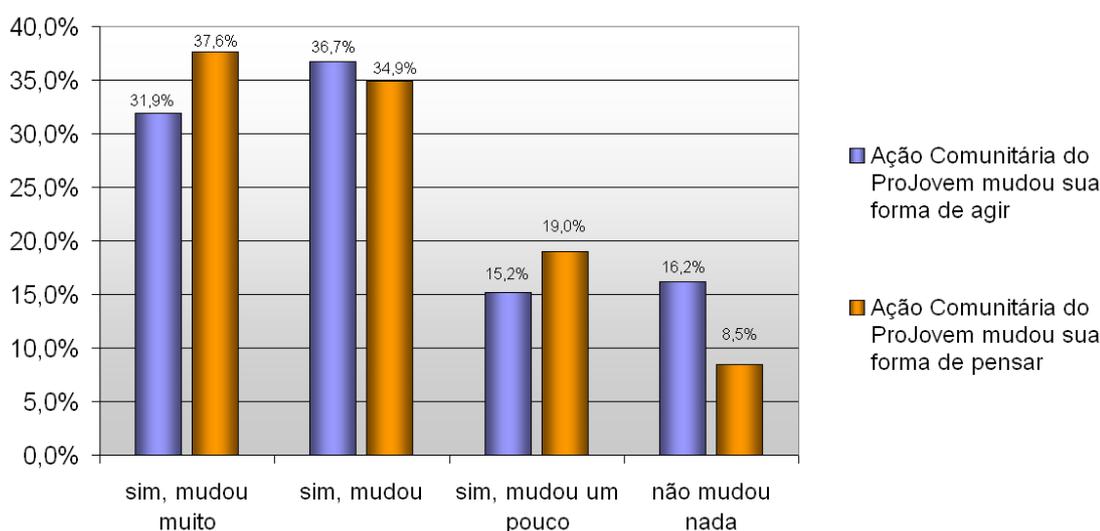


Gráfico 7: Mudança forma de agir e pensar do jovem

Fonte: Pesquisa de campo

Quando questionados sobre as mudanças na forma de pensar, os jovens exemplificaram: ver as coisas na comunidade e no mundo, acreditar em si próprio e ter consciência ambiental. Em relação à forma de agir foram apontadas as seguintes mudanças: ter mais cuidado com a saúde e ser mais solidário. Os exemplos mencionados mostraram-se bastante heterogêneos compreendendo desde aspectos de cunho mais específico como cuidar da saúde, a questões mais gerais, como ver as coisas na comunidade e no mundo.

Embora os jovens declarem que a Ação Comunitária do ProJovem mudou a sua forma de pensar e agir, vale salientar que essa mudança se processou com mais intensidade na forma de pensar. No que se refere às mudanças declaradas na forma de agir é possível observar que ações que exigem uma maior responsabilidade em termos de garantia da continuidade são menos

apontadas pelos egressos. Como exemplos podemos citar: participar em trabalhos voluntários e engajar-se em movimentos sociais (*vide* Tabela 3).

Em relação à possibilidade de continuidade da Ação Comunitária, os jovens apontaram algumas dificuldades, dentre as quais está a falta de tempo do jovem realizar ações na comunidade. Uma aluna pontuou,

eu não vou mentir, eu não faço ação comunitária. O máximo que eu faço pela minha comunidade é reciclar o lixo todo, parte do lixo todo. Fora isso minha filha, eu trabalho pra caramba e não tenho tempo nem de pensar em mim quanto mais na comunidade. Infelizmente é a realidade. (J4 – GF)

Outro jovem afirmou

E eu acho que foi essa participação no ProJovem, da assistente social, de falar pra gente sobre cidadania, direitos e deveres, que fez que, que me motivou a fazer tudo isso, apesar de hoje eu não ser mais da associação porque eu tenho que me dedicar muito mais ao trabalho do que à associação. Então não tinha mais tempo de ficar como presidente da associação, então preferi sair, deixar outra pessoa no lugar, que tá fazendo um trabalho super bom também, assim como eu estava fazendo. (J2 – M)

Outro motivo que dificulta a realização da Ação Comunitária, segundo os jovens egressos, é a violência. Embora, em nenhum momento essa questão tenha sido mencionada nos questionamentos, ela parece com muita frequência. Uma das alunas mencionou

Eu tento conscientizar as pessoas que moram assim ao meu redor. (...), os meus vizinhos, não têm a consciência de que a gente que mora ali não pode jogar lixo porque nós mesmos seremos prejudicados, entendeu? Então eu tento fazer isso, mas não estou conseguindo. Sozinha não dá. O que eu ia dizer por enquanto é isso aí. Ensinar meu filho, por exemplo, meus sobrinhos, aos vizinhos quando eu posso, quando dá pra falar alguma coisa, porque hoje em dia se a gente falar, você é punido, tá arriscado a morrer. Então se for alguém assim que eu conheço, que eu possa falar alguma coisa, eu falo ‘ó gente, bora evitar de jogar lixo e tal, bora formar um mutirão pra fazer a limpeza e tal, recolher o lixo’”. (J2 – GF)

Outra aluna também aponta a violência com o seguinte relato:

Há três meses atrás a gente tava falando dessa questão mesmo do lixo. (...) Teve uma vez que lá na associação a gente começou a colocar as pessoas lá em pé e aí dizia assim “Olhe, já passou do horário, volte com seu lixo e amanhã você traga”. Aí resultou que quase um morador apanha por causa disso. (...) Aí a gente distribuiu folhetos nas casas pra dizer “gente o carro do lixo passa até 9 horas, (...) porque às vezes a gente passa e tá fedendo e tem gente que mora próximo”. (J3- GF)

Não só no grupo focal essa questão foi levantada, no questionário a violência também é apontada: “A minha comunidade está em guerra [risos]. Não posso nem pensar numa coisa dessa. Eu moro na (...) e você faz o que num lugar desse?” (J4 - GF) A Ação Comunitária do Programa tem o objetivo de diminuir a violência, por meio de envolvimento de jovens em outras atividades, mas a partir dos relatos observamos que a contexto de violência pode ser um fator que limita a Ação Comunitária.

Esses limitadores não impossibilitaram, entretanto, que a Ação Comunitária desencadeada trouxesse resultados expressivos para os agentes sociais envolvidos e a comunidade de uma forma em geral. Uma aluna disse: “(...) a ação comunitária, né. Nos deu esse conhecimento com relação à cidadania. Eu mesma aprendi muita coisa e é isso aí. Minhas palavras são poucas”. (J2 – GF).

Outra jovem afirmou:

Você entra num projeto desse, eu penso assim, não tem como não mudar o pensamento. Então o que que acontece: quando eu terminei, eu era uma nova pessoa. Quando eu entrei no ProJovem, eu não vou mentir pra você, eu pouco ia pras aulas, se faltasse não tava nem aí... hoje em dia não. Eu respeito o espaço das pessoas, sei escutar as pessoas. Às vezes antes falavam comigo e eu não tava nem aí. Hoje em dia não, sei respeitar, sei dividir, sou compreensivo e é isso velho. Não tem como não mudar. Hoje eu tenho um novo caráter do que eu tinha antigamente. (J4- GM)

Com os relatos dos alunos, observamos que a Ação Comunitária propiciou mudança na forma de agir e pensar do egresso e conseqüentemente, em sua própria vida. Identificamos, entretanto, limitações na continuidade das ações, com destaque ao tempo de dedicação a realizar ações comunitárias e à violência presente na comunidade onde esses jovens habitam.

Desta forma, a continuidade da Ação Comunitária não é efetiva, pois para os egressos ela se apresenta com a configuração diferente (Ação Comunitária espontânea) daquela quando ele era aluno do ProJovem (Ação Comunitária institucionalizada). Colabora para essa descontinuidade a inexistência de um acompanhamento sistemático das ações, inexistência de estrutura física para se reunir, tempo determinado para executar as ações etc.

7. CONCLUSÃO

Na contemporaneidade, o discurso de participação da sociedade nas diversas instâncias democráticas vem se ampliando. No que se refere às políticas públicas, a participação da sociedade no processo de planejamento, implementação e avaliação representa um importante elemento de legitimação dessas prioridades de investimentos.

A disseminação desse discurso de participação enseja alguns questionamentos acerca da intencionalidade, por parte do Estado, em querer partilhar suas responsabilidades e o seu poder. Esse processo de ampliação da participação pressupõe interesses ideológicos subjacentes nem sempre explícitos.

Esse contexto de participação propõe uma nova forma de políticas públicas: as “políticas públicas de/para/com juventudes”. Esse novo paradigma está presente na parceria entre a esfera pública, sociedade civil e entidades do terceiro setor. Reforça-se, assim, a ideia de política pública como ação partilhada do governo.

Essa partilha de poder pode acarretar uma desresponsabilização do Estado que passa a assumir uma função secundária frente às demandas sociais. Entretanto, essa não pode ser uma justificativa dos sujeitos envolvidos para se isentarem de suas responsabilidades, uma vez que esses são co-responsáveis por uma gestão pública de qualidade.

Entendendo que uma política pública de juventude está voltada para a formação de agentes sociais autônomos e participativos, a preocupação sobre a matriz educacional desse jovem é ainda maior, pois o jovem é um ser em formação e a educação formal pode oferecer contribuições importantes. E essa é uma preocupação que anda *pari passu* com a educação.

Uma política pública de juventude não pode ser uma ação tutelada. Há que se reconhecer o jovem como sujeito crítico e reflexivo, capaz de reconhecer não apenas seus deveres, mas também seus direitos. Apto a questionar e promover mudanças em prol da sua comunidade, e conseqüentemente, da sociedade.

Para se conceber e realizar uma política pública é imprescindível pensar na juventude não como um período de transição, delimitado por uma faixa etária, mas como o sujeito do agora.

O ProJovem traz uma perspectiva que se coaduna com essa concepção de política pública para juventude, uma vez que pretende atender à diversidade de juventudes, em seus múltiplos contextos. O Programa se orienta pelo princípio da participação desde a proposta de gestão compartilhada ao processo de avaliação dos resultados.

Contudo, uma crítica pode ser formulada acerca do Projeto do ProJovem. Os objetivos que se pretendem atingir são bastante abrangentes em função do tempo dedicado a execução do

Programa. Além disso, percebemos um caráter muito subjetivo em alguns dos objetivos explicitados. Isto pode ser verificado, ainda, na dimensão Ação Comunitária do ProJovem, quando se verifica a pluralidade de denominação para este termo, tais como: ação social e ação cidadão.

Há ainda certa dissonância entre os principais objetivos definidos no Projeto do ProJovem, que ora se voltam para o engajamento social, ora para a participação cidadã, a participação crítica e o protagonismo. Vale, entretanto, uma ressalva, uma vez que a atual PPI do ProJovem Urbano apresenta uma definição mais clara dos objetivos.

Outra fragilidade encontrada no ProJovem foi o processo de implementação. A partir do relato dos alunos, observamos a dificuldade de se colocar em prática a proposta de uma política pública de cooperação estabelecida entre os governos e outras instituições e grupos sociais. Esta dificuldade se processa, principalmente, na implementação.

Essa dificuldade de implementação contribuiu, possivelmente, para os altos índices de evasão verificados tanto no ProJovem em Salvador como no Brasil. Esse índice não pode, entretanto, ser considerado em termos absolutos, uma vez que o ProJovem é uma educação voltada para EJA e essa modalidade da educação tem um histórico de muitos alunos evadidos.

Em relação ao cumprimento das etapas da execução do PLA verificamos que nem todas foram realizadas. Os motivos alegados pelos egressos para não execução do PLA foram: o não comparecimento dos jovens às atividades, a falta de interesse nos conteúdos da Ação Comunitária e a implementação e a execução do ProJovem.

Embora alguns egressos tenham pontuado a efetivação de nenhuma ou a concretização de apenas algumas das etapas da Ação Comunitária, vale questionar se todos tinham conhecimento dos passos propostos. Alguns jovens, quando relatam os motivos da não realização da Ação Comunitária, parecem referir-se apenas à execução do PLA e não percebem a realização do diagnóstico, da análise das informações levantadas, da elaboração e avaliação do PLA, como etapas presentes no processo da Ação Comunitária.

A execução do PLA se deu por meio da produção de eventos e de atividades recreativas e culturais, distribuição de panfletos, trabalhos em asilos, creches e abrigos, dentre outros. Nos aspectos referentes aos limites e possibilidades da realização do PLA, dois aspectos se mostram relevantes: em termos de limites, há que se considerar a pontualidade das formas de realização da Ação Comunitária, que suscitam críticas acerca da continuidade dessas ações e, portanto, de sua eficácia quanto a formar um jovem participativo; as possibilidades dizem respeito à própria dinâmica do ProJovem, em especial, o tempo de funcionamento do Programa, que é um elemento limitador para a realização de ações mais contínuas.

Para trabalhar a Ação Comunitária, foram definidos alguns temas, dentre os quais podemos destacar: saúde e meio ambiente, resgate e programação de cultura local e valorização do patrimônio histórico, preconceito, infraestrutura urbana, violência, higiene sanitária. Houve uma diversidade de temas e formas para trabalhar o PLA o que possibilita, possivelmente, um respeito aos alunos na escolha de que ação realizar, sem perder, entretanto, o foco nos temas sugeridos pelo Projeto do ProJovem.

Embora o tema preconceito não tenha apresentado um percentual elevado em relação a outros temas propostos para trabalhar a Ação Comunitária, os egressos relataram situações de discriminação com os alunos do ProJovem por parte da sociedade e de alguns profissionais da escola. Além do preconceito associado à classe social e à cor da pele, outro fator que, possivelmente, determina a marginalização do aluno do ProJovem é a associação da juventude a problema social. Desta forma, as políticas públicas para juventude precisam estar atentas a essas particularidades.

O objetivo do PLA “ampliar a percepção e os conhecimentos sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política - local, regional e nacional - a partir da condição juvenil” foi contemplado na análise quantitativa e na fala de diversos jovens. Os dados e informações coletados apontaram que os jovens passaram a perceber a comunidade, identificar os problemas e possibilidades de intervenção e a se sentir parte desse contexto.

Em relação ao objetivo “promover o protagonismo e a participação crítica e transformadora na vida pública”, a análise dos dados quantitativos permitiu verificar que após a participação no ProJovem, parte dos egressos passou a refletir criticamente sobre a prática social e a questionar a qualidade do serviço público. Na análise qualitativa, entretanto, diversas falas deixaram de evidenciar qualquer relação entre a participação do ProJovem a uma participação crítica. Esse fato pode ser observado por meio de falas dos jovens quando questionados sobre o conceito de ação comunitária, um jovem respondeu: “é estimular as pessoas a fazerem coisas certas”; outro aluno afirmou: “orientar mais o jovem”. Nesse aspecto, vale questionar a formação do jovem para um ativismo acrítico ou até mesmo cidadania tutelada (Ferreti, Zibas e Tartuce, 2004; Albuquerque e Farias, 2007).

Em relação ao protagonismo, entendido como uma forma de participação em que o jovem atua como ator principal (Costa, 2000), a análise quantitativa apontou que após a participação do ProJovem, 39,8% dos egressos passaram a “ter iniciativa nas atividades na comunidade”, um baixo percentual quando comparado com outras mudanças após a participação do ProJovem, a exemplo de “acreditar que posso interferir na realidade da minha comunidade” (66,0%).

Acreditamos, a partir da análise quali-quantitativa, que embora exista uma tendência de parte significativa dos jovens se considerarem protagonistas, não há, ainda, uma postura de iniciativa em termos de ação por parte do público analisado, o que reflete a postura da sociedade, de modo geral.

O objetivo referente a “contribuir para a formação do jovem na perspectiva do reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania”, parece-nos um dos mais amplos dentre os objetivos da Ação Comunitária do ProJovem, sendo essa pesquisa insuficiente para dar conta do estudo de tal objeto. Entretanto, abordamos a questão dos direitos e deveres. Quando os alunos foram questionados sobre a contribuição do ProJovem num interesse pelos temas direitos do cidadão e deveres do cidadão, em ambos os itens, os egressos acreditam que aumentou muito o interesse por esses referidos temas. O percentual chegou a mais de 80% em ambos os casos. Embora, os jovens relatem sobre a mudança no que diz respeito a conhecer seus direitos e deveres, nos discursos referentes a ações e práticas realizadas, o dever aparece com mais frequência e vigor.

Quando questionados sobre o conceito de Ação Comunitária, os jovens, na maioria das vezes, associaram Ação Comunitária ao termo “ajudar” - “ajudar a comunidade/vizinho”, “ajudar o próximo” e “ajudar as pessoas a mudarem a forma de pensar”. Uma pequena parcela dos egressos associou a Ação Comunitária a mudar a forma de pensar (5,8%). Esse percentual, embora baixo, sugere um questionamento central: que sujeito está sendo formado frente aos resultados alcançados pela da Ação Comunitária do ProJovem? Este questionamento suscitado reafirma a preocupação de se pensar as políticas públicas em relação aos aspectos ideológicos que a orientam.

As associações estabelecidas pelos alunos entre Ação Comunitária e ajuda parecem materializar o objetivo “propiciar a articulação entre as aprendizagens proporcionadas pelos componentes curriculares do Programa por meio de vivências e práticas solidárias, cooperativas e cidadãs.” Esse conceito de Ação Comunitária vinculada à ajuda traz um aspecto fortemente associado a práticas solidárias. A análise quantitativa permitiu identificar que os jovens passaram a ser mais solidários e ajudar a comunidade. Esses dados ratificam o conceito de Ação Comunitária do ProJovem associado à ajuda e à solidariedade, merecendo destaque a análise do item “valorizar mais o próximo”, presente no questionário, o qual atingiu 88,3%, percentual bastante elevado quando comparado com os demais.

“Fortalecer os espaços de socialização juvenis, bem como os vínculos familiares, de vizinhança e comunitários” é ainda outro objetivo do ProJovem que foi analisado à luz dos resultados apontados no questionário e no grupo focal. Essa análise permitiu verificar que os jovens mudaram sua participação depois do ProJovem em termos de “perceber a importância de viver em grupo” (86,8%) e “assumir responsabilidade na minha família” (77,2%). Assim, a Ação

Comunitária apresentou-se como uma de forma de contribuir para o desenvolvimento dos jovens como seres participantes na sociedade.

Essa participação se deu, especialmente, por meio do desenvolvimento de trabalho voluntário. Essa forma de participação se aproxima da definida no caminho 2 “eu sou voluntário e faço a diferença” apontada pelo IBASE/POLIS. Muitos foram os exemplos vinculados à ação voluntária, como: visitas a creches, a asilos, atividades de reciclagem, dentre outros. Os dados do questionário reafirmam que os jovens após o ProJovem passaram a “realizar trabalhos voluntários” (42,9%). Quando estabelecemos uma comparação entre os itens “realizar trabalho voluntário” e o item “engajar-me em movimento social” (37,7%), verificamos que o percentual de jovens que passaram a se envolver em movimentos sociais após o ProJovem é menor do que o verificado para a realização de trabalhos voluntários.

Mesmo com um percentual baixo de jovens engajados em movimento sociais, os alunos relataram algumas manifestações realizadas durante o Programa. Porém, mesmo participando dessas manifestações, eles não perceberam essas manifestações como sendo Ação Comunitária. Observamos que todas as vezes que foram citadas essas manifestações não se estabelecia, no discurso, uma relação entre essas manifestações e Ação Comunitária.

Em relação ao caminho 3 - “eu e meu grupo: nós damos o recado”, os jovens não relataram nenhuma ação vinculada a essa questão, nem mesmo fora do contexto da conversa da Ação Comunitária. Entretanto, vale destacar, que no *site* e meios impressos de divulgação do Programa (tanto em âmbito nacional quanto local) aparecem ações envolvendo apresentações de grupo de música, de dança, de teatro, sendo que, algumas vezes os jovens utilizam esses meios para efetivar a Ação Comunitária.

Constatamos que no projeto do ProJovem, em sua versão inicial, não existe de forma explícita uma relação da Ação Comunitária com o trabalho voluntário, entretanto, quando confrontados a propostas com a percepção dos jovens do ProJovem, verificamos uma tendência em trabalhar a participação por meio do voluntariado (caminho 2).

Alguns jovens declararam que a Ação Comunitária do ProJovem mudou a sua forma de pensar e agir, entretanto, ressaltamos que essa mudança se processou com mais intensidade na forma de pensar. No que se refere às mudanças declaradas na forma de agir, é possível observar que ações que exigiam uma maior responsabilidade em termos de garantia da continuidade foram menos apontadas pelos egressos. Como exemplos podemos citar: participar em trabalhos voluntários e se engajar em movimentos sociais.

Em relação à possibilidade de continuidade da Ação Comunitária, os jovens apontaram algumas dificuldades, dentre as quais está a falta de tempo do eles realizarem ações na comunidade. Outro motivo que dificultou a realização da Ação Comunitária, segundo os jovens egressos, foi a violência. Apesar de, em nenhum momento, essa questão ter sido mencionada nos questionamentos, ela aparece com muita frequência nas falas dos egressos.

Reconhecendo, ainda, a violência como limitadora para a continuidade da Ação Comunitária do Programa, verificamos que embora a Ação Comunitária tenha a intenção de diminuir a violência por meio de envolvimento de jovens em diversas atividades, os relatos apresentados demonstraram ser este um problema que extrapola o âmbito de atuação da Ação Comunitária.

Desta forma, a continuidade da Ação Comunitária não pode ser considerada efetiva, pois para os egressos ela se apresenta com a configuração diferente (Ação Comunitária espontânea) daquela quando ele era aluno do ProJovem (Ação Comunitária institucionalizada). Colabora para essa descontinuidade a inexistência de um acompanhamento sistemático das ações, inexistência de estrutura física para se reunir, tempo determinado para executar as ações etc.

Concluimos que a Ação Comunitária do ProJovem é um instrumento para facilitar, qualificar e reforçar a participação e traz contribuições importantes para o processo formativo do jovem. Entretanto, não é possível que a Ação Comunitária seja o único instrumento capaz ou responsável para desenvolver trabalhos, numa perspectiva crítica e participativa. Outros caminhos precisam ser explorados e experimentados na prática, enriquecendo assim a formação do jovem participativo.

Ainda no sentido de questionar a Ação Comunitária do ProJovem, cabe a pesquisadores, avaliadores e à comunidade em geral refletir sobre os resultados dessa intervenção na formação do jovem e, conseqüentemente, na sociedade. Nessa perspectiva, sugerimos alguns questionamentos que podem orientar futuras pesquisas, tais como: sabendo que o ProJovem tem uma proposta interdisciplinar, quais as possíveis contribuições da Ação Comunitária no que se refere à aprendizagem do jovem nos conteúdos programáticos das unidades formativas? Sendo a violência um fator limitador para a continuação da Ação Comunitária, quais os resultados da Ação Comunitária do ProJovem no que se refere à violência? Quais as contribuições e os limites da Ação Comunitária do ProJovem para o desenvolvimento local? O que diferencia, no que diz respeito aos resultados alcançados, a Ação Comunitária do ProJovem que analisamos da Participação Cidadão do ProJovem Urbano?

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 05, mai./ago.e 06, set./dez., Campinas, 2007. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_05_HELENA_WENDEL_ABRAMO.pdf>. Acesso em: 04 set. 2008.

ABRAMOVAY, M. *et al.* **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002. 192 p.

ABRAMOVAY, M; PINHEIRO, L. C. Violência e Vulnerabilidade Social. In: FRAERMAN, Alicia (Ed.). **Inclusión Social y Desarrollo: Presente y futuro de La Comunidad IberoAmericana**. Madri: Comunica. 2003.

ALBUQUERQUE, M. G. M. T.; FARIAS, M. S. A Educação para a Juventude na Perspectiva dos Usuários do ProJovem em Caucaia – CE. **XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração**. Cadernos ANPAE, Porto Alegre, nov. /2007.

BABIE, E. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 519 p. (Coleção Aprender).

BAQUEIRO, M. Construindo uma Nova Sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, 21, p. 83-108, nov. 2003.

BELLO, J. L. P. Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar. **Pedagogia em Foco**, Vitória, 1993. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.htm>>. Acesso em: 14 mai. 2008.

BOCK, A. M. B. **A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão**. Abril 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 jun. de 2008.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. **Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano**. Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. Coordenação Nacional do ProJovem. Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem. Subsistema de Avaliação do Programa. **Relatório Parcial de Avaliação do ProJovem 2007**, Brasília, abr./2007.

_____. **Relatório de Atividades**: Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) 2006. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2007. 68 p.

_____. **Lei 11.129 de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional de Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/secgeral/frame_juventude.htm. Acesso em 10 de nov. 2008.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. **Projeto do Programa ProJovem**. Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília, 2005.

_____. **Decreto nº 5.557**, de 5 de outubro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5557.htm Acesso em: 14 de abr. 2007.

BRITO, P. A. **Juventudes e Políticas Públicas**. Disponível em: <http://www.lead.org.br/filemanager/fileview/197/>. Acesso em: 10 de set. 2008.

CAMARANO, A. A., MELLO, J. L.; PASINATO, M. T. *et al.* Caminhos para a Vida Adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. **Última década**, v.12, n.21, Santiago, dic. 2004. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22362004000200002&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 10 set. 2008.

CARRANO, P. **Juventude e Participação social no Brasil – evidências de um diálogo nacional com jovens de regiões metropolitanas**. XXVI Congreso de ALAS – Asociacion Latinoamericana de Sociologia”, Guadalajara, México, ago./ 2007. Disponível em: http://www.uff.br/objjovem/mambo/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=156. Acesso em: 11 de janeiro de 2009.

CASTRO, M. G.; ABROMOVAY, M. **Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes.** UNESCO, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001313/131361por.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2008.

CEPAL. **Juventud, Población y Desarrollo en América Latina y el Caribe. Problemas, Oportunidades e Desafios.** Santiago: CEPAL, 2000.

CHILLÁN, Y. Morfologia e Cenários das Políticas Públicas para Juventude: uma leitura com base no perfil regional e na expectativa latino-americana. In.: THOMPSON, A. A. **Associando-se à Juventude para Construir o Futuro.** São Paulo: Peirópolis, 2005. Disponível em: http://www.wkkf.org/DesktopModules/WKF_DmaItem/ViewDoc.aspx?LanguageID=2&CID=145&ListID=28&ItemID=5000142&fld=PDFFile. Acesso em: 25 set. 2008.

COSTA, A.C.G. da. **Protagonismo Juvenil: Adolescência, Educação e Participação Democrática.** Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

DAMASCENO, M. N. **O Uno e o Diverso na Formação da Juventude: Educação e Cidadania no Contexto da Diversidade Cultural.** Entre 2000 e 2008.

_____. **Formação da Juventude: educação e cidadania em áreas de assentamento do MST.** Disponível em: <http://www.alasru.org/cdaldasru2006/02%20GT%20Maria%20Nobre%20Damasceno.pdf>. VII Congresso de Asociación Latinoamericana de Sociología Rural – Quito, 2006. Acesso em: 11 ago. 2008.

ESTEVES, M. C. D. **O Protagonismo Juvenil na Percepção de Jovens em um Programa de Educação para o Trabalho na Cidade de Ribeirão Preto.** Disponível em: < <http://www.paulofreire.org.br/pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2008.

FERRETTI, C.J.; ZIBAS, D.M.L.; TARTUCE, G. L. B. P. **Protagonismo Juvenil na Literatura Especializada e na Reforma do Ensino Médio.** Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 122, p. 411-423, maio/ago. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n122/22511.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2008.

GALVÃO, D.B. **Qualificação Profissional do ProJovem: Atitudes e impressões dos participantes.** 2007. 77f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

GATTI, Bernadete A., **Pesquisar em educação: Considerações sobre alguns pontos-chaves** In: Revista Diálogo Educacional/ Pontifícia Universidade Católica do Paraná –v.6, n.19 (set/dez.2006) – Curitiba: Champagnat, 2000.

GOMES, C. M. **Gestão de Projetos de Intervenção**. 2006. *Slide* 1-10. Salvador, aula, Universidade Católica do Salvador. Programa de Pós-Graduação Políticas Sociais e Cidadania.

_____. **Orientações Gerais para Realização de Entrevistas e de Entrevistas por Questionários**. Salvador, ago./2005. (Documento impresso).

HOFLING, E. M. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Caderno CEDES, v.21, n.55, Campinas, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 03 set. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE); INSTITUTO PÓLIS. **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Relatório Final. Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo, SP: Polis, 2006. Disponível em: <http://www.ibase.br/pubibase/media/ibase_relatorio_juventude.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2008.

KIKO NETTO. Uma Nova Geração Política reafirma-se no Acompanhamento Intercontinental da Juventude. In.: **Democracia Viva. Especial Juventude e Política**. IBASE. Jan./Mar. 2006.

KLIKSBERG, B. O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n.40, Set./Out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n5/a08v40n5.pdf>. Acesso em: 12 out. 2008.

LÜCK, H *et al.* **A Escola Participativa: o trabalho do gestor escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MACEDO, R. S. **Etnopesquisa Crítica/Etnopesquisa-Formação**. Brasília: Liver Livro Editora, 2006. 179p. (série pesquisa v.15).

MACHADO PAIS, J. A construção sociológica da juventude—alguns contributos. In.: **Análise Social**, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º, 2.º), 139-165. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>>. Acesso em: 12 set 2008.

MARCELINO, N.C. **Pressupostos de Ação Comunitária** In: MARCELLINO, N.C (Org) Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras Capinas: Ed: Autores Associados, 2003

MARQUES, C.A.L. Fundação Gol de Letra. In:_____. **Herdeiros do Tetra:** os projetos sociais desenvolvidos pelos jogadores de futebol tetracampeões mundiais. Rio de Janeiro: 2006. (Dissertação de Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais). Disponível: < <http://www.cpdoc.fgv.br/cursos/bensculturais/teses/CPDOC2006CezarAugustoLago.pdf>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2008.

MATOS, K.S.L; NONATO JUNIOR, R. **O ProJovem em Fortaleza e a Educação para a Juventude:** Percepções de Jovens e Docentes. XVIII EPENN. Marceió, Julho 2007.

MEAD, L. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits. **Policy Currents**. Fevereiro: 1-4. 1995.

MORIN, Edgard. Éduquer Pour L'Ere PPlanétaire. **La pensée complexe Méthode d'aprentissage dans i'erreur et l'incerrtitude humaines**. Cortez Editora; São Paulo, 2003.

MOSCOVICI, S. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NAVARRO, I.P.;SOARES, S.P.W. Emancipação, Juventude e Políticas Públicas: o caso do ProJovem. **30 Reunião da ANPED**. GT Estado e Política Educacional. Caxambu, Out./2007.

NOLETO, M. J. **Abrindo espaços:** educação e cultura para a paz. 4. ed. Brasília : UNESCO, Fundação Vale, 2008

NOVAES, R. Nada será como antes: notícias das juventudes sul-americanas. **Observatório da Cidadania 2007**. Disponível em: < <http://www.ibase.br/userimages/nada.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2008.

NOVAES, R.; VITAL, C. A juventude de hoje: (re)invenções da participação social. In.:THOMPSN, A. A. (Org.). **Associando-se à juventude para construir o futuro**. São Paulo: Peirópolis, 2005. Disponível em: http://www.wkkf.org/DesktopModules/WKF_DmaItem/ViewDoc.aspx?LanguageID=2&CID=145&ListID=28&ItemID=5000142&fld=PDFFile. Acesso em: 22 jul. 2008.

OBSERVATÓRIO JOVEM. Entrevista feita com Pedro Veiga – Coordenador do ProJovem no Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.uff.br/obsjovem>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2008.

PAIVA, J.L. **Deflagrando uma ação de lazer** In: MARCELLINO, N.C (Org) Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras Capinas: Ed: Autores Associados, 2003

PAIVA, V. P. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PERUZZO, C.M.K. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Revista Científica PCLA**. PCLA, vol. 4, n.1, out./dez. 2002. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/revista13.htm>. Acesso em 23 de dezembro de 2008.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLITICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE (**Documento Base 2007**).

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Relatório Técnico de Execução. **Escola, trabalho e cidadania: um estudo longitudinal com jovens egressos e não-ingressantes de um projeto de inclusão de jovens. Brasília, set./2007**. Disponível em: http://forumeja.org.br/pf/files/Capes_proeja_relatorioUFBA.doc. Acesso em: 02 de jul. de 2008.

RAUPP, M.; REICHLE, A. **Avaliação**: ferramenta para melhores projetos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 9-43

RENNÓ JÚNIOR, J. Adolescentes e seus pais. **Diário de São Paulo**, São Paulo, 19 jul. 2005. Disponível em: <http://www.sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=66264>. Acesso em: 20 de janeiro de 2009.

RIBEIRO, E.; LÂNES, P. **Diálogo nacional para uma políticas públicas de juventude**. Rio de Janeiro: Ibase; São Paulo, SP: Pólis, 2006.

ROSSI, P.; FREEMAN, H. **Evaluation**: a systematic approach. 5. ed. Newbury Park: Sage, 1993, p.488.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas**: conceitos básicos. Programa de Apoio a Gerência Social no Brasil. Brasília: BID, 1997.

RUMMERT, S. M.; VENTURA, J. P. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar em Revista**, n. 29, Curitiba, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602007000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 ago. 2008.

RUMMERT, S.M. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos. **Sísifo**. Revista de ciências da educação, n.2, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/%20Numero2COMPLETO.pdf>. Acesso em: 18 de dezembro de 2008.

SALGADO, M. U. C. **Manual do educador**: Projovem. Brasília, v. 1-2, 2005.

SOUZA, A. O. Ação Comunitária: uma avaliação dos avanços e dificuldades no seu processo de implementação no Projovem do Rio de Janeiro. **Cadernos de Assistência Social**. Projovem: novas reflexões. v. 10. Rio de Janeiro, nov./2007.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão de literatura. Sociologia, n. 16, Porto Alegre, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 14 out. 2008.

_____. **Políticas Públicas**: conceitos, tipologias e sub-áreas. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, Workshop sobre Políticas Públicas e Avaliação, dez. 2002

SPOSITO, M. P. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 13, jan./abr. 2000. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE13/RBDE13_06_MARILIA_PONTES_SPOSITO.pdf. Acesso em: 11 ago. 2008.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. Juventude e políticas públicas no Brasil. In.: FÁVERO *et al.* (Org.). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. (Coleção Educação para Todos).

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. O papel das Políticas Públicas, 2002. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 23 out. 2008.

THOMPSON, A. A. Associando-se à juventude para construir o futuro. In.: _____. **Associando-se à juventude para construir o futuro**. São Paulo: Peirópolis, 2005. Disponível em: http://www.wkkf.org/DesktopModules/WKF_DmaItem/ViewDoc.aspx?LanguageID=2&CID=145&ListID=28&ItemID=5000142&fld=PDFFile. Acesso em: 19 nov. 2008.

TOLEDO *et al.* Coordenação Pedagógica: um olhar sobre o Projovem. In.: **Cadernos de Assistência Social**. v.6. Rio de Janeiro, fev./2007.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes.** Brasília, 2004.

VASCONCELOS, C. dos S. **Planejamento:** Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 16. Ed. São Paulo: Libetad Editora, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado junto aos egressos do ProJovem

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO EGRESSOS DO PROJovem

Orientações ao Aplicador

Explique ao jovem que esse instrumento faz parte de uma pesquisa que tem como objetivo buscar a opinião sobre a influência desse Programa na vida de ex participantes do ProJovem. Esclareça que a colaboração dele é de fundamental importância nesse estudo, que o resultado será usado apenas para fins de pesquisa não sendo, portanto, necessária a identificação. Observe as instruções ao longo do questionário. Bom trabalho.

Cristiane Brito

Estudante da Pós-Graduação em Educação

Nome do jovem _____

Código de Identificação _____ Aplicador _____

I. IDENTIFICAÇÃO

1- **Sexo** 1. () Feminino 2. () Masculino

2- **Qual a sua idade?** _____ anos

3- **Você se considera?**

1. () Branco(a) 2. () Pardo(a) 3. () Negro(a) 4. () Amarelo(a) 5. () Indígena

II. O DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO COMUNITÁRIA

4- **Em qual(is) etapa(s) você não participou da Ação Comunitária?** *(Aceita-se respostas múltiplas)*

1. () Participei de todas as etapas - **Pular para a questão 6**
2. () Diagnóstico/ levantamento de informações e dados (visita de campo, entrevistas, leituras)
3. () Analisar, interpretar as informações levantadas
4. () Elaboração do Plano de Ação Comunitária (PLA)
5. () Execução do Plano de Ação Comunitária (PLA)
6. () Avaliação do Plano de Ação Comunitária (PLA)
7. () Não participei de nenhuma etapa
8. () Não lembro

5- **Por que você não participou de todas ou nenhuma etapa da Ação Comunitária?**

6-Quais meios foram utilizados execução do PLA? *(Aceita-se respostas múltiplas)*

- 1.() Produção de evento (palestras, debates, oficinas)
- 2.() Distribuição de panfletos
- 3.() Atividade recreativas e culturais
- 4.() Mobilização para reivindicação
- 5.() Visitas a instituições
- 6.() Trabalhos em asilos, creches, abrigos.
- 7.() Outros. Quais? _____
- 8.() Não realizei o PLA
- 9.() Não lembro

7- Qual foi o tema trabalhado no PLA que você realizou? *(Aceita-se respostas múltiplas)*

- 1.() Infra-estrutura urbana (ex:saneamento básico)
- 2.() Resgate e programação de cultura local.
- 3.() Sensibilização sobre o uso das drogas.
- 4.() Saúde – (Doença sexualmente transmissíveis, prevenção da dengue etc)
- 5.() Meio Ambiente (Reciclagem, poluição, uso da água etc)
- 6.() Valorização do patrimônio histórico
- 7.() Preconceito
- 8.() Outras. Quais? _____
- 9.() Não realizei o PLA

III. ANTES DO PROJOVEM

8- Antes do ProJovem você freqüentava alguma associação? *(Aceita-se respostas múltiplas)*

- 1.() Sim. Associações ou movimentos religiosos.
- 2.() Sim. Associações de bairro.
- 3.() Sim. Grêmios estudantis.
- 4.() Sim. Associações educativas e culturais
- 5.() Sim. Associações profissionais ou sindicatos.
- 6.() Sim. Associações filantrópicas não religiosas.
- 7.() Sim. Associações esportivas.
- 8.() Sim. Associações partidárias
- 9.() Sim. Outra(s). Qual(is)? _____
- 10.() Não participava de nenhuma associação
- 11.() Participava de outros grupos Qual(is)? _____

9- Antes do ProJovem você trabalhou com outros membros no seu bairro para fazer algum ação em benefício à comunidade?

- 1.() Sim. Por exemplo: _____
- 2.() Não

10- Antes do ProJovem, com que freqüência você ajudava as pessoas no seu bairro?

- 1.() Sempre ajudava
- 2.() Quase sempre ajudava
- 3.() Algumas vezes ajudava
- 4.() Raramente ajudava
- 5.() Nunca ajudava

11- Antes do ProJovem, você considerava sua participação das atividades da comunidade?

- 1.() Nenhuma importância
- 2.() Pouca importância
- 3.() Importante
- 4.() Grande importância

IV. DEPOIS DO PROJovem

12- **Atualmente você participa de alguma associação?** *(Aceita-se respostas multiplas)*

1. () Sim. Associações ou movimentos religiosos.
2. () Sim. Associações de bairro.
3. () Sim. Grêmio estudantil.
4. () Sim. Associações educativas e culturais.
5. () Sim. Associações profissionais ou sindicatos.
6. () Sim. Associações filantrópicas não religiosas.
7. () Sim. Associações esportivas.
8. () Sim. Associações partidárias
9. () Sim. Outras. Quais? _____
10. () Não participo de nenhuma associação – **Pular para a questão 14**
11. () Participo de outros grupos Qual(is)? _____

13- **Qual é o maior benefício de fazer parte desse grupo?**

1. () Melhorar a renda atual do meu domicílio ou o acesso a serviços
2. () É importante em situação de emergência/no futuro
3. () Beneficiar a comunidade
4. () Prazer e diversão
5. () Questões Espirituais
6. () Posição social, auto-estima
7. () Outros . Especifique _____
8. () Não tem nenhum benefício

14- **Você trabalha com outros membros no seu bairro para fazer alguma ação em benefício à comunidade?**

1. () Sim. Por exemplo: _____
2. () Não

15- **Hoje em dia com que frequência você ajuda as pessoas no seu bairro?**

1. () Sempre ajudo
2. () Quase sempre ajudo
3. () Algumas vezes ajudo
4. () Raramente ajudo
5. () Nunca ajudo

16- **Depois do ProJovem, você passou a considerar sua participação das atividades da comunidade?**

1. () Nenhuma importância
2. () Pouca importância
3. () Importante
4. () Grande importância

17- **Se você fizer alguma coisa pelo seu bairro você acredita que terá:**

1. () Um grande impacto
2. () Um pequeno impacto
3. () Nenhum impacto

18- **Se o voto não fosse obrigatório, você votaria?**

1. () Sim
2. () Não

19- **A Ação Comunitária do ProJovem mudou a sua forma de pensar?**

1. () Sim, mudou um pouco
2. () Sim, mudou
3. () Sim, mudou muito
4. () Não mudou nada – **Pular para questão 21**

20- **De que forma a Ação Comunitária alterou a sua forma de pensar? Dê exemplos de como isso ocorreu.**

21- **A Ação Comunitária do ProJovem mudou a sua forma de agir?**

1. () Sim, mudou um pouco
2. () Sim, mudou
3. () Sim, mudou muito
4. () Não, mudou nada – **Pular para questão 23**

22- **De que forma a Ação Comunitária alterou a sua forma de agir? Dê exemplos de como isso ocorreu.**

23- **Em sua opinião, por que a Ação Comunitária faz parte do ProJovem?**

24- **Você acredita que sua participação no ProJovem tem contribuído e pode contribuir para despertar seu interesse pelos temas abaixo. Responda todos os itens.**

Temas	Muito	Pouco	Nada
Funcionamento do governo			
Direito do cidadão			
Deveres do cidadão			
Importância da participação do cidadão			
Vida social da comunidade			
Ampliação dos horizontes culturais			

25- Em sua opinião, o que é Ação Comunitária?

26- O que mudou depois da sua participação no ProJovem. Responda todos os itens abaixo.

Depois do ProJovem passei a	Sim	Em parte	Não
Ser mais solidário			
Identificar as necessidades da comunidade			
Valorizar o próximo			
Ajudar a comunidade			
Confiar mais nas pessoas			
Refletir criticamente sobre minha prática social			
Assumir responsabilidades com a comunidade			
Ter iniciativa nas atividades na comunidade			
Questionar a qualidade do serviço público			
Posicionar-me frente a situações de discriminação			
Realizar trabalhos voluntários			
Engajar-me em movimentos sociais			
Assumir responsabilidades na minha família			
Perceber que a ação comunitária também traz benefícios para mim			
Perceber a importância de saber viver em grupo			
Entender que a responsabilidade pelo bem estar da sociedade não é só do governo			
Acreditar que cada pessoa tem que cuidar de seus próprios interesses			
Perceber a importância do planejamento para uma ação na comunidade			
Acreditar que Ação Comunitária de nada adianta, o Brasil é assim e não vai melhorar.			
Acreditar que posso interferir na realidade da minha comunidade			

27- A Ação Comunitária do ProJovem atendeu suas expectativas?

1. () Sim

2. () Não

28- Qual era sua expectativa em participar do ProJovem, em relação à Ação Comunitária?

29- O que mudou em sua vida depois do ProJovem em relação aos objetivos da Ação Comunitária?

30- Qual o papel do jovem na sociedade hoje?

Outros observações e comentários do jovem

(Fim da entrevista: agradeça e despeça-se)

ESPAÇO DO APLICADOR

APÊNDICE B – Questionário explicado a partir das características metodológicas que fundamentaram a elaboração

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO EGRESSOS DO PROJOVEM

Orientações ao Aplicador

Explique ao jovem que esse instrumento faz parte de uma pesquisa que tem como objetivo buscar a opinião sobre a influência desse Programa na vida de ex participantes do ProJovem. Esclareça que a colaboração dele é de fundamental importância nesse estudo, que o resultado será usado apenas para fins de pesquisa não sendo, portanto, necessária a identificação. Observe as instruções ao longo do questionário. Bom trabalho.

Cristiane Brito

Estudante da Pós-Graduação em Educação

Nome do jovem _____

Código de Identificação _____ Aplicador _____

2. IDENTIFICAÇÃO

Sexo 1. () Feminino 2. () Masculino

Levantar o perfil do jovem.

Qual a sua idade? _____ anos

Você se considera?

1. () Branco(a) 2. () Pardo(a) 3. () Negro(a) 4. () Amarelo(a) 5. () Indígena

3. O DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO COMUNITÁRIA

Em qual(is) etapa(s) você não participou da Ação Comunitária? (Aceita-se respostas múltiplas)

1. () Participei de todas as etapas - **Pular para a questão 6**
2. () Diagnóstico/ levantamento de informações e dados (visita de campo, entrevistas, leituras)
3. () Analisar, interpretar as informações levantadas
4. () Elaboração do Plano de Ação Comunitária (PLA)
5. () Execução do Plano de Ação Comunitária (PLA)
6. () Avaliação do Plano de Ação Comunitária (PLA)
7. () Não participei de nenhuma etapa
8. () Não lembro

Etapas retiradas do projeto do ProJovem e pontuadas no PIA

Por que você não participou de todas ou nenhuma etapa da Ação Comunitária?

Justificar os motivos porque o jovem não participou da Ação Comunitária.

Quais meios foram utilizados execução do PLA? (Aceita-se respostas múltiplas)

- 1.() Produção de evento (palestras, debates, oficinas)
- 2.() Distribuição de panfletos
- 3.() Atividade recreativas e culturais
- 4.() Mobilização para reivindicação
- 5.() Visitas a instituições
- 6.() Trabalhos em asilos, creches, abrigos.
- 7.() Outros. Quais? _____
- 8.() Não realizei o PLA
- 9.() Não lembro

Formas de participar citadas no PLA do projeto do ProJovem.

Qual foi o tema trabalhado no PLA que você realizou? (Aceita-se respostas múltiplas)

- 1.() Infra-estrutura urbana (ex:saneamento básico)
- 2.() Resgate e programação de cultura local.
- 3.() Sensibilização sobre o uso das drogas.
- 4.() Saúde – (Doença sexualmente transmissíveis, prevenção da dengue etc)
- 5.() Meio Ambiente (Reciclagem, poluição, uso da água etc)
- 6.() Valorização do patrimônio histórico
- 7.() Preconceito
- 8.() Outras. Quais? _____
- 9.() Não realizei o PLA

Temas citados no projeto do ProJovem como aspectos sugeridos para trabalhar o PLA.

III. ANTES DO PROJOVEM

Antes do ProJovem você freqüentava alguma associação? (Aceita-se respostas múltiplas)

- 1.() Sim. Associações ou movimentos religiosos.
- 2.() Sim. Associações de bairro.
- 3.() Sim. Grêmio estudantil.
- 4.() Sim. Associações educativas e culturais
- 5.() Sim. Associações profissionais ou sindicatos.
- 6.() Sim. Associações filantrópicas não religiosas.
- 7.() Sim. Associações esportivas.
- 8.() Sim. Associações partidárias
- 9.() Sim. Outra(s). Qual(is)? _____
- 10.() Não participava de nenhuma associação
- 11.() Participava de outros grupos Qual(is)? _____

Questão aplicada nos instrumentos do SMA. Possibilidade de comparação para reforçar ou não os dados já coletados pelo programa

Antes do ProJovem você trabalhou com outros membros no seu bairro para fazer algum ação em benefício à comunidade?

- 1.() Sim. Por exemplo: _____
- 2.() Não

Antes do ProJovem, com que freqüência você ajudava as pessoas no seu bairro?

- 1.() Sempre ajudava
- 2.() Quase sempre ajudava
- 3.() Algumas vezes ajudava
- 4.() Raramente ajudava
- 5.() Nunca ajudava

Tratar da percepção do jovem sobre participação antes de ingressar no ProJovem. Questões pontuadas em pesquisas sobre participação do sujeito na sociedade.

Antes do ProJovem, você considerava sua participação das atividades da comunidade?

1. () Nenhuma importância
2. () Pouca importância
3. () Importante
4. () Grande importância

Questão aplicada em pesquisa para sobre participação.

IV. DEPOIS DO PROJovem

Atualmente você participa de alguma associação? (Aceita-se respostas multiplas)

1. () Sim. Associações ou movimentos religiosos.
2. () Sim. Associações de bairro.
3. () Sim. Grêmio estudantil.
4. () Sim. Associações educativas e culturais.
5. () Sim. Associações profissionais ou sindicatos.
6. () Sim. Associações filantrópicas não religiosas.
7. () Sim. Associações esportivas.
8. () Sim. Associações partidárias
9. () Sim. Outras. Quais? _____
10. () Não participo de nenhuma associação – **Pular para a questão 14**
11. () Participo de outros grupos Qual(is)? _____

Questão aplicada nos instrumentos do SMA. Possibilidade de comparação para reforçar ou não os dados já coletados pelo programa

Qual é o maior benefício de fazer parte desse grupo?

1. () Melhorar a renda atual do meu domicílio ou o acesso a s
2. () É importante em situação de emergência/no futuro
3. () Beneficiar a comunidade
4. () Prazer e diversão
5. () Questões Espirituais
6. () Posição social, auto-estima
7. () Outros . Especifique _____
8. () Não tem nenhum benefício

Tratar da percepção do jovem sobre participação depois de ter concluído o ProJovem. Questões pontuadas em pesquisas sobre participação do sujeito na sociedade

Você trabalha com outros membros no seu bairro para fazer alguma ação em benefício à comunidade?

1. () Sim. Por exemplo: _____
2. () Não

Hoje em dia com que frequência você ajuda as pessoas no seu bairro?

1. () Sempre ajudo
2. () Quase sempre ajudo
3. () Algumas vezes ajudo
4. () Raramente ajudo
5. () Nunca ajudo

Tratar da percepção do jovem sobre participação depois de ter concluído o ProJovem. Questões pontuadas em pesquisas sobre participação do sujeito na sociedade

Depois do ProJovem, você passou a considerar sua participação das atividades da comunidade?

1. () Nenhuma importância
2. () Pouca importância
3. () Importante
4. () Grande importância

Se você fizer alguma coisa pelo seu bairro você acredita que terá:

1. () Um grande impacto
2. () Um pequeno impacto
3. () Nenhum impacto

Questão aplicada nos instrumentos do SMA. Possibilidade de comparação para reforçar ou não os dados já coletados pelo programa

Se o voto não fosse obrigatório, você votaria?

1. () Sim
2. () Não

A Ação Comunitária do ProJovem mudou a sua forma de pensar?

1. () Sim, mudou um pouco
2. () Sim, mudou
3. () Sim, mudou muito
4. () Não mudou nada – **Pular para questão 21**

De que forma a Ação Comunitária alterou a sua forma de pensar? Dê exemplos de como isso ocorreu.

Questões relacionadas ao objetivo que a Ação Comunitária do ProJovem pretende atingir

A Ação Comunitária do ProJovem mudou a sua forma de agir?

1. () Sim, mudou um pouco
2. () Sim, mudou
3. () Sim, mudou muito
4. () Não, mudou nada – **Pular para questão 23**

Questões relacionadas ao objetivo que a Ação Comunitária do ProJovem pretende atingir

De que forma a Ação Comunitária alterou a sua forma de agir? Dê exemplos de como isso ocorreu.

Em sua opinião, por que a Ação Comunitária faz parte do ProJovem?

Questão para ser relacionada aos objetivos do ProJovem e a relação com a participação

Você acredita que sua participação no ProJovem tem contribuído e pode contribuir para despertar seu interesse pelos temas abaixo. Responda todos os itens.

Temas	Muito	Pouco	Nada
Funcionamento do governo			
Direito do cidadão			
Deveres do cidadão			
Importância da participação do cidadão			
Vida social da comunidade			
Ampliação dos horizontes culturais			

Questões relacionadas ao objetivo que a Ação Comunitária do ProJovem

Em sua opinião, o que é Ação Comunitária?

Perceber a opinião do jovem sobre o conceito de Ação Comunitária e o vínculo com a participação

O que mudou depois da sua participação no ProJovem. Responda todos os itens abaixo.

Depois do ProJovem passei a	Sim	Em parte	Não
Ser mais solidário			
Identificar as necessidades da comunidade			
Valorizar o próximo			
Ajudar a comunidade			
Confiar mais nas pessoas			
Refletir criticamente sobre minha prática social			
Assumir responsabilidades com a comunidade			
Ter iniciativa nas atividades na comunidade			
Questionar a qualidade do serviço público			
Posicionar-me frente a situações de discriminação			
Realizar trabalhos voluntários			
Engajar-me em movimentos sociais			
Assumir responsabilidades na minha família			
Perceber que a Ação Comunitária também traz benefícios para mim			
Perceber a importância de saber viver em grupo			
Entender que a responsabilidade pelo bem estar da sociedade não é só do governo			
Acreditar que cada pessoa tem que cuidar de seus próprios interesses			
Perceber a importância do planejamento para uma ação na comunidade			
Acreditar que Ação Comunitária de nada adianta, o Brasil é assim e não vai melhorar.			
Acreditar que posso interferir na realidade da minha comunidade			

Afirmações dos jovens nos telefonemas e de acordo com os objetivos do ProJovem

A Ação Comunitária do ProJovem atendeu suas expectativas?

1. () Sim

2. () Não

Qual era sua expectativa em participar do ProJovem, em relação à Ação Comunitária?

Questão para saber as expectativas em relação a Ação Comunitária.

O que mudou em sua vida depois do ProJovem em relação aos objetivos da Ação Comunitária?

Questão relacionada ao objetivo que a Ação Comunitária do ProJovem pretende atingir.

Qual o papel do jovem na sociedade hoje?

Questão com intenção mais ampla. Para identificar as possíveis percepções do jovem sobre seu papel na sociedade ligada à participação

Outros observações e comentários do jovem

Espaço para o jovem acrescentar alguma informação que não foi contemplada no questionário.

(Fim da entrevista: agradeça e despeça-se)

ESPAÇO DO APLICADOR

Espaço para o aplicador relatar algo que pode ter acontecido na entrevista e foi fora do normal.

APÊNDICE C – Direcionamento dos objetivos específicos

Objetivo geral: Analisar a Ação Comunitária do ProJovem como instrumento para promover a participação do jovem				
Objetivos específicos	Fontes de informação	Instrumentos de coleta	Procedimentos de coleta	Tratamento das informações
Analisar a dimensão Ação Comunitária do ProJovem	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto do ProJovem - Decreto do ProJovem - Relatórios de avaliação - Referências bibliográficas 	-----	-Leitura e informações sobre a concepção, objetivos, desafios, atividades da Ação Comunitária.	<ul style="list-style-type: none"> -Sistematizar a idéia central de Ação Comunitária do ProJovem. -Associar as informações com o referencial teórico e com os dados coletados em campo.
Examinar o desenvolvimento do ProJovem, em especial a dimensão da Ação Comunitária	<ul style="list-style-type: none"> -Jovens egressos do ProJovem. -Dados do SMA. -Relatórios -Projeto do ProJovem - Referências bibliográficas 	<ul style="list-style-type: none"> -Questionário - Roteiro do Grupo Focal 	<ul style="list-style-type: none"> -Aplicação dos questionários com os alunos egressos. - Análise dos relatórios e dados do SMA. - Realização de Grupo Focal 	-Relacionar a proposta das etapas da Ação Comunitária proposta pelo Programa com os dados coletados no questionário e com os dados do SMA.

Objetivo geral: Analisar a Ação Comunitária do ProJovem como instrumento para promover a participação do jovem				
Objetivos específicos	Fontes de informação	Instrumentos de coleta	Procedimentos de coleta	Tratamento das informações
Analisar os resultados da Ação Comunitária do ProJovem	- Projeto do ProJovem - Jovens egressos do ProJovem - Referências bibliográficas	- Questionário - Roteiro do Grupo Focal	- Análise da proposta do ProJovem. -Aplicação do questionário com os jovens egressos. - Realização de Grupo Focal	-Associar os dados coletados no grupo focal e no questionário com os objetivos propostos pelo ProJovem.
Perceber a visão dos jovens egressos no ProJovem sobre o Programa, no que se refere às ações voltadas para atender os objetivos da Ação Comunitária	- Jovens egressos do ProJovem - Referências bibliográficas	-Questionário - Roteiro do Grupo Focal	-Aplicação do questionário com os jovens egressos. - Realização de Grupo Focal	- Análise dos dados coletados no questionário e no grupo focal. - Relacionar os dados com o referencial teórico.
Identificar as mudanças do jovem após sua participação no ProJovem, em relação aos aspectos vinculados a Ação Comunitária.	- Jovens egressos do ProJovem. - Referências bibliográficas	- Questionário - Roteiro do Grupo Focal	-Aplicação do questionário com os jovens egressos. - Realização de Grupo Focal	- Identificar e analisar as possíveis mudanças que ocorreram com o jovem após sua participação no Programa.

ANEXOS

ANEXO A

PLANO DE AÇÃO COMUNITÁRIA - PLA

Finalidades:

- Ampliar a percepção e os conhecimentos sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política - local, regional e nacional - a partir da condição juvenil.
- Promover o protagonismo e a participação crítica e transformadora dos jovens na vida pública.
- Contribuir para a formação do jovem na perspectiva do reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania.
- Propiciar a articulação entre as aprendizagens proporcionadas pelos componentes curriculares do programa por meio de vivências e práticas solidárias, cooperativas e cidadãs.
- Fortalecer os espaços de socialização juvenis, bem como os vínculos familiares, de vizinhança e comunitários.

O Plano de Ação Comunitária é um instrumento construído pelos jovens nas Unidades I e II do curso, com o apoio do professor-orientador, para organizar e orientar o engajamento e a participação cidadã em ações sociais de interesse público que serão realizadas no decorrer das Unidades III e IV do Programa. O PLA deve servir como um “guia para a ação”, descrevendo o caminho que será percorrido pelos jovens e os procedimentos e as ferramentas que serão utilizados.

Além de resultar em um documento referência para os jovens, a construção do Plano de Ação Comunitária deve proporcionar para a turma de jovens a vivência de traçar o percurso entre o momento presente e o futuro próximo, entre a realidade vivida e a almejada, mobilizando nos jovens o desejo de realizar transformações no plano pessoal, profissional, social e político.

O Plano de Ação Comunitária compreende a realização de um diagnóstico do contexto social, ambiental, cultural, econômico e urbano em que os jovens estão inseridos; a elaboração de propostas de ação com base no diagnóstico e a definição das formas de execução dessas ações; prevê os procedimentos e as ferramentas de monitoramento, ou seja, de avaliação contínua do que está sendo realizado e, ao final, a sistematização das aprendizagens construídas na experiência, indicando possibilidades de continuidade e aprofundamento da participação juvenil no futuro.

O processo de elaboração do PLA deve permear o desenvolvimento dos outros componentes curriculares das Unidades I e II do Programa, buscando-se a articulação efetiva com as Ciências Físicas, Humanas, a Língua Portuguesa, Matemática, Informática, Artes, Qualificação para o Trabalho etc. Ao final da Unidade II a proposta do PLA deve estar concluída. Para a execução das ações sociais previstas no PLA estão previstas 50 horas exclusivas nas Unidades III e IV, o que desafia a equipe de professores de cada núcleo a realizar o planejamento integrado das atividades em sala de aula, especialmente nas duas primeiras unidades.

I. Diagnóstico

Tem a finalidade de construir novos conhecimentos sobre o território em que os jovens vivem, para que apreendam o contexto sócio-político, econômico, cultural e urbano em que estão inseridos; para possibilitar que se apropriem com profundidade crítica e analítica de realidades antes percebidas superficialmente; que se conscientizem de suas potencialidades e dificuldades e se comprometam com a busca de soluções conjuntas e coletivas para melhorar e qualificar o ambiente em que vivem. A elaboração do diagnóstico pode ser organizada em dois momentos:

a) Caracterizar por meio do levantamento de informações e dados obtidos com a realização de pesquisas, leituras, visitas de campo e entrevistas direcionadas para questões sobre:

- quem são os jovens na comunidade, quem são os moradores adultos com quem eles convivem (perfil sócio-econômico: renda, escolaridade, ocupação);
- como vivem, considerando as condições existentes de habitação, saneamento básico, transportes, etc., bem como o acesso à educação, aos serviços de saúde, à cultura, ao lazer, ao esporte;
- quais são os espaços de convivência social e suas características;
- qual é a história da comunidade (como e quando surgiu e se desenvolveu);
- quais são os problemas e necessidades enfrentadas, especialmente pelos jovens;
- quais são as formas existentes de organização coletiva e de enfrentamento desses problemas (programas e projetos sociais, movimentos e organizações sociais, culturais e sindicais, associações de moradores etc.).

b) Analisar, interpretar as informações levantadas:

- relacionar as peculiaridades locais do perfil sócio-econômico dos jovens e moradores, suas condições de vida e formas de convivência social com as características da região em que se inserem e sua contextualização na dinâmica de desenvolvimento da cidade;
- identificar quais são os problemas mais importantes (prioritários) enfrentados pelos jovens a partir da reflexão para diferenciação entre suas causas e seus efeitos;
- identificar quais são as potencialidades existentes na comunidade, na Juventude local e dentro da própria turma de jovens para enfrentar os problemas prioritários (situações que podem ser mudadas/solucionadas) e/ou os desafios (novas situações que podem ser criadas diante de um problema).

II – Definição do problema ou desafio da realidade local onde vão atuar.

a) Uma ou mais situações poderão ser escolhidas por turma para desenvolvimento do Plano de Ação Comunitária - PLA. Essa escolha poderá ser feita ao se relacionar as demandas prioritárias identificadas no diagnóstico com os interesses, as vocações e os desejos dos próprios jovens, considerando entre outros aspectos:

- a relevância dos problemas e desafios para a Juventude e a comunidade local;
- o interesse e a motivação efetiva dos jovens que estão elaborando o PLA de intervirem;
- a oportunidade da intervenção, avaliando-se seus limites e possibilidades frente às condições existentes e ao tempo que se dispõe.

b) Para cada situação escolhida - por um ou mais grupos, duplas e em casos específicos, até individualmente - deverá ser desenvolvido um Plano de Ação Comunitária-PLA. A reunião do conjunto de intervenções pretendidas pelos jovens deverá compor o Plano de Atuação da Turma para ser compartilhado e acompanhado coletivamente por todos os integrantes.

c) Exemplos de situações para ação comunitária dos jovens:

- falta de infra-estrutura urbana ou determinada política social no território em que vivem (pesquisa, caracterização em profundidade do problema, mobilização, encaminhamento e negociação com os órgãos públicos competentes);
- resgate e promoção da cultura local (produção de eventos, produção cultural por meio de expressões musicais, dança, teatro, etc.);
- sensibilização e informação junto a outros jovens sobre o uso de drogas, DST-AIDS, sexualidade, gravidez precoce etc..(organização de campanha nas escolas, organização de oficinas, debates e produção de material);

- defesa e proteção ambiental (campanha educativa de limpeza e destinação adequada do lixo, coleta seletiva, reaproveitamento de material reciclável para geração de renda);
- preservação e valorização do patrimônio histórico (caracterização e divulgação do patrimônio, turismo);
- campanhas de interesse público tais como ações do Programa Fome Zero, campanha de vacinação etc.(apoio organizativo, sensibilização do público alvo etc.);
- serviços, programas e projetos sociais desenvolvidos pela rede pública local: creches, abrigos, asilos, saúde da família etc. (desenvolvimento de atividades lúdicas e de recreação, apoio ao agente comunitário de saúde);
- fortalecimento de conselhos, fóruns, movimentos sociais e culturais locais (apoio à organização, sensibilização e disseminação das propostas ao público juvenil por meio de seminários, oficinas, produção de material);
- apoio ao desenvolvimento de associações de moradores, sindicatos, organizações-não-governamentais, grupos juvenis e todo tipo de organizações voltadas à defesa de interesses coletivos e públicos;
- prestação de serviços à comunidade na área de capacitação para o trabalho, que será desenvolvida pela sua turma (pesquisa sobre mercado de trabalho na área específica e ação experimental).

III – Passos para a formatação do PLA

O PLA deve apresentar um conjunto de atividades inter-relacionadas e coerentes para alcançar determinados objetivos ou resultados. Elas devem ser dirigidas a um público alvo definido, organizadas e distribuídas em um período de tempo, e podem utilizar os

recursos materiais, humanos e cognitivos disponíveis. As seguintes questões devem ser trabalhadas:

- quem elabora e executa o plano (como os jovens, autores do plano, se identificam: por idade, por características que lhes são próprias/específicas tais como vocações, habilidades já constituídas, interesses e outros aspectos);
- o que pretendem fazer (em algumas palavras descrever a área/tipo de atuação);
- para quem (quem será atingido ou beneficiado pela ação);
- onde (em que bairro, região e/ou em que organização/instituição);
- por quê (qual problema ou desafio pretendem enfrentar com o que vão fazer; que importância tem e quais são suas motivações: relacionar com as principais questões apontadas no diagnóstico e o sentido da escolha para o grupo);
- para quê (que contribuição a atuação pretendida trará para a melhoria do território/da comunidade/dos beneficiários, qual é a situação ideal pretendida);
- que resultados concretos pretendem obter na prática (a partir dos problemas e desafios identificados que objetivos concretos esperam alcançar);
- que ações precisam ser realizadas para isso (elencar as ações necessárias);
- quem são os responsáveis por cada uma delas
- que prazo é necessário para realizá-las
- que recursos são necessários (conhecimentos, habilidades, recursos materiais, humanos, outros)

Ao elaborar o PLA deve-se considerar a utilização de diversas linguagens, da comunicação (artes plásticas, teatro, música, cinema, vídeo, rádio etc.), da ciência, da cultura etc. que, uma vez escolhidas, dão conteúdo e foco para as ações que se pretende realizar. Diferentes áreas do conhecimento, como por exemplo, a Língua Portuguesa, podem ser envolvidas para elaborar o texto do PLA.

IV – Desenvolvimento e monitoramento do PLA

O Plano de Atuação deverá ser executado em 50 horas, distribuídas ao longo de 6 meses previstos para as Unidades III e IV, em períodos acordados com o professor-orientador, e que incluem a execução e o monitoramento prevendo-se:

- tempo determinado para a preparação/avaliação e a realização de cada atividade prevista, quando a proposta de ação é inteiramente protagonizada pelos jovens;
- tempo para a participação em atividades e para reuniões periódicas com os parceiros (de organizações, programas, serviços, etc.), quando a proposta é de contribuição dos jovens em um programa, projeto ou serviço já existente para avaliação conjunta sobre a atuação dos jovens;
- tempo/momentos de trocas e reflexões conjuntas com toda a turma de jovens, sobre dificuldades e conquistas que o conjunto das vivências e práticas apresenta;
- registros e documentação das atividades realizadas, por meio de instrumentos criados para isso, tais como relatórios, fichas etc., para construir a memória objetiva e subjetiva da experiência vivenciada por cada jovem, pelo grupo e pelos beneficiários.

O objetivo de implementar processos coletivos e sistemáticos de avaliação - resgatando as vivências, as informações sobre as práticas, coletando evidências sobre o que está sendo realizado, organizando relatos de resultados - é promover o diálogo e a reflexão (individual e coletiva) permanente dos jovens sobre a experiência e possibilitar ajustes no PLA.

Alguns desafios se colocam para os professores e jovens nesta etapa:

- tornar os espaços coletivos em sala de aula referenciais para decisões sobre encaminhamentos e ajustes do plano, ou seja, criar condições para que se realize uma gestão compartilhada do(s) PLA(s), envolvendo toda a turma e os professores;
- fortalecer a autonomia dos jovens na execução do PLA, estimulando a iniciativa, a criatividade e valorizando de sua participação;
- promover a socialização de experiências na Estação Juventude, difundindo as aprendizagens construídas coletivamente pelos jovens para que possam se sentir capazes de gerar e intercambiar novos conhecimentos e experiências;
- assegurar a governabilidade do PLA, especialmente quando a proposta se realizar no âmbito de outras organizações/instituições cujos fluxos e dinâmicas internas podem diluir a identidade da proposta de participação dos jovens;
- fomentar a articulação de apoios e de novas parcerias que ampliem o reconhecimento público e a sustentabilidade do(s) PLA(s).

VI – Avaliação e sistematização

A avaliação e a sistematização são momentos de balanço, de resgate, análise e re-significação do conjunto de cada experiência de ação comunitária desenvolvida pelos jovens e pelo conjunto da turma. A partir de reflexões sobre as práticas, as principais aprendizagens construídas pelos jovens devem ser destacadas, especialmente no que se refere:

- ao alcance dos resultados propostos;
- aos acertos e erros nas formas de encaminhamento e realização das ações propostas (incluindo as formas de distribuição do tempo e o dimensionamento dos recursos necessários);
- aos desafios do trabalho coletivo em equipe e da gestão compartilhada (distribuição de tarefas, tomada de decisões etc.);
- aos efeitos provocados pelo(s) PLA(s) nos beneficiários e atingidos;
- às novas competências, habilidades e sensibilidades proporcionadas aos jovens executores pela concretização do PLA;
- ao sentido da experiência vivenciada pelos jovens no que se refere à participação e ao exercício da cidadania.

Ao final da Unidade IV, os jovens devem realizar um levantamento de oportunidades de continuação e aprofundamento em ações de participação e cidadania, com vistas a subsidiar seus passos futuros.

ANEXO B

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS E DE ENTREVISTAS POR QUESTIONÁRIOS.

PROFA. CELMA BORGES

INTRODUÇÃO

A entrevista é um dos instrumentos de investigação psicológica, que pode ter vários propósitos, específicos ou gerais, e só pode ser aplicada individualmente e de forma verbal.

Há entrevistas abertas e entrevistas fechadas. Ambas têm um roteiro pré-estabelecido, e se nas segundas as perguntas são preparadas e formuladas de forma mais dirigidas para objetivos definidos. Nas primeiras algumas perguntas mais gerais, podem ser formuladas ou o próprio roteiro pode ser usado para que você não se perca. Mas, não perca, no decorrer dos dois tipos de entrevistas qualquer tipo de pista que possa aprofundar a resposta que você deseja, ser esclarecedora, ou curiosa para seu trabalho.

E mais devem ser tomadas como referência, mas podem ser flexibilizadas a partir da observação da realidade, das condições do contexto em que se realizará a entrevista, e finalmente do próprio entrevistado.

O objetivo destas anotações é de prepará-los para aplicar entrevistas. Estas orientações deverão ser um auxiliar na preparação dos entrevistadores e na orientação de investigações psicológicas, sem esgotá-las. São anotações que devem passar por um processo de reflexão e aprofundamento a partir literatura especializada.

• PRÉ-CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

1. Conhecer bem o plano e/ou projeto de investigação psicológica que será realizado, o que não significa fazer uma simples leitura. Ao contrário, é necessário ter clareza em relação a seus objetivos, objeto de estudo, população, metodologia, instrumentos que serão utilizados (ou seja, saber o que quer, porque quer, para quê quer e como quer);

2. Deve-se ler também paralelamente a literatura sobre o tema, alguns artigos, livros, entrevistas. Estas leituras vão dar fundamentação para preparação da entrevista e para sua realização. Às vezes os entrevistados fazem perguntas, cujas respostas exigem que você mostre um pouco de conhecimento sobre assunto;
3. Discutir o plano ou projeto com seus parceiros de investigação: seu referencial e sua metodologia em detalhes;
4. Pedir orientações, explicações e sugestões ao supervisor, orientador ou ao próprio coordenador do projeto; estudar todas as questões da entrevistas antes de aplicada, para ter domínio do que você quer em termos de informação;
5. Estudar todas as questões da entrevistas antes de aplicá-la, para ter domínio do que você quer em termos de informação;
6. Seguir sempre as orientações dadas pelos pesquisadores, supervisores orientadores e durante o treinamento, como um sistema de referência; mas, não deixar de ter iniciativa e criatividade se surgir uma situação embaraçosa, inesperada, que dificulte seu trabalho. Mas, não perca de vista nem seu referencial, nem os objetivos do trabalho e nem muito menos que o entrevistado é a pessoa mais importante durante uma entrevista.
7. Participar do treinamento dado pelos supervisores, orientadores e coordenador – ativamente, tentando tudo compreender, questionar o que tiver dúvidas e contribuir com suas idéias e sugestões.
8. Fazer o pré-teste de sua entrevista antes de utilizá-la, para fins de sua investigação propriamente dita, isto significa aplicar a entrevista a outras pessoas (que não estão na sua amostra, ou no universo da pesquisa) para dominar a técnica e os instrumentos auxiliares da entrevista (lápiz, caneta, papel, gravador) e ver suas próprias dificuldades de realizá-la, para superá-la antes da entrevista ter lugar; testar as perguntas, a lógica em que estão sendo formuladas e a linguagem utilizada.
9. Escolher um local reservado para a entrevista, que não pode ser nem interrompida, nem observada por outras pessoas. Não fique, no entanto, muito

isolado de outras pessoas, a quem você possa em situação de emergência ter que recorrer. Fique sempre de frente para o entrevistado. Não permita que outras pessoas que estejam, que por acaso estejam assistindo a entrevista interfiram nas respostas do seu entrevistado. Se isto acontecer, neste caso só considere a resposta que lhe for por ele dada pelo entrevistado. Delicada e habilmente não deixe isto acontecer, contorne a situação e dê novamente a palavra a seu entrevistado. Explique ao assistente que ele tem que ficar quieto calado, claro que gentilmente.

10. Preparo para aplicação da entrevista:

- a. verificar se levou tudo que vai usar durante a entrevista;
- b. vestir-se adequadamente;
- c. estar em bom estado de saúde: sem os efeitos de qualquer tipo de droga medicamentosa ou não;
- d. estar disposto, sem deixar qualquer problema particular interferir nesta disposição.

11. Preparar-se psicologicamente para realização da entrevista:

- a. tentar abstrair-se de juízos, pré-julgamentos, preconceitos; a priori;
- b. sentir-se seguro, sem medos;
- e. deixar vaidades de lado;
- d. não demonstrar antipatias, desvalorização, pouco caso em relação ao entrevistado;
- e. não demonstrar cansaço, sono, preguiça, falta de paciência, desinteresse;
- f. não perder de vista o objetivo de seu trabalho;
- g. não esquecer que quem é importante na entrevista é entrevistado;

• RECOMENDAÇÕES PARA A APLICAÇÃO DA ENTREVISTA

1. Realizar um bom “rapport”, antes do início da entrevista. Um dos fatores primordiais para a realização de uma entrevista é o estabelecimento de um bom

“rapport”, ou seja de um bom relacionamento entre o entrevistado e o entrevistador, que tenha por base a confiança mútua, a honestidade, a cooperação. É uma relação que envolve uma interação por vezes delicada, por vezes complexa, entre entrevistador e entrevistado. É importante que antes da entrevista ser iniciada o entrevistador adote uma atitude de aceitação do entrevistado, do local da entrevista, da situação global que está vivendo. Assim,

- a) Apresente-se de forma gentil, educada, simpática e agradável – sem exageros e sem perder a postura profissional; explique os motivos e os objetivos da entrevista de forma clara e objetiva;
- b) Verifique como ele se sente, se está disposto a dar a entrevista, se está doente, cansado, sob efeito de medicamentos, ansioso. Anote o que considerar importante, inclusive o estado de saúde e o nome dos medicamentos que estão sendo utilizados.
- c) Deixe o entrevistado à vontade; sem tensões, preocupações. Neutralize ansiedades em relação às respostas que ele deverá dar. Afirme que as respostas irão compor um quadro de respostas dadas por várias pessoas, para conhecimento de um determinado assunto; ou se for o caso, para conhecê-lo melhor.
- d) Dê as explicações que lhe forem solicitadas e necessárias para que o entrevistado se sinta seguro e disposto a colaborar. Todas estas explicações são necessárias porque há casos, em que por uma razão ou outra, os entrevistados podem não ter tido ainda a oportunidade de conhecer seu trabalho. Caso o entrevistador sinta que o entrevistado domina tais informações não é necessário detalhá-las, mas somente esboçá-las, questionando o conhecimento de um ou outro ponto para confirmar o conhecimento que o entrevistado tem sobre o trabalho.
- e) Garanta o sigilo da entrevista; inclusive não usando gravações, nem identificando o entrevistado com seu nome na entrevista, caso isto seja mais confortável para ele. Enfatize e conscientize-o de que as informações que serão por ele prestadas, por lei, devem ser sempre confidenciais, e que em caso de situação de pesquisa, este caráter confidencial da entrevista deve ser respeitado pelo entrevistador que não pode revelar as informações coletadas a nenhuma outra pessoa. Explique inclusive que os dados fornecidos serão

somados aos dos demais para um estudo de todas as informações sobre as pessoas e que seus nomes sejam explicitados em qualquer documento.

- f) Explique em detalhes como transcorrerá a entrevista as anotações, gravações que fará, a duração, o uso de cronômetro;
- g) Assegure-lhe da importância de sua contribuição para os resultados à investigação;
- h) Enfatize a importância das respostas serem verdadeiras.
- i) Garanta a liberdade de expressão que o entrevistado terá; o não julgamento de suas respostas (não tem certo, nem errado; nem bonito, nem feio; nem próprio; nem impróprio etc.). Evidencie que ali não é uma situação de exame e enfatize que tudo que disser será importante. Assim, não se deve emitir opinião ou juízo de valor sobre as posições dos entrevistados, nem deve se posicionar contra ou a favor do que ele está dizendo.
- j) A linguagem, O entrevistador deve sempre se lembrar que poderá trabalhar com pessoas de origem humilde, que têm poucas informações, que podem ter estado por pouco tempo na escola, que tem idades diferentes e culturas diversas, mas que têm sabedoria, experiência de vida, raciocinam bem, possuem uma cultura popular e uma linguagem própria. Ou, ao contrário, têm um nível igual ou mais elevado que o dele próprio entrevistador. Assim, algumas palavras do entrevistador podem não fazer parte do vocabulário do entrevistado, ou podem ser por ele mal interpretadas, ou mesmo não aceitas, por ter um sentido diverso daquele que o entrevistador quis dar. Alguns hábitos, atitudes e ações naturais e espontâneas do entrevistador podem não fazer parte da cultura do entrevistado e, por isso mesmo, podem não ser aceitos, ou podem ser questionados. É então interessante estar atento para esclarecer mal entendidos e para manter uma postura que não venha a chocar ou impactar o entrevistado. A expressão verbal do entrevistador tem que ser clara, objetiva, concreta, por vezes, usando exemplos, sem no entanto induzir respostas. Fale sempre de forma simples, verificando se está se fazendo entender. Sem usar gírias, expressões muito informais;
- k) É também importante lembrar que a expressão verbal, a resposta do entrevistado muitas vezes precisará ser traduzida, pedindo-lhe que explique melhor ou que dê um exemplo, isto porque algumas palavras podem não fazer parte do vocabulário do entrevistador ou ter sentido diverso.

- 1) Assim, tanto a linguagem científica tem que ser traduzida para a linguagem popular como a popular para a científica: tudo devidamente registrado no questionário ou no caderno de campo.
2. Aplique cuidadosamente a entrevista; sem pressa, com atenção.
3. Evite, delicadamente, aceitar bebidas, alimentos ou presentes. Se a insistência for muita, aceite mais, e retome a entrevista.
4. Nunca aceitem bebidas alcoólicas, aceite cigarros etc., que possam confundi-lo na entrevista.
5. Evite conversas e situações que possam envolvê-lo pessoalmente, tais como conversas mais íntimas, paqueras. Seja cordial, gentil. É possível que você encontre contadores de histórias, de piadas, brincalhões, nestes casos seja amável, mas, estabeleça limites — podem ser tentativas de evadir da entrevista.
6. Evite emitir juízos de valor sobre questões da entrevista ou do questionário, sobre as respostas dadas por outros entrevistados ou relativas a pesquisa, ou a pessoas que possam estar próximas de você. Não minta ou omita nada sobre qualquer ponto que lhe for questionado a respeito da pesquisa: não deve também criar expectativas sobre o trabalho que está realizando.
7. Quando questionado sobre alguma coisa que não esteja seguro, ou sinta a necessidade de um parecer, ou juízo de valor, encaminhe-se ao supervisor ou a algum coordenador que esteja presente, para que ele dê a resposta adequada. Caso não tenha a quem recorrer assuma que não sabe e diga que trará a resposta posteriormente se for necessário.
8. Verifique sempre as falas, a postura e as atitudes do entrevistado frente à entrevista; Tudo que o entrevistado disser deve ser anotado detalhadamente, mas não de forma ostensiva. Ao tempo que estiver anotando as respostas, anote também comentários, expressões, gestos, sentimentos manifestados durante a entrevista, sem que o entrevistado perceba. Se perceber diga que são dados qualitativos, que você precisa fazer para depois não se esquecer.
9. As questões devem ser formuladas na ordem que aparecem no entrevista. Você, no entanto, não deve lê-las, e não o fazendo deve tomar cuidado para não distorcê-las, não induzir respostas desejáveis. Tente transformar a entrevista numa conversa agradável, que segue um roteiro preestabelecido, dirigido. Continue conversando

em quanto anota as respostas. Evite espaços de tempo entre a resposta e a nova pergunta. Não perca pistas que surjam em algumas respostas e que possam clarificar a informação prestada pelo entrevistado.

10. Algumas questões que serão levantadas pela entrevista são delicadas, porque dizem respeito a intimidades, à vida pessoal ou a posicionamentos políticos e religiosos do entrevistado e, por isso mesmo, têm que ser abordadas de forma apropriada para que esta invasão de privacidade não choque, não iniba, não ofenda, não crie polêmicas e conflitos com os entrevistados, O entrevistador tem, portanto, que ter cuidado e responsabilidade na abordagem de tais questões.
11. Se necessária interrompa um pouco a entrevista, faça-o para que o entrevistado descanse; se ficar nervoso tranquilize-o, seja simpático, gentil, fale sobre amenidades, permita que ele se expresse livremente – independente do roteiro da entrevista – ofereça água, etc. Mas, quando ele estiver mais relaxado, volte à entrevista. Não deixe para outra hora o término da entrevista, porque você poderá perder o clima da entrevista, a disposição do entrevistado; ou permitir que ele se reorganize, perdendo sua espontaneidade nas respostas. As entrevistas mesmo quando longas, não devem ser interrompidas antes de seu término, depois pode ser difícil retomar o mesmo ritmo, ou até mesmo encontrar o entrevistado. Não se apresse para não prejudicar a qualidade da resposta.
12. Sempre que perceber que o entrevistado está fugindo do assunto ou dando respostas evasivas procure contornar a situação e retomar o rumo da entrevista e obter as respostas mais objetivas que puder.
13. Você igualmente pode fugir do assunto e favorecer a dispersão do entrevistado.
14. A resistência à entrevista pode surgir em caso de timidez, medo, insegurança em relação ao entrevistador, falta de confiança, necessidade de voltar ao trabalho, falta de tempo, necessidade de manter sua privacidade. Quando um entrevistado disser que não sabe responder, questione-o um pouco, pois isto pode ser apenas uma estratégia por ele utilizada para ter tempo para refletir, para achar as palavras certas para responder. Em todos os casos de resistência o entrevistador deve tentar contornar a situação com argumentação convincente (necessidade das respostas para o projeto; garantia do sigilo etc.). Se os argumentos os convencerem de fato, eles acabarão quebrando a resistência em poucos minutos, ou porque compreendem a importância do trabalho, ou porque se sentem eles mesmos

importantes por estarem sendo ouvidos por um entrevistador. Se a resistência persistir no todo ou em parte das questões da entrevista lembre-se que é um direito do entrevistado recusar-se a responder ao que lhe perguntado. Neste caso registre a recusa. Passe para outra pergunta e se for totalmente impossível continuar desista, de qualquer sorte agradecendo.

15. Para as respostas em branco utilize os código ND quando houver recusa absoluta do entrevistado em dar a resposta apesar de seus esforços. E, o NSA para não se aplica ao entrevistado. Não abuse do ND e d NSA, porque seu excesso pode ser indicativo de que sua entrevista não foi bem sucedida.
16. Revise mentalmente a entrevista antes de dar por terminada. Veja se precisa esclarecer algum ponto e com delicadeza retome.
17. Ao terminar, agradeça, afirme a relevância das informações.
18. Faça suas anotações complementares: tudo que considerar importante e que foi por você observado – expressões verbais e não verbais; atitudes; entonações; posturas físicas. Impressões gerais, dúvidas, etc. As notações complementares sobre as entrevistas podem ser feitas ao final do questionário a título de comentários finais.
19. Preste atenção à sua forma de escrever no questionário. Não use abreviações, símbolos, enfim anotações, taquigrafia, ou a forma de telegrama, que depois você próprio ou alguém que o valer não possa entender. Sua letra tem que ser decifrada depois e a resposta tem que ser totalmente compreendida.
20. Não se esqueça que a partir de 3 horas de sua observação sua memória poderá começar a apresentar lacunas, por isso, faça sempre suas anotações e complemente seus registros escritos logo que puder.

ANEXO C

ROTEIRO DO GRUPO FOCAL EGRESSOS DO PROJovem

Introdução

Bom dia/Boa Tarde! Meu nome é _____. O nosso objetivo aqui é ouvir as opiniões de vocês, sobre suas experiências no ProJovem e depois de sua participação nesse programa. Gostaríamos de discutir suas motivações, expectativas e percepções sobre o programa e possíveis mudanças que possa que trazido a sua vida. Dessa forma, vocês estarão contribuindo para a produção de um conhecimento inédito sobre o programa, que pode auxiliar nas discussões sobre política pública para juventude no Barsil. Por isso, muito obrigado (a) pela participação de todos, esperamos que essa conversa seja informativa e estimulante.

Para que possamos aproveitar ao máximo essa discussão, tenho algumas recomendações e esclarecimentos a fazer. Em primeiro lugar, sintam-se à vontade para participar e expressar suas idéias. Peço, no entanto, que fale uma pessoa de cada vez pois estaremos gravando esta atividade. Em segundo lugar, sei que cada um aqui tem experiências diferentes que gostaríamos de conhecer. Portanto deixem de lado a timidez e contem-nos o que vocês realmente pensam. Finalmente, por favor, sintam-se à vontade para discordar e oferecer o seu próprio ponto de vista, mas respeitando as opiniões dos outros participantes. Não existem respostas certas ou erradas, o que queremos conhecer é a sua opinião e experiência sobre o que for perguntado.

Além da gravação, contaremos com o auxílio de observadores a fim de captar o máximo de informações sobre os depoimentos, o que não impede que seja mantido o mais absoluto sigilo daquilo que será gravado, transcrito e anotado nesse encontro. As falas não serão associadas aos seus nomes. Pela mesma razão, para preservar o sigilo, pedimos que vocês não comentem depois, lá fora, o conteúdo dessa discussão. Assim, não haverá motivo para constrangimentos e inibição.

Antes que iniciemos, gostaria de saber se vocês gostariam de pedir algum esclarecimento?

Quebra - Gelo

Para começar, gostaríamos de pedir que cada um de vocês se apresentasse dizendo seu nome e, se você tivesse que dar uma nota para o ProJovem de 0 a 10, qual nota você daria? Por que?

Roteiro para Discussão

1) Gostaríamos de saber como se deu, para cada um de vocês, a sua entrada no ProJovem?

Probes:

- Como ficaram sabendo do ProJovem?
- Foi fácil ou houve dificuldades para entrar no programa? Se sim, quais foram estas?
- Por que vocês resolveram se matricular no ProJovem?

2) Baseando-se nas suas próprias experiências, de uma maneira geral, como vocês avaliam o ProJovem?

Probes:

- Quais as coisas que vocês mais e menos gostaram no ProJovem?
- Quais as dificuldades que você encontraram para as aulas? (Acesso ao núcleo, instalações, ruído, horário, trabalho...)

3) O que vocês viveciaram no ProJovem correspondeu com as suas expectativas iniciais?

Probes:

- Surpresas e ou decepções?
- Quais são os motivos que levariam alguém a abandonar o ProJovem? Vocês conhecem alguém fez isso? Por que vocês acham que ele/ ela largou o programa?
- O que os motivou a ir até o final?

4) Agora, mais especificamente, qual a opinião de vocês sobre a qualificação profissional do ProJovem? Lembrar que aqui inclui formação geral e arco ocupacional

Probes:

- O que vocês acharam das aulas? Do que vocês mais e menos gostaram?
- A qualificação profissional oferecida os ajudou a conseguir trabalho? De que forma contribuiu? Por que você considera que não contribuiu?
- Para os que já trabalhavam, percebem alguma mudança em sua relação com o trabalho? Essa mudança tem haver com o ProJovem? De forma você faz essa relação?

5) E em relação à escolarização oferecida pelo programa, o que vocês acharam dessa experiência?

Probes:

- O que acharam das aulas? E dos professores? Do que gostaram e não gostaram?
- Ter completado o ensino fundamental trouxe alguma mudança em suas vidas? Quais? Por que não?
- Alguém continuou os estudos? Onde? Quando? O que o levou a tomar essa decisão?
- Alguém não continuou os estudos? O que o impediu? Gostaria de continuar em outra oportunidade?

6) Vocês consideram que ter participado do ProJovem mudou alguma coisa em suas vidas?

Probes

- Quando entrou esperava alguma mudança? Qual? Isto aconteceu?
- O que mudou? Como era antes? O que considera que possa ter causado tal mudança?
- Por que considera que nada tenha mudado?

7) O que vocês consideram como mais importante na experiência com o ProJovem? Por que? De que forma isto afetou sua vida?

Apresentação do relatório feito pelo relator (máximo 05 minutos) e pedido ao grupo que avalie a síntese feita pelo mesmo.

ANEXO D**DECLARAÇÃO DE PERMISSÃO PARA USO
AUTORAL DE DEPOIMENTO ORAL**

Eu, _____, portador do documento de identificação nº _____, emitido por _____ declaro estar participando de livre e espontânea vontade do Grupo Focal, realizado para o projeto de pesquisa vinculado à pós-graduação em educação da Universidade Federal da Bahia.

Também estou ciente de que esta sessão será gravada e fui devidamente informado sobre o uso dessas gravações: destinadas à pesquisa para titulação em mestrado, sem identificação nominal dos participantes nos documentos de análise.

Salvador, _____ de _____ de 2008.

Assinatura